

**Organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais
do Espírito Santo: O processo de construção da FETAES**

Charles Travezani de Jesus

**Dissertação de Mestrado em Política Social
Universidade Federal do Espírito Santo**

**VITÓRIA
2011**

CHARLES TRAVEZANI DE JESUS

ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES E
TRABALHADORAS RURAIS DO ESPÍRITO SANTO: O PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DA FETAES

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Política Social na área de concentração: Política Social, Estado e Sociedade.

Aprovada em 08 de Julho de 2011

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Maria Beatriz Lima Herkenhoff
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Vanda Aguiar Valadão
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Maristela Dalmoro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

J58o Jesus, Charles Travezani de, 1981-
A organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Espírito Santo : o processo de construção da FETAES. / Charles Travezani de Jesus. – 2011.
135 f.

Orientador: Maria Beatriz Lima Herkenhoff.
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Movimentos sociais. 2. Camponeses. 3. Capitalismo. 4. Sindicalismo. I. Herkenhoff, Maria Beatriz Lima. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

A Ivo de Jesus (in memória), Maria Thereza Travezani de Jesus (in memória), Igor Travezani de Jesus e Daiane Travezani de Jesus.

A Arine Monteiro Petersen, amada companheira.

"Não junto à minha voz aos dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da 'justa ira' dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas" (**Paulo Freire**)

RESUMO

O presente trabalho remonta a história da formação e consolidação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo através de entrevistas e análise documental; visa compreender os posicionamentos dessa organização frente às mudanças que vêm ocorrendo no Brasil da década de 1960 até a década de 1990. Partindo da premissa que os movimentos camponeses são expressão de uma sociedade capitalista e, no caso do Brasil, de um país capitalista dependente, a pesquisa bibliográfica identifica: o lugar do Brasil em uma economia capitalista mundializada e como que o desenvolvimento da ordem social competitiva criou as contradições que deram origem às rebeliões do campo. Analisa o processo de amadurecimento dos movimentos camponeses, principalmente, o surgimento das Ligas Camponesas ligadas a Francisco Julião e a intervenção do Partido Comunista Brasileiro e como a movimentação promovida por essas duas organizações vão criar a base para o surgimento do Movimento sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Destacamos a intervenção do PCB que vai promover junto com o Partido Trabalhista Brasileiro um grande processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. O MSTTR no início da década de 1960 vai chegar ao seu auge com o surgimento da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Ao mesmo tempo o Brasil que estava sendo governado por um presidente que de certa forma se aproximava dos movimentos populares sofre o golpe militar e o movimento sindical passa ser atrelado ao estado, inaugurando assim a fase dos sindicalistas pelegos no MSTTR. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo nasce em meio ao regime militar e até a década de 1980 vai ser hegemônica pelos pelegos. Na década de 1970 um novo grupo político passa a ser articulado no MSTTR do Espírito Santo, apoiado por setores progressistas da igreja Católica, esse grupo foi chamado de oposição sindical e vai, na década de 1980, disputar a hegemonia do MSTTR com os chamados pelegos. Quando esse grupo alcança a hegemonia, a sociedade brasileira passa por profundas mudanças que vão atuar de forma a alterar os posicionamentos da oposição sindical.

ABSTRACT

This paper seeks, through interviews and documentary analysis traced the history of formation and consolidation of the Federation of Agricultural Workers of the Holy Spirit and thus understand the positions of the organization forward changes that have occurred in Brazil from the 1960s until the late 1990. Assuming that the peasant movements are an expression of capitalist society and in the case of Brazil in a dependent capitalist country, we will, in a first moment of our work we seek to understand the place of Brazil in a globalized capitalist economy and how that development of competitive social order creates contradictions that will lead the rebellions of the field. The second time the work was aimed to understand how the process of maturation of peasant movements particularly with respect to the emergence of the Peasant Leagues linked to Julian Francis and the intervention of the Brazilian Communist Party. At this time we will also seek to understand how the movement promoted by these two organizations will create the basis for the emergence of trade union Movement of Rural Workers (MSTTR). Featuring the work of the PCB that will promote along with the Labor Party a major process of unionization of agricultural workers. The MSTTR at the beginning of the 1960s will reach its zenith with the advent of the Confederation of Agricultural Workers (Contag). At the same time, Brazil was being ruled by a president who somehow approached the popular movements suffer a military coup and the union movement is to be towed thereby inaugurating the phase state of the union scabs MSTTR. The Federation of Agricultural Workers of the Holy Spirit comes in the midst of military rule and even the 1980s will be hegemony of the scabs. In the 1970s a new political group becomes MSTTR articulated in the Holy Spirit, supported by progressive sectors of the Catholic church, this group was called the trade union opposition and then go in the 1980s to compete with the hegemony of the so-called scabs MSTTR . When this group reaches the hegemony of the Brazilian society will be undergoing profound changes that will act in a way to change the positions of union opposition.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo I: Formação social do Brasil: o processo de formação da ordem social competitiva no Brasil.....	17
Capitalismo dependente.....	17
Da formação do campesinato:	40
1.2.1 A reação camponesa em meio a instauração da ordem social competitiva no Brasil: Messianismo e o Cangaço.....	43
Capítulo II: Consolidação da organização política dos Trabalhadores Rurais.	49
2.1 A revolução de 1930 e as transformações ocorridas sob o governo Vargas.	49
2.2 A consolidação do movimento camponês em meio ao desenvolvimento capitalista no Brasil. 56	
2.3 A luta pela liderança do campesinato brasileiro: Ligas Camponesas x União dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).	66
2.4 Do declínio das Ligas camponesas à consolidação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).	70
2.5 A intervenção militar no movimento sindical e os movimentos sociais surgidos na década de 1980.	73
2.5.1 Novo sindicalismo.	80
2.5.2 A Contag nesse processo.	84
2.6 A intervenção da Igreja Católica: dos ciclos operários à Comissão Pastoral da Terra (CPT).	87
Capítulo III: Processo histórico de construção da FETAES: dos pelegos à oposição sindical.	94
3.1 A formação da FETAES e a direção dos pelegos.....	94
3.2 O surgimento da Oposição Sindical e a conquista da hegemonia do MSTTR.....	105
Conclusão:	126
REFERÊNCIAS	139
ANEXOS	144

TABELA DE SIGLAS:

ANAMPOS: Associação Nacional dos Movimentos Populares Sindicais.

CALSS: Centro Acadêmico Livre de Serviço Social.

CIOLS: Confederação Internacional dos Sindicatos Livres

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura.

CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas.

CNTR: Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

CUT: Central Única dos Trabalhadores.

FETAES: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Espírito Santo.

FHC: Fernando Henrique Cardoso.

IADESIL – Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre.

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

MSTTR: Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

PCB: Partido Comunista Brasileiro.

PT: Partido dos Trabalhadores.

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

PTTS: Projeto de Trabalho Técnico Social.

PSB: Partido Socialista Brasileiro.

PSDB: Partido Social Democrata Brasileiro.

SAPP: Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco.

SAPPP: Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco.

SEAG: Secretaria de Agricultura e Pesca.

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

.

INTRODUÇÃO

Desde a nossa inserção na Universidade Federal do Espírito Santo no curso de Serviço Social, participamos do movimento estudantil no qual fizemos parte da gestão de Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALSS) em duas oportunidades 2004/2005 e 2006/2007. Nesse período tivemos contato com outros movimentos sociais, dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). E foi a partir desse contato que passamos a dimensionar, a importância da mobilização campesina na luta por uma ampla reforma agrária no Brasil.

Após me formar, fui convidado a prestar serviços à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo (FETAES), tais serviços consistiam em elaborar e executar um Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) com a finalidade de captar recursos de ordem federal e estadual para viabilizar a construção de 300 unidades habitacionais em todo o Espírito Santo. Essas casas contemplariam pequenos agricultores – agricultura familiar – que tivessem renda igual ou inferior a um salário mínimo e que não possuíssem casa ou estivessem em situação de risco.

Uma vez captado o recurso para a compra de materiais de construção, coube à FETAES articular a execução das obras, atuando como fiscalizadora da utilização dos materiais pelos “beneficiários” da iniciativa. E ainda ficou a cargo da entidade fazer a prestação de contas sistemática da aplicação desse recurso para a Caixa Econômica Federal (representante do governo federal) e para a Secretaria de Agricultura Abastecimento e Pesca (SEAG representante do governo estadual) e as instituições financiadoras do projeto.

Com a minha inserção na FETAES, aonde prestei serviços de outubro de 2007 a janeiro de 2009, pude ter contato com outras atividades realizadas por essa entidade que representa os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) do estado do Espírito Santo e foi possível perceber o grau de envolvimento dessa entidade com os governos federal e estadual. Essa “parceria” vem principalmente no sentido de captar recursos para promover eventos e para executar políticas públicas. Tal relação estabelecida pela FETAES com o Estado, visando

especialmente à implementação de políticas públicas, me levou a refletir sobre a natureza do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), ou seja, quais são as particularidades do MSTTR que leva, seus dirigentes, a ter essa postura que privilegia o diálogo e a parceria no lugar do enfrentamento ao Estado, e que tem se caracterizado por favorecer as elites em detrimento aos trabalhadores?. Nosso foco de estudo será a construção da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Espírito Santo, mas pretendemos entender também como se formou o MSTTR em nível nacional.

Segundo dados da própria CONTAG, a sua base hoje é composta de 27 federações espalhadas por todos os Estados do Brasil. Essas federações representam 4 mil sindicatos espalhados por vários municípios, se olharmos o número de trabalhadores rurais filiados aos sindicatos ligados à CONTAG, sua abrangência fica ainda mais nítida, sendo que hoje esse número chega a 20 milhões de trabalhadores rurais. A FETAES conta com mais ou menos 56 sindicatos que abrangem todo o território do Espírito Santo e que tem uma forte representatividade junto ao Estado (em nível municipal e estadual) e à população dos vários municípios em que o MSTTR atua.

Apesar de sua abrangência e representatividade, o MSTTR tem sido pouco estudado, principalmente no que tange ao seu processo de formação e às correlações de forças existentes ao longo de sua história. Por isso destacamos a relevância de nosso trabalho que vai buscar desvelar essas relações e apontar como esse processo vai culminar com o atual posicionamento político ideológico da direção da FETAES e da maior parte dos sindicatos do Espírito Santo.

Foi definido como objeto de estudo o processo de formação da FETAES e sua consolidação do final da década de 1960 ao início da década 1990.

Dessa forma nosso trabalho visa reconhecer sobre que bases foi erguida a atual estrutura do movimento sindical dos trabalhadores rurais no Espírito Santo, principalmente no que toca à formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura e sua consolidação. Como se

formou? Quem foram os agentes responsáveis pela formação dos sindicatos e, por conseguinte da FETAES? Quais são as particularidades do processo de formação da FETAES? E quais as correlações de forças que se construíram ao longo do processo de formação e consolidação da Federação?

Nosso trabalho tem como objetivo geral remontar o processo de formação e consolidação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo. E como objetivos específicos: Compreender as correlações de força existentes na federação que deram origem a atual direção da FETAES e compreender qual o papel da sindicalismo dos trabalhadores rurais na organização política dos agricultores.

Para alcançarmos nossos objetivos buscamos na história do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) a gênese da sua formação. Para isso realizamos entrevistas com pessoas que participaram da formação da FETAES e que vem construindo a Federação ao longo de sua existência, bem como analisamos documentos que nos possibilitaram remontar a história da FETAES. Para tanto nos limitamos a estudar a FETAES até a década de 1990, quando toma posse o grupo que até hoje hegemoniza a direção do MSTTR no Espírito Santo.

Para o desenvolvimento da pesquisa a teoria crítica, como paradigma de direção, nos parece a mais apropriada, pois dá conta de desvelar a essência da sociedade capitalista, bem como nos instrumentaliza para explicar as contradições existentes entre capital e trabalho. Compreendemos ainda que categorias como: campesinato, sindicalismo e reforma agrária desenvolvidas por autores da tradição marxista dão conta de esmiuçar nosso objeto de estudo. Buscamos a teoria marxista por que essa representa uma perspectiva de transformação social e esperamos que nosso trabalho contribua para esse processo, principalmente, no que tange à organização da classe trabalhadora e em específico dos trabalhadores rurais.

O trabalho possui três capítulos. O primeiro aborda o processo de formação da sociedade capitalista no Brasil e da burguesia nacional, bem como a consolidação de uma elite

formada pelas oligarquias rurais e urbanas. Nesse momento também buscamos compreender quem são os camponeses e as primeiras revoltas camponesas.

Esse capítulo se faz necessário pois o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) é expressão das relações sociais capitalista, mas o capitalismo no Brasil tem particularidades que precisam ser apreendidas para compreendermos as particularidades do MSTTR. Para isso refletiremos sobre o papel do Brasil no capitalismo em nível mundial e como se consolida o modo de produção capitalista em nosso território.

Para compreender o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho lançamos mão do conceito de capitalismo dependente formulado por Marini (2000), acreditamos que o capitalismo é um todo integrado onde os países centrais ocupam um lugar e os países dependentes ocupam outro.

Segundo Marini (2000) desde a colonização os países latinoamericanos cumpriram um papel de produzir riquezas para os países centrais, por conseguinte, permitiram o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais. Primeiro a riqueza aqui produzida possibilitou o advento da mais valia relativa o que levou países como a Inglaterra a se especializar na produção de manufaturas.

Uma vez superada a condição de colônia, os países latinoamericanos – incluindo – o Brasil ainda continuaram a produzir comodites para a exportação e comprar manufaturas dos países centrais. Tal relação culminou em um processo de endividamento dos países da América Latina. A esse processo Marini (2000) chamou de intercâmbio desigual.

Com a industrialização, o Brasil e os outros países da América Latina passaram a transferir a mais valia aqui produzida para os países centrais, abrindo mão da superexploração da força de trabalho que aqui existia.

Essa relação desigual entre os países vai se consolidar ao longo da história da sociedade capitalista e vai ter repercussões no modo como vão se formar as classes fundamentais do capitalismo nos países dependentes e, no caso do nosso estudo, no Brasil.

Para entendermos a formação das classes sociais no Brasil teremos como base Fernandes (2006); referido autor e a obra em questão dá conta de esmiuçar o modo como nasce a burguesia no Brasil e como se constrói o *ethos* capitalista em nosso território.

Fernandes (2006) remonta o Brasil colônia descrevendo o processo que vai culminar com a ruptura do pacto colonial e a construção da ordem social competitiva no Brasil. Nesse momento podemos perceber a forte influência das oligarquias rurais e a consolidação da burguesia enquanto classe fundamental. Essa combinação a nosso ver vai contribuir para a manutenção da estrutura fundiária do Brasil, bem como para o caráter autoritário da burguesia nacional.

Buscamos também nesse momento compreender quem é o campesinato e como repercute a formação da ordem social competitiva junto a esses trabalhadores. Para isso o trabalho tenta desvelar o fim da escravidão no Brasil, bem como a transformação da terra em mercadoria, com repercussões em meio aos camponeses. Nesse processo ocorrerão algumas revoltas que julgamos ser fruto das mudanças experimentadas pelo Brasil no processo de desenvolvimento do capitalismo. Dentre essas revoltas destacamos as acontecidas em canudos e no contestado, bem como o cangaço.

No segundo capítulo descrevemos o processo de amadurecimento dos movimentos camponeses e tratamos das raízes do MSTTR, dos movimentos que antecederam o movimento sindical, com ênfase nas ligas camponesas e na forte atuação do PCB na articulação dos movimentos camponeses. Este capítulo vai cobrir a história dos movimentos do início da década de 1930 ao início da década de 1980. Nosso intuito é conhecer os movimentos que vão influenciar e dar origem aos sindicatos dos trabalhadores rurais.

Ainda nesse capítulo, tratamos do momento em que os trabalhadores rurais passam a ter a liberdade sindical e como se desencadeia o movimento de sindicalização desses trabalhadores. Esse processo foi conduzido pela igreja e pela União dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil (ULTAB) – entidade ligada ao PCB. Perguntamos: qual foi o papel do Estado nesse processo? Mais especificamente, qual foi o papel do governo de João Goulart nesse momento? Nessa parte do trabalho também analisamos o impacto do golpe militar de 1964 nas organizações sindicais dos trabalhadores rurais. Esse capítulo vai percorrer todo o período de ditadura militar no Brasil até o final da década de 1980 onde vamos identificar as novas forças que irão atuar no MSTTR e a relação do mesmo com as novas organizações de trabalhadores rurais que surgem na década de 1980 com destaque para o MST. Analisamos também o MSTTR no contexto do novo sindicalismo e como as forças que vão dar origem à Central Única dos Trabalhadores vão influenciar nas correlações de força do MSTTR no Espírito Santo.

No terceiro Capítulo abordamos as particularidades da FETAES dentro do MSTTR. Para isso remontamos o processo de formação da FETAES e as correlações de força que vão ditar a dinâmica da Federação da década de 1960 até a década de 1990.

Para tanto nossa pesquisa tem caráter exploratório, por se tratar de uma primeira aproximação do pesquisador em relação ao tema, objetivando a explanação geral do tema e a construção do referencial teórico que norteou o nosso trabalho. A análise documental possibilitou o acesso a atas e anais de congressos realizados pela FETAES, além de outros

trabalhos produzidos sobre a referida instituição, a fim de resgatar o histórico da Federação, bem como suas pautas de reivindicação e bandeiras de luta ao longo de sua história.

Por fim foram realizadas entrevistas abertas, com roteiros pré-estabelecidos com três ex-dirigentes da FETAES sendo um representante dessa entidade que esteve na frente da mesma na década de 1970, outro que esteve à frente da FETAES na década de 1980 e outro que esteve na entidade na década de 1990. Outras duas entrevistas foram realizadas um com ex-militante da Comissão Pastoral da Terra, entidade que nas décadas de 1970 e 1980 esteve empenhada na formação política de agricultores e uma entrevista com um ex-funcionário da FETAES que esteve presente no processo de fundação da FETAES. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Ao final da pesquisa as gravações foram destruídas. A entrevista teve o intuito identificar os elementos que compõem o processo de formação da FETAES segundo os sujeitos que participaram do mesmo. Esse procedimento se faz necessário pela falta de documentos que explicitem essa relação.

A pesquisa é qualitativa, definida como um conjunto de práticas interpretativas que envolvem a observação de situações reais e cotidianas e considera o conhecimento como produto da interação dinâmica entre o sujeito e o objeto de conhecimentos (DENZIN e LINCOLN apud DESLANDES, ASSIS, 2002). Essa interação leva à produção do conhecimento de forma mais participativa.

Seguindo princípios éticos será preservada a identidade dos entrevistados e dos participantes das reuniões, que tiveram seus nomes citados nas atas, garantindo-lhes o anonimato. Além da utilização do termo de consentimento livre e esclarecido para as entrevistas. O termo de consentimento livre esclarecido é muito importante, pois garante que os direitos dos participantes como:

- 1- Solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre essa pesquisa;
- 2- Sigilo absoluto sobre os nomes bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal;

- 3- Ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social;
- 4- Desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Garantimos também a ampla divulgação do trabalho e a devolução dos resultados da pesquisa para as instituições interessadas e principalmente a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo.

Capítulo I: Formação social do Brasil: o processo de formação da ordem social competitiva no Brasil.

Capitalismo dependente.

A formação do sindicalismo dos trabalhadores rurais, a nosso ver, é uma expressão própria do modo de produção capitalista, ou seja, esta forma de organização tem a sua origem no sistema capitalista. Por isso, pensamos que não podemos remontar a história do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Espírito Santo, sem conhecer as bases da formação da dinâmica capitalista no Brasil e como a mesma vai fomentar os movimentos de luta pela terra.

Para iniciarmos essa discussão é preciso situar o Brasil no modo de produção capitalista, isso porque o desenvolvimento mundial do capitalismo designou papéis diferenciados para as diferentes regiões do globo. Enquanto os países chamados centrais se empenharam no desenvolvimento do capital fixo, isto é, em aumentar a composição orgânica do capital¹ e a

¹ Composição orgânica do capital segundo Brás e Netto é a relação estabelecida entre capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho)

extração da mais valia relativa², aos países periféricos restou alimentar o processo de desenvolvimento capitalista dos países centrais. Isso ocorreu através da transferência de riquezas naturais, da produção de alimentos e, mais tarde, da mais valia advinda da superexploração do trabalho.

Rui Mauro Marini (2000) descreve muito bem o papel da América Latina e, por conseguinte do Brasil na formação e na consolidação do modo de produção capitalista em nível mundial.

Forjada ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional. Colônia produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, num primeiro momento contribui para o aumento do fluxo de mercadorias e para expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram caminho para criação da grande indústria (MARINI, 2000, p. 108).

Para Braz e Netto (2007) as “companhias por ações” promoveram uma verdadeira “revolução comercial que deslocou a rota comercial para o Atlântico nos séculos XVI e XVII, especialmente voltada para a América” (BRAZ, NETTO, 2007, p. 73). Para os autores, as riquezas das Américas fortaleceram os grandes grupos comerciais e permitiram que os mesmos promovessem as revoluções burguesas do século XVIII.

(...) No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como observamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente em sua produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, mas sobretudo no século XVIII, graças à coincidência entre a descoberta do ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), só no curso do século XIX e especificamente depois de 1840 sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos apenas o surgimento da grande indústria que se estabelece em bases sólidas com a divisão internacional do trabalho (MARINI, 2000, p. 110).

² Segundo Brás e Netto (2007, p.109) Quando não dispõem de condições políticas que lhes permitam a ampliação da jornada de trabalho, os capitalistas tratam de encontrar meios de *reduzir*, no seu interior, a *parte relativa ao trabalho necessário*: se se mantém um limite para a jornada (por exemplo: oito horas), o que se reduz no tempo de trabalho necessário se acresce no tempo de trabalho excedente. Com essa alternativa, tem-se a **produção de mais-valia relativa**.

Saindo da condição de colônia, os países latino-americanos passam a ter relações comerciais diretas com a Inglaterra, berço da revolução industrial. A relação desses países com a Inglaterra vai se basear na compra de manufaturas e na venda de bens primários ou comodites. Logo essa relação passa a ser deficitária e os países latino-americanos contraem dívidas para manter sua capacidade de importação, já nesse momento os países da América Latina levam desvantagem em sua relação com os países industrializados. A dinâmica que se estabelece daí para frente vai marcar a inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, e vai influenciar no “desenvolvimento posterior de toda essa região”.

Os países latino-americanos vão desempenhar um papel determinante no desenvolvimento da “grande indústria moderna”, pois converteram-se em grandes fornecedores de bens agrícolas para que os centros indústrias europeus pudessem se preocupar com a produção industrial. À medida que só se preocuparam com a produção industrial, os países europeus puderam “deslocar o eixo de acumulação da mais-valia absoluta³ para a mais valia relativa” (MARINI, 2000, p.?). Os produtos alimentícios latino-americanos permitiram o barateamento da força de trabalho europeia, isso porque quanto mais baratos esses produtos, menor seria o valor necessário para a reprodução da força de trabalho, e assim maior seria o valor excedente produzido pelos operários europeus em uma mesma quantidade de horas.

Com o avanço das forças produtivas e, por conseguinte, o aumento da composição orgânica do capital – mais máquinas e menor quantidade de força de trabalho, o capitalismo passou a sofrer uma crise devido à tendência à queda na taxa de lucro.

Com a queda da taxa de lucro, a tendência é que os países tecnicamente mais desenvolvidos começassem a gerar uma taxa menor de mais valia; pois, como sabemos, a mais-valia extraída da força de trabalho é o sustentáculo do modo de produção capitalista, mas uma

³ (...) Um modo de ampliar o tempo de trabalho excedente consiste na **extensão da jornada de trabalho** sem a alteração do salário: aumentando-se a duração da jornada de trabalho (dez, doze, catorze horas etc.), conserva-se a mesma duração do tempo de trabalho necessário e se *acresce* o tempo de trabalho excedente a ser apropriado pelo capitalista designa-se como **produção de mais-valia absoluta** (BRAS E NETTO, 2007, p.108).

vez mais entra a relação de dependência dos países latino-americanos, isso porque segundo a lógica da relação de dependência, principalmente no que tange à circulação de mercadorias, os países tecnicamente “atrasados” tendem a transferir a mais-valia produzida em seu solo para os países mais desenvolvidos; esse fato se explica porque quanto maior o capital adiantado para a produção, maior é a remuneração exigida por esse capital. Nessa relação, os países que têm um investimento menor, na hora de produzir têm que transferir mais-valia para os países que adiantam o maior capital em sua produção (MARINI, 2000).

Como dissemos acima, os países capitalistas desenvolvidos, através de sua relação com os países latino-americanos, fizeram avançar as suas forças produtivas e esse processo os levou a uma queda da taxa de exploração da força de trabalho – extração de mais-valia. Já os países latino-americanos, sempre estiveram um passo atrás no avanço das forças produtivas e esse fato é inerente ao papel por eles assumido na divisão internacional do trabalho, dessa forma mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas esses países nunca deixaram e nunca deixarão de alimentar as economias dos países desenvolvidos e nesse momento isso se dá através da superexploração da classe trabalhadora.

É importante frisar que a relação de dependência, para Marini (2000), só se institui a partir da independência dos países latinoamericanos, isso porque o autor compreende que no período colonial, a relação se dava entre metrópole e colônia, sendo que a colônia se constituía em território da metrópole.

1.1. A constituição da ordem social capitalista no Brasil: Da ruptura do estatuto colonial à constituição das bases do modo de produção capitalista.

Nas paginas anteriores, tentamos fazer um breve histórico do que representa a América Latina no desenvolvimento do sistema capitalista. Fizemos esse exercício de forma aligeirada e à luz da teoria da dependência, desenvolvida por Marini (2000). A nosso ver o mesmo, foi um dos melhores representantes da tradição marxista na formulação da teoria da dependência, por preservar as categorias desenvolvidas por Marx, sem, no entanto tentar encaixar a realidade dos países latino americanos nos moldes da formação do capitalismo

na Europa, respeitando as particularidades da formação social dos países da América Latina.

Seguindo essa linha, vamos discorrer sobre a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil sem perder de vista a teoria desenvolvida por Marini, mas abordando a visão do sociólogo Florestan Fernandes (2006) que bem descreve como se desenvolveu a dinâmica capitalista no Brasil nesse período. É importante frisar que Fernandes (2006) trata do processo de formação da ordem social competitiva no Brasil a partir do movimento das “elites”, mas, nesse processo, as contradições entre as classes dominantes e a massa subalterna não desaparecem ou não são inexistentes, entretanto, a revolução burguesa tem como principais atores as elites. Mais adiante, em nosso trabalho, vamos abordar o papel das classes subalternas no desenvolvimento da ordem social competitiva no Brasil e como vão influenciar o surgimento do movimento de resistência à ordem social capitalista.

Antes de falarmos do processo de formação da ordem burguesa no Brasil, ao qual Fernandes (2006) denomina revolução burguesa, é preciso retomar o período que antecede a formação do estado nacional. Como Fernandes (2006) acreditamos que o estatuto colonial não permitiu a formação de um mercado interno ou o desenvolvimento da dinâmica capitalista no território brasileiro, no período colonial, concordamos com Marini (2000) e com o próprio Fernandes (2006) quando afirmam que o sistema colonial foi funcional ao desenvolvimento do capitalismo em nível mundial.

O estatuto colonial estabelecia uma dinâmica de produção em que a riqueza produzida na colônia era destinada para fora. “O sistema colonial organizava-se, tanto legal e politicamente, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora” (FERNANDES, 2006, p.41). No nosso caso, a riqueza aqui produzida era destinada para a corte portuguesa e para as companhias das índias orientais.

De acordo com o autor a economia colonial baseava-se na utilização do trabalho escravo, na grande lavoura para exportação e nas monoculturas. Outra característica da economia colonial é a sujeição da colônia à metrópole, no caso do Brasil à coroa portuguesa. Essa

sujeição dava ao agente econômico interno – senhor de engenho - um papel secundário no processo de produção.

Ator importante no processo de produção e transferência de riquezas para a Europa o senhor de engenho representava a coroa portuguesa - com a qual guardava laços de lealdade - e tinha o dever de organizar e gerenciar a produção em terras brasileiras. Como já dissemos, a economia colonial era direcionada a partir de interesses externos e o senhor de engenho se constituía em um mero “administrador das benfeitorias” (FERNADES, 2006, p.39).

Disso decorre, entre outras conseqüências, que o senhor de engenho, não obstante seus privilégios sociais participava como parte dependente do circuito de apropriação colonial, sujeito as formas de expropriação controladas pela Coroa ou pelos grupos financeiros europeus que dominavam o mercado internacional. Portanto, o excedente econômico realizado pelo senhor de engenho não correspondia ao lucro, mas sim ao quinhão que lhe era destinado no “circuito global de apropriação colonial” (CARMINATI, 2009, p.3).

Ao senhor de engenho restava uma parte bem pequena do que era produzido e a riqueza produzida no Brasil ficava, como afirma Fernandes (2006), nas mãos de agentes externos – a coroa e as companhias por ações – ou seja, havia uma canalização da maior parte da renda produzida no Brasil para a Europa, restringindo a circulação interna de riquezas, o que impossibilitou a formação de um mercado interno.

Mais do que impedir a formação de um mercado interno, as distorções dos “móveis capitalistas de comportamento econômico” formaram um agente econômico interno sem muitas pretensões de emancipação, pois o senhor de engenho como participe do processo encontrava-se submisso em uma concepção de vida e de mundo permeada por uma noção tradicionalista e patrimonialista – onde tudo pertencia à coroa - atrelado aos interesses da coroa portuguesa (FERNANDES, 2006).

Para o autor a burguesia só vai ganhar terreno à medida que o estatuto colonial é quebrado e no momento em que se rompe com a dinâmica da economia colonial. No entanto, é

importante frisar que mesmo com a quebra do estatuto colonial e com a formação de um Estado nacional ainda irá persistir no Brasil as grandes lavouras tocadas pelo trabalho coletivo dos escravos. Só havendo alterações significativas no final do século XIX.

Para Fernandes (2006) não podemos pensar no surgimento da burguesia nacional como sendo semelhante ao surgimento da burguesia na Europa

Na verdade assim como não tivemos um “feudalismo”, também não tivemos um “burgo” característica do mundo medieval. Apesar da existência e da longa duração forçada das corporações de ofícios, não conhecemos o “burguês” da fase em que não se diferenciava o mestre do artesão senão nas relações deles entre si – o “burguês” como típico morador do “burgo”. O burguês já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (...). Pela própria dinâmica interna da economia colonial, as duas florações do “burguês” permaneciam sufocadas, enquanto o escravismo, a grande lavoura exportadora e o estatuto colonial estiveram conjugados (FERNANDES, 2006, p. 37).

Para tanto Fernandes (2006) remonta a história do Brasil de uma forma a demonstrar que aqui aconteceu de fato uma revolução burguesa, mas que essa não se constituiu em um único momento e que se tratou de um processo longo e com características únicas. Segundo o autor a revolução burguesa será iniciada com a formação do estado nacional.

Segundo Fernandes (2006), a formação de um estado nacional no Brasil passa pela “revolução burguesa, que se constituiu em um processo lento e gradual” que se desenvolveu ao longo do século XIX. Chieza (2007) afirma que a revolução burguesa foi marcada por quatro processos: o primeiro seria a “processo político que tem como marco a abertura dos portos (1808) e a Independência (1822)” (CHIEZA, 2007, p.3). No segundo momento se deu “o processo econômico” que tem como principal característica as mudanças das relações entre a economia nacional e as potências internacionais (principalmente com a Inglaterra principal potência econômica daquele momento). O processo sociocultural, segundo a autora diz respeito ao surgimento de novos “agentes humanos” tais como fazendeiros de café e imigrantes. E por fim o momento que trata das mudanças socioeconômicas que tem como marco a abolição da escravatura (1888) e a

“expansão da ordem social competitiva” que se dá justamente após a proclamação da república em 1889 (CHIEZA, 2007).

O processo político marcado pela Independência (1822) é visto por Fernandes (2002) como “a primeira grande revolução social” que ocorreu no Brasil. Ela marca o fim da “era colonial” com um novo tipo de autonomia política e se torna um ponto de referência para a formação da sociedade nacional brasileira. A transição da sociedade colonial para a sociedade nacional requereu processos seculares. A independência é o primeiro passo desse processo de construção da sociedade nacional, de um Estado nacional independente e de implantação da ordem capitalista (CHIEZA, 2007, p.3).

À medida que a produção das grandes lavouras crescia, crescia também a necessidade de uma ruptura do estatuto colonial, pois as “elites nativas” segundo Fernandes (2006) continuavam submissas à coroa e seus representantes. “As elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial. Mas contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social” (FERNANDES, 2006, p.50).

A independência, segundo Fernandes (2006), guardava em si uma dinâmica contraditória, pois apresentava “lado a lado um elemento puramente revolucionário e outro especificamente conservador” (FERNANDES, 2006, p.51) se de um lado a independência rompia as amarras do estatuto colonial para a formação de um estado nacional, por outro ela perpetuava uma ordem social interna que excluía as massas do centro de decisão e perpetuava a escravidão e a grande lavoura. “(...) O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral que iria se perpetuar e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional” (FERNANDES, 2006, p.51).

Fernandes (2006) afirma que o elemento revolucionário era permeado pelas idéias liberais e que essas idéias foram a “força viva da revolução brasileira”.

Apesar do elemento conservador, havia um aspecto dinâmico, transformador: o liberalismo. A absorção do liberalismo pela elite brasileira apoiou a construção do Estado nacional. Como ideologia, foi nas idéias liberais que as elites brasileiras encontraram base para a luta contra os interesses da Coroa e pela

emancipação. E, como utopia, o liberalismo apoiou a criação de um projeto de Estado e sociedade nacionais (CHIEZA, 2007, p. 4).

O liberalismo ofereceu um norte para as elites nacionais construírem o Estado e a sociedade nacional, mas ao mesmo tempo se mostrou contraditória aos seus, pois primava pela construção de uma sociedade de homens livres e da livre concorrência, enquanto os senhores buscavam manter a escravidão, os seus privilégios e o monopólio do poder.

A formação do Estado nacional mostrava o caminho da autonomia e da supremacia, não de toda coletividade, mas apenas da elite que se apossava do controle de toda coletividade (FERNANDES, 2006). Portanto

A preservação das velhas estruturas (como a escravidão, por exemplo) e a manutenção de privilégios aos estamentos senhoriais eram condições para o rompimento com o passado (com o estatuto colonial) e ao mesmo tempo para levar a cabo a construção da ordem social nacional, a partir da herança colonial, isto é, uma revolução construída dentro da ordem. Assim a dominação patrimonialista vinculava os interesses dos estamentos senhoriais para a formação de um Estado nacional independente e para ordenação jurídica-política da Nação (CHIEZA, 2007, p.7).

Os senhores, diante da autonomia conquistada e com a incumbência de fazer avançar a formação do estado nacional, tiveram que aprender a tomar decisões e então passaram a dimensionar o significado dos privilégios sociais. Os senhores rurais buscaram ampliar esses privilégios e a dominação senhorial por outras dimensões da vida social. “Dessa maneira ocorreu à dominação senhorial nas formas de poder político da sociedade nacional. Ela se transformou “em dominação estamental propriamente dita” (CHIEZA, 2007, p.5).

(...) Os antigos modelos patrimonialistas continuaram a ter plena vigência no nível do domínio senhorial propriamente dito (ou seja, da organização da economia escravista e das estruturas sociais que lhe serviam de base) e, como irradiações locais e regionais, no nível das relações sujeitas ao prestígio pessoal dos senhores e ao poder de mando das grandes parentelas (FERNANDES, 2006, p. 56).

“Assim o processo de autonomização política em relação à metrópole implicou no domínio das camadas senhoriais sobre a nação” (CHIEZA, 2007, p.5). Os senhores rurais se enxergavam enquanto sujeito do processo de mudança e mais do que isso se enxergavam enquanto cidadãos, “senhores - cidadãos” - termo utilizado por Fernandes (2006). “A

sociedade civil não era tão – somente o palco em que se movimentava o senhor cidadão. Ela era literalmente, para ele, a “sociedade” e a “nação” (FERNANDES, 2006, p.62).

Portanto, apesar de avançar na formação de uma sociedade nacional, os senhores rurais conseguiram conservar estruturas de dominação remanescente da sociedade colonial que permitiram a criação de uma ordem senhorial. Mas Fernandes (2006) lembra que o poder “central foi colocado em um plano independente e superior no qual aqueles modelos de dominação se faziam sentir apenas de maneira indireta e condicionante” (FERNANDES, 2006. p. 56).

Ao nosso entender, a formação do estado nacional lançou mão de uma estrutura de poder contraditória, pois consolidou a formação de um poder central incontestado, mas ao mesmo tempo preservou a influência dos senhores rurais nos níveis provinciais e regionais. Apesar desse processo contraditório “o Estado nacional independente foi constituído e impediu que houvesse uma fragmentação política hostil, pois uma saída alternativa poderia ter sido a feudalização da dominação colonial” (CHIEZA, 2007, p.8). Compreendemos dessa forma porque se não tivesse havido certa unidade entre as camadas dos senhores rurais, o território nacional poderia ter sido dividido em várias áreas de influência e a unidade nacional estaria condenada.

“O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre o liberalismo como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios estamentais” (BEHRING, 2003, p.95).

O processo político tal como descrevemos, estabeleceu-se sobre relações contraditórias, que por fim desembocaram na formação de um Estado politicamente autônomo. A ruptura do estatuto colonial e a formação política do Estado nacional (processo político) tiveram como desdobramento o desenvolvimento econômico da colônia o que Fernandes (2006) tratou como processo econômico.

Considerando o desencadeamento dos processos descritos por Fernandes (2006) partimos para o segundo processo que constituiu a revolução burguesa no Brasil.

Fernandes constata que a autonomização do país inicia-se como um fenômeno político. Porém dinamiza tendências de integração, diferenciação e crescimento econômicos, num processo que não estabelece ruptura com o passado recente, escravista, patrimonialista. Ele afirma ainda que a evolução histórica referida não é causada exclusivamente por alterações no mercado mundial. Mesmo que estas estivessem pressionando pelo fim do estatuto colonial, envolvia sujeitos que queriam ver mantidos alguns favores e vínculos de dependência fundamentais, já que a produção rural era voltada basicamente para a exportação (BEHRING, 2003, p.96).

Se antes a riqueza produzida na colônia era destinada quase que integralmente para a metrópole, a partir da ruptura do estatuto colonial, a classe estamental passa a ter um maior domínio sobre a dinâmica econômica do território brasileiro. A produção ainda era destinada para exportação, mas a renda estava nas mãos do senhor rural. “(...) Com a abertura dos portos e a independência, etapas da comercialização de produtos brasileiros ao exterior foram internalizados” (CHIEZA, 2007, p. 9).

O fluxo de renda, antes canalizado de fora para dentro, passa a orientar-se internamente. No entanto, “como as elites senhoriais absorveram o controle da economia, do Estado e da vida social, elas não só colocaram um paradeiro ao “esbulho colonial”, transferindo-se para si próprias parcelas da “apropriação colonial”, que ficavam em mãos da Metrópole ou de seus agentes econômicos” (Fernandes, 2002, p.154). As elites passaram a participar da renda de exportação de maneira mais vantajosa. Surgiram novos padrões de fluxo de renda. A renda deixou de ser canalizada para fora para ser direcionada internamente, ganhando um suporte social interno, a saber, os agentes que controlavam a grande lavoura e o comércio (CHIEZA, 2007, p.9-10).

Como não houve uma significativa mudança da dinâmica de produção no Brasil naquele momento e dada à manutenção dos privilégios da classe senhorial é claro que a riqueza canalizada para dentro tinha um destino certo: a mão dos grandes senhores rurais. É preciso falar que a ex-colônia continuava a produzir utilizando a mão de obra escrava e em grandes extensões de terra com o predomínio da monocultura.

No plano por assim dizer mecânico e imediato, colocam-se várias alterações substanciais. É preciso não perder de vista que, apesar da persistência de estruturas econômicas coloniais e da continuidade da posição heteronômica em relação ao exterior, os mecanismos centrais da vida econômica passaram a gravitar em torno de interesses individuais internos e a se organizarem a partir deles. A persistência de estruturas econômicas coloniais foi limitativa, sem dúvida, já que impediu qualquer mudança na concentração social da renda e qualquer correção de suas distorções (FERNANDES, 2006, p. 83).

Portanto o senhor rural continuou a ser o principal agente econômico do Brasil preservando, através do controle estamental, o controle sobre a grande lavoura e produzindo para o mercado externo, mas agora o fluxo de renda vai ser destinado para dentro e mesmo persistindo velhas estruturas do período colonial vão se criar novas estruturas econômicas, pois nesse momento se constituirá um mercado interno e uma dinâmica interna que fará brotar novos agentes econômicos.

Com a nova ordem social, a internalização de etapas da comercialização provocou a entrada de capital estrangeiro e a absorção de instituições econômicas e de tecnologia, dando origem assim, a uma rápida evolução do comércio de exportação e do sistema de crédito. Emergia, assim, um novo padrão de crescimento econômico interno. Também permitiu novos tipos de contato e de comunicação e de “novos padrões de mobilidade horizontal” às camadas estamentais. A elite passou a desempenhar novas funções sociais e políticas, muitas vezes nas províncias, o que implicava no financiamento do status senhorial e a ela era facilitado o acesso a funções econômicas nos centros urbanos (CHIEZA, 2007, p.10).

Agora os senhores vão tomar as decisões e dominar etapas da comercialização que antes eram comandadas pela metrópole. Alguns senhores vão se especializar no comércio criando um novo agente econômico, outros agentes vão nascer com o processo de urbanização das províncias. A internalização das decisões econômicas e a canalização da renda produzida pela grande lavoura vão propiciar a criação de um mercado de consumo interno e de várias camadas de consumidores.

O processo de modernização que atingiu o comércio não atingiu todos os setores da economia brasileira, a produção de bens agrícolas ainda tinha resquícios de uma economia pré-capitalista. O comércio avançou principalmente por uma pressão vinda de fora e pela inserção do Brasil em uma nova dinâmica comercial internacional.

O Brasil começa a se inserir na economia capitalista em nível mundial de forma diferente, se antes esse se constituía em uma economia apêndice da economia da colônia agora ele conseguiu a autonomia política e desenvolveu sua própria dinâmica interna de consumo. Apesar de continuar produzindo para fora, o Brasil se insere em uma nova dinâmica de relação econômica com os países capitalistas centrais.

A revolução industrial, (...) corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa tecida durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais tem nesta seu ponto de entroncamento: ignorando-se uns aos outros, os novos países se articularam diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, passarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando as exportações supera suas importações – de dívidas (MARINI, 2000, p. 108)

O Brasil então passou de colônia para um país economicamente dependente, essa relação de dependência vai contribuir para a formação de nossas elites, como veremos mais a frente.

Essa relação se dá entre países capitalistas que desempenham papéis diferentes na divisão internacional do trabalho. Como afirma o autor supracitado aos países centrais coube o desenvolvimento das forças produtivas e a modernização do processo produtivo e aos países latinoamericanos a produção de bens primários e de riqueza para financiar esse processo de modernização.

Nesse contexto de mudanças econômicas e políticas é que se desdobra o que o autor chamou de processo sociocultural.

Este é fruto das mudanças advindas dos processos político e econômico. Segundo Fernandes (2002) esse processo é caracterizado pelo surgimento dos novos agentes econômicos, o fazendeiro do café e mais tarde, a partir de 1870, o imigrante. Esses novos atores foram os sujeitos da modernização brasileira (CHIEZA, 2007, p. 11).

O fazendeiro de café era o senhor rural que se modernizou e que diversificou suas atividades econômicas. Esse novo agente apesar de preservar certa proximidade com o tradicional senhor rural, ao mesmo tempo sofria forte influência dos agentes econômicos externos.

O fazendeiro de café, de início, quase não se afasta do protótipo de *senhor rural*, para o qual ele tendia, como participante da aristocracia agrária. No entanto, aos poucos ele é apanhado na rede das pressões que o mercado externo exercia sobre os custos sociais da grande lavoura escravista e passa por duas transformações sucessivas, como e enquanto agente econômico. Primeiro, ele é crescentemente

incentivado a operar com a riqueza fora do contexto econômico da grande lavoura. Depois ele é forçado a renunciar ao status senhorial e adaptar-se às funções de grande proprietário segundo determinações puramente econômicas (FERNANDES, 2006, p. 129)

Ao nosso entender, o fazendeiro de café é o agente da transformação do mercado interno e das relações comerciais com o mercado externo. Ele é justamente o senhor rural que vai se inserir na nova lógica comercial e vai absorver o que Fernandes (2006) chama de espírito burguês.

Fernandes (2006) afirma que por muito tempo o senhor rural conseguiu se manter como principal agente político e econômico do Brasil apoiado no poder estamental – permeado por uma lógica patrimonialista - e na exploração do trabalho escravo, mas afirma que à medida que se constitui no Brasil a ordem social competitiva, essa lógica tende a ser mudada. O senhor rural passa a estabelecer outras relações com o mercado e busca as melhores maneiras de participar da apropriação da riqueza.

Nesse contexto, o fazendeiro do café do oeste paulista, modernizou as fazendas com o abandono de mão-de-obra escrava, diversificou suas atividades e introduziu novas técnicas, voltadas à ampliação da produtividade e do lucro (CHIEZA, 2007, p. 11-12). O que vemos é uma mudança na postura do senhor rural para se adaptar a lógica capitalista de acúmulo. O que ia de encontro a tradicional forma de dominação dessas elites. Segundo Reis (2003) o fazendeiro do café representou uma ruptura no seio das elites tradicionais. “Seu passado é senhorial, oligárquico e tradicional; seu presente é burguês, classista, modernizador” (p.226)

O que nos chama atenção é que o senhor rural se aproveita de sua condição na estrutura estamental e se insere no comércio e nesse processo passa a negar estruturas que são a base da sociedade estamental. “(...) o fazendeiro evolui, rapidamente, para adaptações econômicas novas, que redundam no abandono da forma estamental de acumulação do capital” (FERNANDES, 2006, p. 129).

A principal mudança na estrutura de acumulação de riquezas no Brasil foi a adoção do trabalho livre em detrimento ao trabalho escravo, pois, como sabemos, tanto a economia colonial quanto a economia estamental conduzida pelos senhores rurais tinham como base o trabalho escravo. Dessa forma a adoção do trabalho livre significou um avanço para a construção das bases da ordem competitiva no Brasil, isso porque o trabalho livre é a base de produção da riqueza capitalista.

Segundo Fernandes (2006) os fazendeiros de café passaram a intensificar e combinar o trabalho escravo e o trabalho livre, tentando substituir o primeiro paulatinamente pelo segundo (FERNANDES, 2006). Tal processo vai culminar na abolição da escravatura. Mas esse processo não vai acontecer por conta das boas intenções dos fazendeiros de café e sim por sua perspicácia ao perceber que o modelo escravista não se sustentava.

(...) opondo-se à miopia dos donos de escravos que se identificavam, material e moralmente, com o *status* senhorial, procurando solapar o movimento abolicionista e extrair dele o seu sentido revolucionário. Em menos de três anos, absorveram a liderança política das medidas que concretizaram os ideais humanitários desse movimento, neutralizando-o social e politicamente, e tiraram do que poderia ser uma “catástrofe para os fazendeiros” todas as vantagens econômicas possíveis. Com isso esvaziaram a *revolução abolicionista* de significado político e de grandeza humanitária (FERNANDES, 2006, p.143).

O movimento abolicionista poderia ter tido maior repercussão não fosse à condução do processo de abolição pelos fazendeiros de café. Segundo Fernandes (2006, p.143) nesse processo “o escravo sofria uma última e final espoliação, sendo posto à margem sem nem uma consideração pelo seu estado ou por seu destino ulterior”.

Surge então nesse momento o nosso segundo agente econômico que iria contribuir de forma definitiva na formação das bases do capitalismo no Brasil, o imigrante. Como podemos ver na última citação de Fernandes (2006) o escravo agora “negro liberto” foi posto de lado e sua mão de obra foi literalmente substituída pela mão de obra imigrante da Europa.

A pressão estrutural promovida pela expansão do capital comercial e bancário no sentido de ajustar a economia interna aos padrões capitalistas irá colocar em pauta a questão do trabalho livre e do mercado interno que conduziu à vinda massiva do imigrante, a qual preencheu espaços vazios com uma racionalidade adaptativa e versátil. Traziam uma mentalidade capitalista, sendo que uma

pequena parcela destes impulsionou a indústria. Já outra, majoritária, engrossou as fileiras do proletariado (BEHRING, 2003, p. 97).

O imigrante europeu traz consigo o espírito burguês que a essa altura já se disseminara por toda a Europa. “Veio motivado por objetivo estritamente econômico e para isso trouxe algum grau de conhecimento e novos padrões culturais. Ocupou diversas posições: assalariado, industrial, comerciante e agricultor” (CHIEZA, 2007, p. 12) se convertendo em uma figura fundamental para o processo de formação da sociedade capitalista brasileira.

Chegamos a um ponto interessante do nosso trabalho, pois o imigrante vai ser uma figura importantíssima para a formação do movimento de trabalhadores que vai dar origem ao sindicalismo no Brasil, principalmente através das idéias anarquistas que vieram da Itália. Outro aspecto interessante é que esse agente também vai contribuir para a formação da massa de trabalhadores rurais existentes no Brasil. Mais adiante retomaremos esse assunto.

O que nos importa nesse momento é que o imigrante vai se consolidar como um importante agente econômico e que vai contribuir para formação da ordem capitalista competitiva no território brasileiro.

Do ponto de vista econômico ele foi agressivo, dinamizador, modernizador. No entanto, do ponto de vista político foi conservador, pois, ao obter êxito econômico, passou a ter influência política e se aliou ao fazendeiro do café nas formas de dominação (CHIEZA, 2007, p.12).

Os imigrantes assumiram vários espaços na construção da racionalidade capitalista no Brasil e, como já vimos anteriormente, eles se constituíram em assalariados e até industriais, por isso ele não só teve uma postura conservadora, como afirma Chieza (2006), como também teve posturas críticas com relação à forma como se organizava a sociedade, haja visto como já dissemos, a propagação das idéias anarquistas. Chieza (2006) não nega o posicionamento crítico de uma parte dos imigrantes contra a ordem burguesa, mas aponta que essa teve pouca vazão, pois foi duramente reprimida.

O fato é que Fernandes (2006) caracteriza o imigrante como aquele que propagou a mentalidade capitalista na sociedade brasileira evidenciando principalmente o papel desses na expansão comercial e na formação da indústria no Brasil.

Portanto, o processo sociocultural vai se caracterizar pelo surgimento tanto do fazendeiro de café como do imigrante que vão contribuir para a formação do que Fernandes (2006) chamou de mentalidade capitalista. Mais do que contribuir para a formação da ordem social competitiva esses dois agentes vão dar conta de uma nova racionalidade, vão introduzir elementos próprios do capitalismo, em uma sociedade que ainda guardava muito da estrutura colonial.

A autonomização política do país, a internalização das atividades de comércio e suas consequências econômicas bem como o surgimento dos novos agentes humanos - o fazendeiro de café e o imigrante, atores centrais das grandes mudanças no cenário econômico, político e social, culminaram no quarto processo desencadeador da “Revolução Burguesa no Brasil”, denominado por Fernandes (2002) de processo sócio-econômico. Este processo é caracterizado pela abolição da escravatura (1888) e pela Proclamação da República (1889) e, fundamentalmente, pela constituição e expansão da ordem competitiva (CHIEZA, 2007, p.12).

“Nas “sociedades nacionais” dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido *antes* da constituição da ordem social competitiva” (FERNANDES, 2006, p179). Por isso não é incomum que velhas estruturas econômicas e sociais convivam e se ajustem ao modo de produção capitalista.

A ordem escravocrata e senhorial era particularmente resistente à introdução da competitividade como fundamento da vida social, o que viria lenta, mas irreversivelmente, a desagregá-la. Dentro disso, o ritmo da revolução política foi mais rápido, e os da economia e social, mais lentos, especialmente esta última. (BEHRING, 2003, p. 98).

Fernandes (2006) afirma que o senhor rural continuou apegado às estruturas de uma sociedade que lhe conferiam certos privilégios, pois:

(...) As lições da experiência ensinaram-lhe duas coisas. Primeiro, que o suporte real de sua força não vinha do livre jogo dos processos econômicos do mercado, mas da sua posição chave no controle da economia e da sociedade. Segundo, que todo o seu poder seria insuficiente para modificar os dinamismos, as flutuações e

as pressões do mercado mundial, “duras realidades” que só podiam ser enfrentadas na rede de seus efeitos internos (FERNANDES, 2006, p.184).

Mas apesar de sua força econômica e social o senhor rural vai encontrar uma conjuntura desfavorável para a manutenção da ordem escravista. Vai enfrentar tensões no seio da própria classe, pois alguns senhores vão se adequar à nova dinâmica de exportação e importação e contribuir para o crescimento das cidades ou dos meios urbanos, esses, por conseguinte, vão fazer surgir outros agentes econômicos que vão ser fortemente influenciados pelos agentes econômicos externos, principalmente aqueles envolvidos com as atividades comerciais.

A abertura dos portos e a inserção do Brasil enquanto país independente no mercado mundial vai iniciar – como já dissemos – um processo de dinamização do mercado interno, isso significa dizer que se criaram novos elementos na ordem social interna. A internalização do processo de comercialização, a maior circulação de riqueza no país, vai potencializar a formação de novos agentes econômicos como os comerciantes e uma classe média ligada ao poder estatal (FERNANDES, 2006).

Como já vimos anteriormente, toda essa conjuntura vai agir para minar os fundamentos da ordem senhorial escravocrata e vai possibilitar um processo gradual de consolidação da burguesia enquanto classe social. Isso porque a base material que sustenta o poder dos senhores de escravo vai ruir com a adoção do trabalho livre e com a formação – no seio da oligarquia – de agentes econômicos afinados com o capitalismo dos países centrais.

O senhor de escravo acaba sendo suplantado ou sobreposto pelo fazendeiro de café – Fernandes (2006) dá destaque para o fazendeiro de café do oeste paulista – e esse vai conduzir o processo de modernização da economia nacional. Ao nosso entender a criação de novas estruturas econômicas e a inserção de novos agentes econômicos – com destaque para o fazendeiro de café e o imigrante – vai criar as bases da formação da ordem social competitiva no Brasil.

Mas não podemos deixar de destacar que o processo de constituição da ordem social capitalista no Brasil foi lenta e conduzida pelas elites, isto aconteceu no processo de abolição da escravatura e na adoção do trabalho livre, aonde a própria aristocracia rural conduziu o processo que culminou no fim do escravismo. Também aconteceu no desenvolvimento do mercado interno onde os senhores assumiram as novas atividades econômicas como o comércio.

Para tanto as mudanças não deixaram de acontecer e o modelo senhorial escravocrata foi solapado pelo curso do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Primeiro o trabalho escravo se mostrou incompatível com o estágio de evolução do capitalismo em nível mundial e com a evolução do próprio mercado interno. Depois a figura do senhor rural passou a ser negada em favor da figura do fazendeiro de café ou homem de negócio.

Com o advento do trabalho livre, a formação do mercado interno e as novas relações internacionais, o Brasil começou a se estruturar para se consolidar como um país capitalista, mas foi com a proclamação da república que a burguesia começa a conquistar o status de classe dominante.

A mudança do regime político, através da Proclamação da República, (1889) foi a condição necessária para que a burguesia consolidasse sua posição de dominação. Formou-se um Estado, que apesar de assegurar direitos à todos os cidadãos (não há mais escravos), ainda sobreviviam traços escravistas, forte poder local das “camadas senhoriais”, repressão aos movimentos sociais, ou seja, autoritarismo do próprio Estado. A mudança no regime político produziu transformações jurídicas e políticas necessárias à difusão de relações de produção capitalista. Formou-se um Estado burguês (CHIEZA, 2007, p.13).

Segundo Fernandes (2006) convencionou-se dizer que a burguesia ascende ao poder com a crise das oligarquias, mas o autor considera que não houve uma crise das oligarquias e que essas conduziram o processo de transição liderando o processo de modernização econômico e social do Brasil e recompondo as estruturas de poder “pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa” (FERNANDES, 2006, p.239).

Portanto as oligarquias conduziram o processo de transição em um processo que segundo Fernandes (2006) “cinzento e morno”.

Na verdade, várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formaram em torno da plantação e das cidades, mais se justapõe do que se fundem, e o comércio vem a ser o seu ponto de encontro e a área dentro da qual se definem seus interesses comuns. É dessa debilidade que iria nascer o poder burguês, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe (FERNANDES, 2006, p.240).

Mais do que isso, nossa burguesia era uma burguesia vacilante e contraditória, pois “ela não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe (FERNANDES, 2006, p.240)”. De acordo com Fernandes (2006) a burguesia nacional se aliava aos interesses que lhes eram mais vantajosos. E naquele momento para ela era interessante manter certo atraso entre a população.

Portanto a burguesia nacional não vai se esforçar em promover a modernização do país, pois naquele momento era interessante manter o atraso e que as mudanças acontecessem de forma gradual, diferente das revoluções burguesas da Europa que ocasionaram uma ruptura abrupta e avassaladora.

No mais, ela florescia num meio em que a degradação social caminhava espontaneamente, pois a abolição e a universalização do trabalho livre levaram a descolonização ao âmago da economia e da sociedade. Sem qualquer intervenção intolerante ou ardorosa, a modernização caminhava rapidamente, pelo menos nas zonas de expansão econômica e nas cidades mais importantes em crescimento tumultuoso; e sua ansiedade política ia mais na direção de amortecer a mudança social espontânea que no rumo oposto, de aprofundá-la e de estendê-la às zonas rurais e urbanas mais ou menos “retrógradas” e estáveis (FERNANDES, 2006, p.241).

Não podemos esquecer que a burguesia brasileira nasceu sob forte influência do poder oligárquico, pois as mesmas nasceram em torno das plantações e a partir das relações comerciais estabelecidas na produção das grandes lavouras. Fernandes (2006) chega a afirmar que a burguesia nascia e “vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural” (FERNANDES, 2006, p.241) e que em muito se aproximava da oligarquia que mais tarde se fundiria à burguesia.

Ao afirmarmos que a burguesia mantinha uma relação de proximidade com as oligarquias não descartamos conflitos entre as duas classes, principalmente no que diz respeito aos interesses econômicos e imediatos, mas o fato é que a burguesia não deixava de manter relações sociais com a burguesia por esses conflitos.

(...) Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história. Além disso, o mandonismo oligárquico reproduzia-se fora da oligarquia. O burguês que o repelia, por causa de interesses feridos, não deixava de pô-lo em prática em suas relações sociais, já que aquilo fazia parte de sua segunda natureza (FERNANDES, 2006, p.241).

Mas essa mesma burguesia vai se moldar às formas da ordem social competitivas, assimilando ideais revolucionários como os que defendiam a burguesia europeia, mais especificamente a burguesia francesa. Ao se moldar para a ordem social competitiva, a burguesia nacional vai mostrar o seu caráter contraditório, pois ao mesmo tempo em que defendia idéias modernizadoras, também reproduzia atitudes ultraconservadoras. Isso fica evidente na reprodução do mandonismo das oligarquias (FERNANDES, 2006).

A burguesia que defendia idéias revolucionárias só o fazia em meio ao seu círculo fechado, ou seja, em meio às elites, mas diante de outras classes ela se mostrava agressiva e conservadora.

(...) As representações ideais da burguesia valiam para ele próprio e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um círculo fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização. Quando outros grupos se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu. A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico (que nos sirva de exemplo o tratamento das greves operárias na década de 1910, em São Paulo, como puras “questões de polícia”; ou quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas) (FERNANDES, 2006, p.242).

Segundo Fernandes (2006) estamos diante de uma burguesia que se modernizou nas áreas empresariais, mas que mantinha posturas conservadoras com relação ao desenvolvimento social do país. Nossa burguesia nunca se propôs a mudar a sociedade como um todo, se mostrando flexível e adaptável a práticas modernizadoras e conservadoras.

Em parte, o aspecto modernizador da burguesia nacional tinha grande impulso das relações estabelecidas com os países capitalistas centrais, mas a esses não interessava que esse processo de modernização acontecesse de forma completa, pois dessa maneira foi possível manter os laços neocoloniais estabelecidos entre as economias centrais e as economias dependentes.

(...) A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes) (FERNANDES, 2006, p.243).

Portanto, interessava, à burguesia externa, a manutenção de uma postura autocrática da burguesia nacional, isso em nome da estabilidade política e da manutenção das relações econômicas entre os países. As greves operárias de 1910 é um exemplo emblemático da função exercida pela burguesia nacional, pois a coação da nascente classe operária visava à manutenção de uma relação de superexploração do operário brasileiro que servia à dinâmica de transferência de riquezas produzidas no Brasil para os países centrais.

De fato a autocracia servia à manutenção das relações neocoloniais e para a manutenção da ordem política e econômica interna, porém os ideais liberais e republicanos não deixaram de se propagar entre as elites. Segundo Fernandes (2006) apesar dessas idéias serem inconsistentes e débeis, elas “conferiam à autocracia social uma caráter espúrio” (FERNANDES, 2006, p.243). Essa contradição entre a autocracia exercida pelas elites e os ideais liberais e republicanos vai gerar um conflito no seio das elites. “(...) Como esse conflito fermentava no seio das classes dominantes, ele concorria poderosamente para minar a dominação burguesa e, principalmente, para impedir que ela se instaurasse como um todo monolítico e invulnerável” (FERNANDES, 2006, p.244).

Como já dissemos surgiram vários novos agentes econômicos tornando mais complexas as relações entre as elites, principalmente entre a grande burguesia e as classes médias. Esse processo levou ao que Fernandes (2006) chamou de “oposição dentro da ordem” e que “partia de cima”. O autor afirma que isso aconteceu com a formação das classes sociais, pois antes os senhores rurais faziam dos seus interesses os interesses da nação e assim o faziam porque detinham o poder e se convertiam na classe dominante podendo manter os vários interesses nos limites do seu próprio interesse. Mas agora as classes dominantes tinham vários interesses, que em alguns momentos divergiam.

Além de proporcionar divergências entre as elites, o advento da sociedade de classes possibilitou outro tipo de oposição, uma oposição que “partia de baixo para cima” que partia das classes subalternas. Segundo Fernandes (2006) essa poderia facilmente se transformar em uma “oposição contra a ordem”.

(...) Ora, as elites brasileiras não estavam preparadas para duas transformações concomitantes. Acomodaram-se de modo mais ou menos rápido à primeira diferenciação, que brotava no ápice da sociedade e podia ser tolerada como uma divergência *intra muros* e que, no fundo, nascia de uma pressão natural para ajustar a dominação burguesa a seus novos quadros reais. No insuportável, como se ela contivesse uma demonstração de lesa-majestade: As reservas de opressão e de repressão de uma sociedade de classes em formação foram mobilizadas para solapá-la e para impedir que as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio (FERNANDES, 2006, p.244).

A repressão vai ser a tônica da dominação burguesa no Brasil e não vão ser poucas as vezes que a burguesia vai lançar mão da opressão e da manipulação dos movimentos populares. O fato é que a burguesia não vai abrir mão de sua dimensão autocrática e quando se sentir ameaçada não vai pensar duas vezes antes de suprimir os direitos da classe trabalhadora.

Todas as mudanças que aqui elencamos vão ser promovidas pelas oligarquias – novas e velhas – esse vai ser, segundo Fernandes (2006), o principal agente de transformação da sociedade colonial brasileira em uma sociedade capitalista, pois só as oligarquias tiveram um poder tão abrangente que permitiu promover a consolidação da ordem burguesa em todas as regiões do Brasil. Essa sobreposição entre velhas e novas oligarquias vão possibilitar a formação e expansão da ordem burguesa e por conseguinte a consolidação da

burguesia nacional que vai guardar particularidades dessas oligarquias, principalmente o mandonismo.

O processo “revolucionário” que tentamos descrever acima trata de um movimento das elites para a mudança da dinâmica interna e a formação de uma nova ordem societária onde a relação de exploração sai do eixo da exploração escravista e passa a girar em torno do trabalho livre e assalariado. Para que isso aconteça foi necessária a formação das classes sociais fundamentais do sistema capitalista, burguesia e a classe trabalhadora. O surgimento e consolidação da ordem social competitiva vão permear não só a relação entre essas duas classes, mas também vai repercutir entre os camponeses que vão se consolidar em meio a esse processo de formação de uma sociedade capitalista.

Os camponeses, assim como a classe trabalhadora, vão se submeter às relações de produção capitalistas – guardamos aqui as particularidades do trabalho camponês – sendo que essa se baseia na dominação do capital sobre as demais classes, dominação que terá uma base econômica, cultural e social que ora se dará pela força e outrora se dará pela dominação ideológica. O fato é que essa dominação vai encontrar resistência, pois as classes subalternas – assim como em todo mundo capitalista – vão criar mecanismos de resistência, vão se organizar e lutar contra o poder hegemônico da burguesia. Os camponeses que compreendemos aqui como constituinte das classes subalternizadas não vão ser diferentes. Ao longo da formação da ordem social competitiva, o campesinato vai resistir e se organizar para defender seus interesses.

Da formação do campesinato:

Antes de falarmos das revoltas camponesas temos que delimitar quem é esse camponês como ele nasce dentro de uma sociedade escravista e que se consolida ao longo da formação de uma dinâmica interna baseada nas relações sociais capitalistas e como vai se dar a sua atuação na rede de relações sociais desenvolvidas ao longo de nossa história.

Até aqui mostramos o desenvolvimento das classes fundamentais do capitalismo: o capitalista, o trabalhador e o proprietário da terra. Agora vamos buscar entender quem é o camponês que, ao contrário do trabalhador, possui os meios de produção, mas que não tem acesso à mais-valia como a burguesia e que pouco ou em nada participa da renda da terra.

Anteriormente nos preocupamos em explicar como nascem as classes dominantes no Brasil, principalmente a burguesia, classe fundamental no sistema capitalista. Como vimos, ela nasce e se consolida a partir do desenvolvimento da ordem social competitiva. Podemos perceber também, mesmo que de modo superficial que a classe trabalhadora ou o proletariado começa a ganhar forma com a consolidação da ordem competitiva no Brasil, principalmente com o fim da escravidão e utilização do trabalho livre imigrante no processo produtivo.

Outro aspecto importante de nosso texto foi a participação da aristocracia agrária no processo de formação da sociedade brasileira, o seu protagonismo e seu esforço para manter as estruturas que lhes garantiram a permanência no bloco do poder. Como já dissemos as oligarquias rurais se mantiveram à frente do processo de modernização econômica do país e conduziram a construção da dominação burguesa.

Para tanto o Brasil se modernizou, avançou enquanto país capitalista, mas viu perdurar uma estrutura fundiária baseada na grande unidade de produção rural, inicialmente na mão das oligarquias escravistas depois na grande propriedade rural capitalista.

Diante dessa conjuntura nos perguntamos: e o camponês? Aonde se encaixa nesse processo? Qual o seu papel ao longo dessa história?

Almeida (2006) e Martins (1981) afirmam que o embrião do camponês já existia desde o Brasil colônia, sobrevivendo à margem do modelo de produção escravista. Segundo Almeida (2006) esses trabalhadores eram responsáveis por realizar trabalhos que os senhores de rurais não confiavam aos escravos, tais como: preparar novas terras para a produção; criar gado e outros serviços subsidiários.

Na produção colonial, que tinha seu sustentáculo na expansão dos mercados, ou seja, num sistema mercantil voltado para a monocultura de exportação, o escravo era renda capitalista. Dessa feita, emerge a contradição entre produção direta dos meios de subsistência e produção para o mercado. Portanto, cabiam aos escravos as atividades voltadas ao mercado, sobrando aos homens pobres livres as culturas subsidiárias (ALMEIDA, 2006, p.102)

Dessa forma, naquele momento os camponeses eram dispensáveis no processo produtivo e segundo Franco apud Almeida (2006, p.103) eram “homens (...) desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil, baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para a sua existência e os deixava sem razão de ser”.

Como já vimos, o modelo escravista entra em crise no início do século XIX e vai chegar ao auge do seu declínio no fim deste século com a abolição da escravatura. Nessa conjuntura o trabalho do camponês vai assumir outra conotação, pois o trabalhador livre vai passar a ser a base da produção das riquezas nacionais. Mas antes da abolição outra importante mudança vai ter forte influencia na vida do camponês pobre livre.

A lei de terras de 1850 é o divisor de águas desse campesinato. É justamente no momento em que a terra se torna mercadoria, antevendo o colapso do trabalho escravo, que o campesinato toma outra forma. É agora um campesinato que explicita suas diferenças de classe, encobertas pela venda de trabalho, um proprietário de terras. O laço que vai agora subjugar o seu trabalho livre é a propriedade fundiária. Assim, com a iminência da abolição, teremos o oposto do período escravista: no qual a concentração fundiária era produto do comércio negreiro, e, no raia da república, passa a ser o monopólio de classe sobre a terra o fator principal da sujeição do trabalho (ALMEIDA, 2006, p.105).

Se antes a propriedade da terra era decorrência da utilização do trabalho escravo, agora a sujeição do trabalho se dá pela propriedade privada da terra. Ou seja, uma classe detém o poder sobre a maior parte das terras e a renda fundiária- nesse caso a aristocracia agrária – e os trabalhadores têm que se submeter a trabalhar nessas terras em troca de remuneração ou sobreviver em pequenos pedaços de terra praticando a agricultura de subsistência.

Martins (1981) defende a ideia de que com a lei de terras surge um novo camponês que deixa a condição de agregado às terras alheias – como acontecia no período colonial – e passa a adquirir terras no mercado, ficando cada vez mais dependente do mesmo.

Como dissemos o camponês se caracterizava por ser o homem pobre que fazia trabalhos subsidiários na produção escravista. Este, por sua vez, existia na condição de agregado nas unidades de produção escravista ou na condição de posseiros. O fato é que com a transformação da terra em mercadoria, esses trabalhadores foram expulsos da terra, perderam o seu meio de trabalho e muitos não conseguiram ter acesso a propriedade da terra.

Desse modo, para resgatarmos a luta política dessa classe, é interessante destacar o impacto que a opção, em 1850, pela mercantilização da terra provocou na vida dos posseiros. É novamente Martins (1981) quem chama a atenção para o fato de que foi justamente nos locais mantidos à margem da economia colonial, onde o processo de ocupação foi bastante irregular, que o advento da terra-mercadoria foi marcado por convulsões sociais. Demarcar terras devolutas, desenvolver programas de colonização, grilar terras etc. Significativa expulsar posseiros, bem como desrespeitar o direito costumeiro dessas populações. Não é por menos que os movimentos messiânicos tiveram como palco o sertão da Bahia e o sertão do contestado (ALMEIDA, 2006, p. 106).

Portanto o avanço da ordem social competitiva vai criar condições para as primeiras rebeliões promovidas pelos camponeses. E que vão avançar até que a mesma se reconheça enquanto classe e que amadureça politicamente, processo esse que vai culminar na formação dos atuais movimentos sociais do campo.

1.2.1 A reação camponesa em meio a instauração da ordem social competitiva no Brasil: Messianismo e o Cangaço.

Se formos buscar na história do Brasil, não são poucas as revoltas dos movimentos populares no campo, “primeiro contra os fazendeiros e coronéis e depois contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários e já agora, também contra a exploração econômica da grande empresa capitalista” (MARTINS, 1981, p.9).

“As primeiras grandes lutas camponesas no Brasil coincidiram com o fim do império e o começo da República” (MARTINS, 1981, p.41) e não por um acaso, pois nesse período ocorreram significativas mudanças na relação dos senhores rurais com o trabalho escravo e, por conseguinte com a terra o que influenciou de forma direta na expansão do trabalho livre.

Essas mudanças não representaram ganhos para o trabalhador que vivia da produção rural e sim mais espoliação e degradação; o escravo antes propriedade e preso à terra, agora se tornou o liberto, sem perspectivas e jogado de lado. O camponês por sua vez sofre um grande impacto na transformação da terra em mercadoria. Daí alguns trabalhadores se revoltaram contra a república a qual atribuíram toda a situação de miséria a que foram submetidos.

Dessa forma se dá as primeiras revoltas camponesas no Brasil, ainda sem um caráter político, sem um reconhecimento de classe e com forte caráter messiânico. Dessas podemos destacar as revoltas que aconteceram no sertão de Canudos e em contestado. Outro movimento que data dessa mesma época é o cangaço que se caracterizava como uma espécie de banditismo.

As movimentações predominantemente camponesas, mas não exclusivamente, do sertão de Canudos, na Bahia (1893-1897), e do sertão do Contestado, no Paraná e em Santa Catarina (1912-1916), foram apresentadas e violentamente combatidas, por forças militares compostas por milhares de soldados do exército e das polícias estaduais, como se fossem tentativas de restauração da monarquia (MARTINS, 1981, p.41).

O fato é que esses movimentos só reivindicaram a volta da monarquia por que as mudanças ocorridas em meados do século XIX na sociedade brasileira foram avassaladoras para os camponeses, principalmente no que diz respeito à posse da terra, que segundo Martins (1981, p.41) “pouco tinham a ver com a mudança do regime”. Das referidas mudanças sociais as mais significativas foram à lei de terras de 1850 e a abolição da escravatura em

1888 que antecederam o fim do império, mas que era a expressão das transformações que o Brasil iria passar no decorrer do século XIX.

A lei 601 de 1850, conhecida como a lei de terras de 1850, reafirmou o poder da coroa sobre as terras devolutas e “proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficassem proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse a compra” (MARTINS, 1981, p. 42). Buainain (2008) lembra que a principal intenção dessa lei “era dificultar o acesso à terra por parte de quilombolas (escravos fugidos) e dos produtores independentes” (BUAINAIN, 2008, p.21).

A lei de terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de fazendeiros. Os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da lei de terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois, como assinalaria na época da abolição da escravatura um grande fazendeiro de café e empresário, a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudessem mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro (MARTINS, 1981, p. 42).

Além de conter a ocupação de terras devolutas por posseiros, a lei de terras mirava o fim da escravatura, que já se anunciava aquela altura com a lei do ventre livre (1851) e posteriormente se concretizou com a abolição da escravatura de 1888. Isso porque com o fim da mão de obra escrava, os grandes produtores de café teriam que buscar novas alternativas de mão de obra e a opção da época foi o trabalho imigrante. O temor das elites naquele momento é que os imigrantes ocupassem as terras devolutas e não trabalhassem nas terras dos grandes produtores rurais. Para que isso não acontecesse a lei de terras restringiu o acesso à terra estabelecendo altos valores pelos módulos de terra.

Segundo Martins (1981) o “esquema” era o seguinte os imigrantes trabalhavam arduamente nas lavouras dos grandes fazendeiros e em troca recebiam um valor para que pudessem acumular e comprar o seu pedaço de terra.

Como podemos lembrar, o Brasil nesse momento passa por profundas mudanças nas suas estruturas sociais rompendo com alguns vínculos tradicionais em favor da instauração de

uma ordem social competitiva. O fato é que nesse momento escravos e trabalhadores livres que serviram de mão de obra no Brasil colônia - os primeiros como força motriz das grandes lavouras e os outros como força subsidiária do modelo escravista – se vêem sob uma nova forma de organizar o trabalho. O camponês que já existia no modelo escravista vai sofrer o baque dessas mudanças.

Antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros. A mediação do escravismo disfarçara anteriormente esse confronto, fizera do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto. O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses (MARTINS, 1981, p.63)

Portanto, o Messianismo e o banditismo são desdobramentos do movimento de formação da ordem social competitiva, principalmente, no que tange à adoção do trabalho livre e à mercantilização da terra que contrapõe fazendeiros e camponeses.

O messianismo, por exemplo, está geralmente ligado a mudanças nas relações sociais de produção. Esse nível de realidade social nem sempre é bastante visível. Muitas vezes, a crise nas relações de produção não surge em primeiro plano, mas permanecendo oculta pelas condições socioculturais do movimento messiânico, que em geral, se manifesta como fenômeno social e cultural: ou melhor, como fenômeno mágico religioso. Por isso, tendem a permanecer em segundo plano, ou esquecidas, suas condições econômicas mais ou menos importantes. E isso é combinado em diferentes graus com os acontecimentos relacionados a Canudos, Juazeiro, São Leopoldo, Contestado, Caluté etc. Além disso, em quase todos os movimentos messiânicos importantes no mundo rural brasileiro encontram-se manifestações mais ou menos desenvolvidas da crise nas relações de produção. (IANNI, 2005, p.134)

No caso dos movimentos messiânicos sabemos que esses foram duramente reprimidos, dada a forma como as oligarquias lidavam com os movimentos de resistência ou contestações. No caso do banditismo, Ianni (2005) revela que esse se tratava de uma reação à violência praticada pelos fazendeiros e coronéis ou “(...) surge muito mais diretamente do sistema de violência monopolizado pelo fazendeiro ou coronel” (IANNI, 2005, p.136).

Segundo Martins (1981) era comum entre os coronéis – principalmente os do nordeste - a utilização de jagunços que se configuravam em um exército particular que ficava incumbido de defender os fazendeiros e sua propriedade. Geralmente esses exércitos eram utilizados em guerras com outros fazendeiros. “Muitos dos jagunços dos fazendeiros eram na verdade trabalhadores, moradores e agregados, de suas fazendas” (MARTINS, 1981, p.58).

Segundo Martins (1981) com o acentuado volume de guerras entre famílias e a utilização da força policial vai aparecer a figura do jagunço de aluguel que não guardava fidelidade a nenhum coronel e que alugava a sua pistola a quem melhor pagasse.

(...) A fonte básica do banditismo sertanejo estava nos conflitos de famílias, nas lutas pela terra, nos crimes de honra, na vingança. Tais pessoas não eram propriamente concebidas como bandidos pelos sertanejos, mas como pessoas que cumpriam o destino de vingar uma afronta. Os sertanejos que caíram nessa situação eram geralmente sitiados, posseiros, pequenos lavradores e criadores, camponeses, esbulhados em seus direitos, submetidos a expulsões, violentas da polícia local comandada pelos chefes políticos. Vingada a ofensa, geralmente entravam para um bando, tornando-se cangaceiros (MARTINS, 1981, p.59).

Segundo Martins (1981), a diferença entre o jagunço e o cangaceiro era que o primeiro tinha um patrão a quem devia fidelidade enquanto o segundo era livre e trabalhava de forma autônoma. Ainda de acordo com o autor muitos estudiosos como é o caso de Ianni (2005), caracterizam os cangaceiros como jagunços que se livraram do julgo dos fazendeiros, mas Martins explica que o jagunço “não pode lutar senão pelo seu patrão, não era um rebelde. (...) Já o cangaceiro, ao contrário, tende a ser o camponês, que já era livre no que se refere a ter a sua terra, ainda que cliente de um chefe político” (MARTINS, 1981, p. 59).

Os cangaceiros mais conhecidos foram Antonio Silvino e Lampião. O interessante é que geralmente o bando de Silvino fazia distinção entre fazendeiros e camponeses, sendo que Silvino estabeleceu “uma norma ao seu bando de não atacar camponeses e trabalhadores

pobres” (MARTINS, 1981, p.60). Já Lampião nem sempre fazia essa distinção e em muitas vezes alugou sua arma a fazendeiros.

A nosso ver Messianismo e cangaço é expressão da contradição entre os interesses do camponês e do fazendeiro ou coronel em um momento de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil. Concordamos com Martins (1981) quando o mesmo afirma que “o messianismo e o cangaço definiram os limites da rebeldia camponesa no âmbito do coronelismo, da forma peculiar de poder da república velha que se personificava diante do camponês rebelado” (MARTINS, 1981, p.61).

Isso porque essas lutas se mostravam imediatas e moldadas pela conjuntura que se desenhava naquele momento. Os camponeses não se reconheciam como classe agindo de forma isolada e sem perspectiva de se constituir enquanto força política. O banditismo usando de violência para se vingar ou para combater os fazendeiros e os messiânicos, como no caso de canudos, agarrados a um misticismo clamando a volta na monarquia se restringiram a se defender das violentas investidas dos coronéis e da policia.

Compreendemos que esses posicionamentos estão localizados historicamente e que nesse momento o novo – surgimento da ordem social competitiva – e o velho – manutenção do poder oligárquico rural – vão criar um contexto que não permitia ao campesinato se reconhecer enquanto tal. A organização política dos trabalhadores rurais só vai se concretizar com a consolidação da ordem social competitiva e com o amadurecimento do capitalismo no Brasil onde vão surgir organizações como os sindicatos e as ligas camponesas.

No próximo capítulo descreveremos o desenvolvimento das organizações camponesas em meio à consolidação do capitalismo no Brasil. É preciso comentar que até aqui abordamos o processo de formação do Brasil enquanto país capitalista, no período que compreende a ruptura do estatuto colonial até a formação da ordem social competitiva ou capitalismo

competitivo. Ainda permaneceremos nessa linha, mas pretendemos dar mais ênfase à formação das organizações camponesas.

É preciso dizer também que o período que vamos destacar no segundo capítulo trata da transição do capitalismo competitivo para o que Fernandes (2006) chamou de capitalismo monopolista. Segundo o autor esse momento do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil vai se dar a partir de 1950 e se consolidar no início da década de 1960.

Capítulo II: Consolidação da organização política dos Trabalhadores Rurais.

2.1 A revolução de 1930 e as transformações ocorridas sob o governo Vargas.

Antes de retomarmos a discussão sobre a formação e consolidação do movimento camponês, precisamos discorrer sobre a conjuntura que se desenhava no Brasil no período que antecede o que Fernandes (2007) chamou de capitalismo monopolista. Isso porque a conjuntura vai ser determinante para a mudança do eixo de acumulação capitalista no Brasil, o mesmo deixa de se basear na agricultura e no comércio e passa a se centrar no meio urbano e no capital industrial, ratificando assim um novo arranjo na formação do bloco das classes dominantes.

Como já dissemos anteriormente, a ordem social competitiva vai se consolidar em meio à uma relação que envolve velhas e novas estruturas, velhas e novas classes dominantes, ou seja, no Brasil vai se consolidar o desenvolvimento de uma dinâmica econômica e social capitalista, mas ao mesmo tempo vão se preservar velhas formas de manutenção do poder

(poder autocrático das elites), bem como preservar a influencia das velhas oligarquias rurais, podemos dizer até que essa influencia vai perdurar ao longo da história política e econômica do Brasil.

A consolidação entre o velho e o novo, entre os vários segmentos representantes dos interesses agrários e mesmo dos setores urbanos emergentes, foi um componente que caracterizou o processo de transformação da sociedade brasileira quando, a partir de 1930, iniciou-se a transição para o capitalismo industrial no Brasil. Esse processo se assemelha ao que Gramsci denominou de revolução restauração, uma vez que comporta momentos de progresso e de reacionarismo (ANTUNES, 1982, p.67).

Mas entendemos que a revolução 1930 vai representar o que Ianni (2005, p. 128) chamou de “uma vitória da cidade sobre o campo”, ou seja, nesse momento criou-se as condições para que o setor industrial se desenvolvesse de uma forma a tirar o eixo de acumulação capitalista das grandes fazendas para a indústria. “Desse modo, criaram-se algumas das condições políticas que favoreceriam a futura hegemonia do setor industrial sobre o setor agrário, especialmente a partir da década de 1950” (IANNI, 2005, p.128-129).

A revolução de 1930 marcou um momento significativo no processo de modernização e expansão das relações de produção capitalistas. Nelson Werneck Sodré, ao apreender o seu significado, disse: “A revolução de 1930 resultava de uma brecha na classe dominante, cindindo-se e permitindo a composição de uma de suas frações com os elementos de classe média presentes em todas as fermentações internas. Há na revolução, assim, duas componentes: a tradicional, representada pelas forças políticas que exerciam o domínio do país, e a nova, representada por forças políticas que até então não haviam encontrado oportunidade para organizar-se e atuarem, particularmente representados no tenentismo”. Na verdade o processo iniciado em 1930 assemelha-se ao que Lenin denominou de “reformismo pelo alto”. A transição não foi revolucionária, pois 1930 marcou um momento de rearranjo este feito pelo alto, excluindo qualquer participação efetiva das classes subalternas, e tendo um componente conciliador bastante nítido (ANTUNES, 1982, p.66).

A revolução de 1930 representou uma mudança na direção do bloco hegemônico no poder e não uma cisão nas classes dominantes. Agora as classes dominantes são direcionadas pela nascente burguesia industrial que substituiu as velhas oligarquias rurais na direção do bloco do poder; porém não estamos dizendo que as oligarquias deixaram de exercer o seu poder político, pois entendemos que ao constituir o bloco no poder, as mesmas garantiram a defesa de seus interesses. Não podemos também esquecer que a burguesia formada no

Brasil como disse Fernandes (2006) cresceu em volta dos cafezais e guardava uma relação muito próxima com as oligarquias.

O (...) elo dessa linha de continuidade é a política econômica voltada para o desenvolvimento da nação, privilegiando setores que antes eram relegados a um segundo plano (especialmente o setor industrial), contudo, sem que fosse abandonada a prática de valorização do pólo agrícola-exportador da economia (MATOS, 2009, p.62).

Há agora uma relação diferenciada entre os setores, no qual o setor secundário e o setor terciário passam a ditar uma dinâmica que possibilita a apropriação do excedente produzido pelo setor agrário.

(...) São vários os meios e as técnicas utilizados para se realizar a transferência; entre eles destacam-se os seguintes: a) pouca informação sobre as condições do mercado de matérias-primas etc. produzidas no setor agrário; b) ação de grupos econômicos nacionais e estrangeiros, dedicados no geral a atividades industriais, empresas comerciais ou estabelecimentos bancários; c) atuação do sistema bancário, vinculado a empresas e grupos industriais nacionais e estrangeiros; d) funcionamento sistema de comercialização dos produtos agrários (gêneros alimentícios, produtos tropicais, matérias primas), relacionado com grupos econômicos ou empresas nacionais e internacionais. É evidente que tais meios e técnicas operam em conjunto; e muitas vezes inclusive em cadeia. Além disso, revelam o modo como se efetivam e se desenvolvem as relações de dependência na sociedade agrária, frente à sociedade urbana e industrial (IANNI, 2005, p.130).

Ainda segundo Ianni (2005), esses mecanismos vão culminar em uma troca desigual entre o setor agrário e os demais setores, onde o mesmo passará a transferir parte do excedente produzido nas fazendas para a mão de grupos nacionais e estrangeiros. Ianni (2005, p.??) afirma que essa transferência se dá principalmente “devido à diferença da força de trabalho (na indústria e na agricultura) e às práticas monopolistas controladas pelos grupos econômicos (nacionais e estrangeiros) dos centros urbanos”.

Ao mesmo tempo em que a revolução de 1930 representou a transformação do Brasil de um país de "formação social agroexportadora numa formação industrial-dependente" (AZEVEDO, 1982, p. 28) – não nos esqueçamos da cronologia de Marini (2000) sobre o

processo de constituição do capitalismo dependente na América Latina – conservaram-se a importância das elites agroexportadoras. Azevedo (1982, p. 30) chega a afirmar “[que não houve uma] revolução burguesa, tão pouco um movimento dos extratos médios, sob a direção dos tenentes” e que na verdade os interesses das elites ligadas à exportação do café não eram tão conflitantes com o interesse da nascente burguesia industrial e com os extratos médios. Segundo Alencar apud Azevedo (1982, p. 31):

“a concentração de renda nas mãos de plantadores, comerciantes e financistas do café não se chocava inteiramente com a diversificação da economia. Nos períodos de crise de exportação, como as importações encarecessem e as novas plantações fossem restringidas, eles investiam na produção interna, substituindo as importações, principalmente os bens de consumo e, em menos grau, bens intermediários...” “por isso”, prosseguem os autores, “havia motivos para a atenuação dos conflitos entre os setores agroexportadores e a burguesia industrial paulista. Esta, além de composta por empresários ligados ao café, continuava dependendo, em muitos aspectos, da agro-exportação.”

Azevedo (1982) ainda afirma que essa relação de dependência possibilitou a conciliação política entre esses setores. As palavras do supracitado autor se aproximam com o que já havíamos constatado na obra de Fernandes (2006), as transformações ocorridas em meio à formação da ordem social competitiva do Brasil tiveram uma participação determinante das elites agrárias.

Na falta de uma classe homogênea – pois mesmo ditando a nova dinâmica de produção a burguesia ainda se constituía em uma classe fragmentada - que conduzisse um projeto de desenvolvimento nacional, o Estado assume o papel de tomar essa direção. Nesse processo temos que destacar a importância do governo Vargas que assumiu “a missão de desenvolver o país” Getúlio Vargas representou muito bem os interesses da nascente burguesia industrial e das velhas oligarquias rurais.

Qualquer análise do Brasil pós-1930 tem que levar em conta o peso dos 15 anos do primeiro governo Vargas. A importância da figura de Getúlio Vargas; a ideia da necessidade de superação do atraso econômico e social brasileiro pelo desenvolvimento industrial, o autoritarismo com sua crítica feroz às instituições democráticas de relacionamento político (como partidos, a independência entre

outros poderes e as eleições), são algumas das heranças que esse governo esforçou-se por legar à história brasileira. Mas o importante entre elas foi, sem dúvida, a proposta, difundida nos discursos dos dirigentes da época, de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, arbitrada por um Estado que seria, ainda segundo aqueles discursos, ao mesmo tempo regulador e protetor, apresentando-se como interventor da legislação social (MATOS, 2009, p.61).

Segundo Matos (2009) o governo Vargas vai se caracterizar: pela centralização administrativa; por uma política econômica que passa a privilegiar setores que antes tinham um papel secundário, mas que não deixa de valorizar o setor agrário exportador; e finalmente, pela forte intervenção junto à classe trabalhadora, principalmente no que tange à legislação social e ao movimento sindical. Vargas e outras lideranças do governo defendiam a idéia de colaboração de classe para o desenvolvimento do país. Vargas vai buscar a tarefa que Weffort apud Azevedo (1982, p.35) “chama, ironicamente de “ (...) a tarefa de toda a democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político ””.

É importante frisar que nesse momento já se tinha certa consolidação do movimento operário que era influenciado pelas ideias anarquistas, comunistas e socialistas. O mesmo ainda não acontecia com o movimento camponês que ainda tinha nos movimentos messiânicos e no cangaço a sua maior expressão. Mas é interessante retomar essa relação de Vargas com o sindicalismo por que algumas das estruturas de controle instauradas por Vargas vão perdurar ao longo da história das organizações sindicais no Brasil inclusive no MSTTR.

Dentro de todas as ações implementadas por Vargas, que vão desde a Consolidação das Leis Trabalhistas ao poder delegado à justiça do trabalho, devemos destacar a legislação sindical que segundo Matos (2009, p.63).

(...) Institui o monopólio do sindicato único por categoria e região (monopólio da representação), estrutura vertical por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do ministério do

trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções (MATOS, 2009, p.63).

Sobre a legislação sindical devemos destacar o “decreto nº 19.770, de 1931, que criava o sindicato oficial” (MATOS, 2009, p.63). Para se ter uma idéia esse decreto definia que os sindicatos ou associações deviam ser para choques das tendências antagônicas de classes (MATOS, 2009).

Os mecanismos de incorporação dos assalariados urbanos seriam montados pelo próprio Estado, através do sistema partidário e da estrutura sindical vinculada ao governo, pela sua dependência ao ministério do trabalho. Esses dois instrumentos de arregimentação das massas iriam se constituir nos canais privilegiados de captação da própria legitimidade popular do Estado, um situado na esfera política e o outro na esfera econômica, e iriam fornecer uma base de apoio indispensável para a manutenção da força arbitral dos sucessivos governos, no período entre 1945 a 1964, diante das classes dominantes (AZEVEDO, 1982, p.35).

Em um primeiro momento o movimento operário resistiu à filiação ao sindicato oficial, mas as “vantagens” oferecidas pelos sindicatos oficiais, como o acesso a certas políticas governamentais, esvaziaram os movimentos combativos.

(...) Além de estimular a criação de sindicatos oficiais, quase sempre com pouca representatividade, uma das estratégias adotadas pelo ministério para angariar adesões “voluntárias” ao sindicato oficial foi vincular a concessão dos benefícios das novas leis trabalhistas à representação de classe oficial, deixando assim que as lideranças mais combativas sofressem a pressão para a busca do reconhecimento do ministério por parte de suas bases, ansiosas por usufruir os benefícios da legislação (MATOS, 2009, p. 64).

O fato é que até 1935 houve um crescimento significativo do sindicalismo oficial, mas não sem resistência. Partido Comunista Brasileiro, os Anarquistas e Trotskistas denunciaram o caráter fascista da incorporação do sindicato à estrutura do Estado tendo intervenção direta do ministério do trabalho.

Mediante as denúncias dos movimentos de resistência, Vargas viu aumentar os movimentos grevistas, sendo que o número de greves se manteve constante até 1935, quando Vargas

instaurou o regime de exceção – instauração do Estado novo - e aumentou a repressão ao movimento de resistência ao sindicalismo oficial. É interessante destacarmos nesse momento o papel do PCB que encabeçava a Aliança nacional libertadora (ANL) um bloco antifacista que foi duramente reprimido por Vargas.

O que podemos tirar desse momento é que a estrutura sindical instaurada por Vargas que vai ter rebatimentos até os dias de hoje no movimento sindical e a intervenção do PCB junto ao movimento operário. Veremos no próximo item que essa intervenção não se restringiu ao movimento operário - ao qual os dirigentes do PCB acreditavam ser o sujeito revolucionário -, mas também se fez presente no movimento camponês que os dirigentes do Partido Comunista acreditavam se tratar de um aliado em potencial. Isso porque como já dissemos, nesse momento o movimento camponês carecia de maior organização e até mesmo do reconhecimento de classe.

Se a incorporação e a participação das massas urbanas no sistema político constituem as bases de dominação do bloco industrial-agrário, através do Estado populista, no campo, o fundamento dessa dominação baseou-se na *exclusão política e social dos camponeses e dos trabalhadores rurais* (AZEVEDO, 1982, p.37).

Essa exclusão se dava principalmente pelo tipo de dominação que era exercido sobre os camponeses e trabalhadores rurais pelos grandes proprietários de terra.

Tal exclusão era a condição prévia e, ao mesmo tempo, resultado da manutenção de uma “paz agrária” que favorecia a superexploração da força de trabalho pelos grandes proprietários que detendo o monopólio da terra e os privilégios da antiga oligarquia rural, cuja manifestação mais clara seria a guarda nacional (no século passado) e a sobrevivência do mandonismo político, no nordeste agrário, através do coronelismo, submetiam o assalariado do campo e o campesinato a uma rígida dominação de classe onde combinavam a coerção econômica e a extra-econômica (AZEVEDO, 1982, p.37).

Segundo o autor, essa dominação se mantinha pela força onde as elites agrárias lançavam mão de um controle baseado na violência e que não tinha interferência do Estado que

“reproduzia uma ordem privada cujos fundamentos ideológicos encontrava-se na existência da grande propriedade e do latifúndio, mantidos intocados pela política de compromissos entre as classes dominantes e pelo Estado” (AZEVEDO, 1982, p.37).

Azevedo (1982) afirma que esse tipo de dominação dispensava a intervenção do Estado populista como amortecedor de conflitos, papel exercido junto às massas populares urbanas.

2.2 A consolidação do movimento camponês em meio ao desenvolvimento capitalista no Brasil.

Essa forma violenta de manter a “paz no campo” não vai ser uma exclusividade desse momento histórico e vai perpassar por toda a história de mobilizações das lutas no campo, mas o fato é que o avanço do capitalismo sobre o campo vai permitir com que os trabalhadores rurais possam se organizar e criar organizações que vão defender os seus interesses sejam eles econômico imediatos ou políticos.

No primeiro capítulo, descrevemos o processo de construção da ordem social competitiva no Brasil principalmente no que tange ao processo de composição das elites brasileiras. Tentamos também descobrir como se formou o campesinato brasileiro, bem como descrever suas primeiras rebeliões. Daqui por diante vamos buscar descrever o processo de amadurecimento e consolidação da organização camponesa em uma sociedade profundamente contraditória e marcada pelo avanço do modo de produção capitalista.

Nesse capítulo trataremos da formação dos sindicatos, foco de nosso estudo, mas antes não podemos deixar de falar sobre os movimentos que vão contribuir com a base de formação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

Dentre os agentes formadores do MSTTR podemos destacar a intervenções do PCB, da igreja católica e das ligas camponesas que vão influenciar de forma direta à formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em todo o Brasil, inclusive no estado do Espírito Santo. É preciso ressaltar que a estrutura sindical que conhecemos só vai ser formada na década de 1960.

Na verdade tem-se notícia de Sindicatos de Trabalhadores Rurais já em 1933 na cidade de campo no Rio de Janeiro e outro registro de um sindicato surgido em 1954 em Pernambuco na Usina de Barreiras, mas ambos sequer foram reconhecidos legalmente devido as restrições a instituições desse tipo nesse momento (MORAIS, 2002,). Esses vão representar experiências fracas e isoladas, isso porque,

Até 1963, no Brasil, existia, *de juri*, uma relativa liberdade sindical estabelecida no Direito Positivo (Consolidação das Leis do Trabalho) e, *de facto*, uma rígida restrição ao sindicalismo rural, ditada pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários (MORAIS, 2002, p.12).

Morais (2002) nos leva à retomar os itens anteriores no que tange à composição do bloco no poder que consolidou o capitalismo no Brasil que vai ter forte influência das oligarquias rurais desde a independência até a concretização do poder burguês no Brasil. Isso porque acreditamos que a existência dessas influências vai gerar uma forte restrição à organização sindical dos trabalhadores rurais e mais do que isso à organização política autônoma dos agricultores.

Por isso segundo Martins (1981) até a década de 1940 vão imperar como forma de rebeldia camponesa o cangaço e o messianismo - que eram formas limitadas de organização camponesa.

A partir de 1950 vão surgir movimentos politizados e que vão tomar grandes proporções com destaque para as ligas camponesas que eram lideradas por Francisco Julião no nordeste que vão se tornar a principal forma de organização dos trabalhadores rurais naquele

momento, e mais do que isso, vão se tornar a expressão política dos trabalhadores rurais, articulando os mesmos em várias partes do Brasil.

Antes do surgimento das ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião várias foram as tentativas de organizar as massas camponesas no Brasil, principalmente através de iniciativas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PCB nesse momento já havia se convertido no principal articulador da classe operária no Brasil difundindo suas idéias por várias instituições sindicais dos trabalhadores urbanos (MATOS, 2009).

O PCB via nos camponeses a possibilidade de aumentar “as suas bases políticas para além das fronteiras urbanas e concretizar a idéia de uma aliança operário-camponesa para se contrapor ao latifúndio e ao imperialismo” (AZEVEDO, 1982, p.55). Por isso se propôs a fomentar também as lutas no campo, organizando as massas camponesas. Diante da dificuldade de organizar os trabalhadores rurais em sindicatos, como já vinha fazendo com o operariado, o partido passou a organizar na década de 1940, associações de agricultores que se ocupavam com várias pautas camponesas; daí nasce as ligas camponesas – que não estão ligadas de forma direta às ligas lideradas por Francisco Julião que só vão surgir mais adiante nos anos 1950- como uma alternativa para a mobilização do campesinato brasileiro.

O retorno do país ao regime de garantias democráticas (em 1945), interrompido pelos dez anos de ditadura de Vargas, propiciou uma grande mobilização de massas camponesas na maioria dos Estados brasileiros. Nesse esforço se destacou, naquele período, o Partido Comunista como única organização que se dedicava às massas rurais. As outras agrupações políticas se limitavam ao simples e periódico manejo eleitoral das pessoas do campo, empregando, para isso, a estrutura de poder político dominado pelos grandes latifundiários (MORAIS, 2002, p.11).

De acordo com Moraes (2002) em coerência com a própria estrutura orgânica do Partido Comunista, as Ligas Camponesas eram um movimento camponês altamente centralizado, não tinham líderes independentes e sim aqueles designados pelo PCB, sendo que as lideranças eram todas quadros do partido e, em sua maioria, trabalhadores do meio urbano, nesse momento o principal líder das Ligas era Luiz Carlos Preste, principal dirigente do PCB (MORAIS, 2002).

(...) as ligas e as associações rurais da época, ao se subordinarem à consigna da aliança operário-camponesa e à política de acumulação de forças que marcavam, taticamente, a ação do partido comunista, naquele momento, tornam-se incapazes de garantir nitidez e autonomia política próprias, até mesmo porque, do ponto de vista organizacional, eram muito mais apêndice da estrutura unitária e centralizada do PCB, do que uma entidade de massa ou um instrumento corporativo com vida própria (Cf. Clodomir Santos de Moraes apud AZEVEDO, 1982, p.56).

Ao analisarmos as palavras do autor, percebemos que apesar de significar um avanço na organização camponesa no Brasil (principalmente em relação ao movimento messiânico e o cangaço), esse momento não corresponde à um modo de organização camponês maduro, ou seja, não conseguimos ainda perceber um movimento que insira os trabalhadores rurais e camponeses como protagonistas na vida política do país.

Entretanto as ligas conseguiram mobilizar milhares de agricultores em quase todos Estados brasileiros atingindo vários setores do campesinato – desde meeiros passando por pequenos agricultores e até posseiros entre outros, mas suas atividades não duraram muito tempo, as Ligas foram desarticuladas no ano de 1947 pelo governo do então presidente Dutra, que promoveu “a proscrição do Partido Comunista” com uma dura perseguição às suas principais lideranças, utilizando-se de uma violenta repressão (MORAIS, 2002).

Com a cassação do registro do PCB, em 1947, o retorno desse partido à ilegalidade e à clandestinidade, e a repressão generalizada aos seus militantes, tais ligas ou associações foram violentamente abafadas, por vezes de forma direta e comandada pessoalmente pelos grandes proprietários e por seus capangas e jagunços, uma espécie de polícia privada à serviço do latifúndio. Desta forma, em pouco tempo e sem condições de esboçar alguma resistência, a maior parte dessas entidades foi desarticulada e extinta. Na verdade, nesse curto período de vida, elas não conseguiram criar uma base de massa, nem projetar nenhum líder camponês de expressão nacional, regional ou mesmo local (AZEVEDO, 1982, p.57).

Dessa forma a perseguição aos militantes do Partido Comunista e sua proscrição levaram as Ligas quase ao desaparecimento e não só as Ligas, mas a maioria dos movimentos de trabalhadores do país, dada à centralização da organização da luta dos trabalhadores no

Partido Comunista. A partir desse momento o PC – que passou a agir na clandestinidade - se ateve às atividades de seu núcleo urbano, deixando os movimentos camponeses à sua própria sorte (MORAIS, 2002). Com isso as ligas camponesas ligadas ao PCB – com algumas exceções – interrompem suas atividades.

O movimento camponês então se retrai e só vai voltar a ganhar corpo na década de 1950, a partir de alguns movimentos soltos no nordeste, mas que ganham, posteriormente, repercussão nacional (BASTOS, 1984).

Segundo Bastos (1984) Azevedo (1982) e Morais (2002) em 1954 começa a se articular um movimento em Pernambuco que mais tarde também vai ser nomeado de Liga Camponesa. O movimento dos Galileus em Pernambuco que tinha como uma de suas lideranças José dos Prazeres, ex-militante do PCB que havia se desfilado em 1947 (AZEVEDO, 1982), e tinha como principal atividade a luta de trabalhadores do engenho da Galiléia - no município de Vitória de Santo Antão - que trabalhavam como arrendatários pela posse das terras (BASTOS, 1984).

Na verdade José dos Prazeres havia se desligado do PCB, em 1947, mas ainda estava à frente da liga da Iputinga, ao lado do seu irmão Amaro do Capim e do dirigente comunista Carlos Cavalcanti, entre outros, e continuava a desenvolver atividades e contatos políticos no campo. A Sociedade Agrícola... do Engenho Galiléia surgiria desse esforço, e teria como seu primeiro presidente um militante comunista (Paulo Travassos) que, segundo Clodomir Santos Morais, era um dublê de camponês e operários rural, ligado ao PCB e que, foragido do Espírito Santo por suas atividades políticas, passa a atuar, a partir de 1954, em Pernambuco (AZEVEDO, 1982, p.60).

José dos Prazeres⁴ junto com um pequeno grupo de foreiros trabalhou para a organização dos trabalhadores das mediações da usina em uma associação que tinha como finalidade adquirir as terras do engenho da Galiléia. Essa associação ficou conhecida como

⁴ “José dos Prazeres havia sido um criador tradicional de Ligas camponesas em anos anteriores” (MORAIS, 2002) tendo participado de uma série de atividades do Partido Comunista.

“Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP)” (BASTOS, 1984, p. 19).

[...] Do ponto de vista legal, [a SAPPP], caracterizava-se por constituir-se numa sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, cujos objetivos são, primeiramente, a fundação de uma escola e a constituição de um fundo funerário (sociedades funerárias são comuns na região) e, secundariamente a aquisição de implementos agrícolas (sementes, inseticidas, adubos, instrumentos) e reivindicações de assistência técnica governamental (BASTOS, 1984, p. 19).

Os camponeses tentando garantir sua própria existência perante a dinâmica de produção capitalista viam na aquisição da terra essa possibilidade, pois já não conseguiam mais pagar o arrendamento ao dono das terras. As terras custavam pouco mais que o valor da renda que os camponeses tinham que pagar. Dessa forma a associação organizou os trabalhadores para que com seus próprios recursos pudessem comprar aquelas terras.

Com a legalização da SAPP, os camponeses elegeram Osmar de Arruda Beltrão – dono do engenho Galiléia - como seu presidente de honra e esse prontamente aceitou, logo veio o acordo para aquisição da terra do engenho, mas mais tarde Beltrão, sob a influência de outros donos de engenho, declina de sua decisão e abandona o cargo de presidente de honra da SAPPP; os donos de engenho e fornecedores achavam aquele movimento subversivo, já que nesse momento já circulava entre os associados da SAPP as idéias de reforma agrária (BASTOS, 1984; MORAIS, 2002).

A partir desse acontecimento, a SAPP passou a sofrer dura repressão policial culminando com o pedido judicial de desocupação das terras da usina, promovido por Oscar de Arruda Beltrão, que antes de chegar às vias judiciais já havia coagido alguns trabalhadores para deixar suas terras; como encontrou uma forte resistência dos trabalhadores, o dono de engenho acionou a justiça para expulsar os trabalhadores daquela terra. Os galileus, orientados por Prazeres, vão buscar um advogado em Recife – nesse momento entra em cena o advogado e deputado Francisco Julião (BASTOS, 1984).

A saída de Beltrão privou o pequeno núcleo camponês de uma cúpula, uma cobertura política da qual necessitava para sobreviver. Nos meses de Março e Abril de 1955 surgiram as primeiras arbitrariedades policiais. De repente, apareceu José dos Prazeres com o presidente da SAPP, Paulo Travassos, buscando na capital do Estado (Recife) respaldo político para os camponeses do engenho da Galiléia (MORAIS, 2002, p.19).

Segundo Bastos (2002), José dos Prazeres teve êxito em sua empreitada e conseguiu apoio de vários deputados de várias legendas: Partido da União Democrática Nacional (UDN); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Social Trabalhista (PST) e pelo Partido Comunista (PC) que a essa altura já havia retomado suas atividades. Os parlamentares que apoiavam a SAPP – que a essa altura já era denominada Liga Camponesa pela imprensa nacional - “passaram [então] a compor um organismo informal urbano de apoio às ligas camponesas”, usando de sua imunidade parlamentar para garantir a integridade de camponeses organizados (MORAIS, 2002, p.20).

A luta da SAPP pelas terras do engenho da Galiléia durou até 1959 quando a assembléia legislativa de Pernambuco decidiu desapropriar as terras do engenho e distribuí-la para os trabalhadores. Nesse momento a associação já tinha amadurecido e ganhado notoriedade – inclusive sendo denominada pela imprensa nacional como Liga Camponesa em alusão as Ligas organizadas pelo PC e que em algumas localidades, ainda mantinham suas atividades, apesar da adversidade (BASTOS, 1984).

José dos Prazeres, junto com o presidente da SAPP, ao procurarem ajuda em Recife desencadearam o processo que iria culminar na criação do Conselho Regional das Ligas Camponesas, composto por personalidades do meio urbano. É importante dizer que Prazeres, devido à sua experiência enquanto ex-militante do PC, sabia que um movimento local sem apoio político poderia ser rapidamente sufocado por isso a necessidade de envolver outros atores na organização do movimento buscando inclusive expandir as Ligas em nível regional (MORAIS, 2002).

Assim, com o fundamento na experiência anterior, a primeira medida tomada para aproveitar a conjuntura favorável, é a transferência do controle da luta para fora do centro do conflito. José dos Prazeres leva os “galileus” a procurarem um advogado em Recife, capital do Estado, e não na vizinha cidade de Vitória de Santo Antão, onde se localizava o engenho. Este é Francisco Julião de Paula deputado estadual pelo PSB, que passa a assumir a liderança e o controle da organização. Julião reconhece que as condições políticas são favoráveis à mobilização dos trabalhadores do campo e transforma isso numa vantagem para o movimento (BASTOS, 1984, p.48).

No momento em que Francisco Julião passa a defender interesses da SAPP, a conjuntura favorecia a organização dos trabalhadores rurais, até mesmo porque na década de 1950 o Brasil vai ter uma ampliação de suas liberdades democráticas, principalmente, com a eleição de Juscelino Kubitschek. “[...] A fome e a reforma agrária eram temas que, entre outros, dia após dia, iam deixando de ser tabus para converter-se em assuntos correntes tratados pelos jornais e outros meios de divulgação” (MORAIS, 2002, p.28).

É nesse contexto que vai se dar a realização do Congresso de Salvação do Nordeste (1955) que aconteceu em Pernambuco e que tinha como finalidade tratar os problemas socioeconômicos da região, reunindo vários setores da sociedade e que discutiu abertamente temas como a reforma agrária e as mudanças necessárias para o desenvolvimento da região que sofria com o “anacronismo das estruturas rurais e na condenação do acentuado atraso econômico (indústria-urbana) em que mantinha Pernambuco a oligarquia agrária semifeudal dominante” (MORAIS, 2002, p.30). Esse congresso também serviu para dar visibilidade às Ligas Camponesas que já se organizavam na região.

A expansão estadual se acelera após a realização do 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, em Setembro de 1955, um mês após o Congresso para a salvação do Nordeste. A reunião, que congrega 3.000 camponeses no clube Náutico de Recife, tem o patrocínio de Josué de Castro, então diretor geral da FAO (Food and Agriculture Organization). Nessa reunião José dos Prazeres é eleito presidente das Ligas Camponesas. Ao final da mesma, realiza-se marcha dos camponeses pelas ruas da capital do Estado. A Repercussão desse fato resulta, também, que o movimento passe a reunir não apenas arrendatários, parceiros, pequenos proprietários e posseiros, como até então, mas também trabalhadores assalariados (BASTOS, 1984, p.66).

É importante dizer que em um primeiro momento houve uma opção por parte da direção das Ligas – Conselho Regional das Ligas Camponesas - por organizar somente os camponeses – pequenos proprietários, meeiros e arrendatários – deixando de lado os assalariados rurais. Esse fato se deu pela maior facilidade de organizar os camponeses que já tinham certa estrutura que os permitia sobreviver diante de situações adversas; enquanto os trabalhadores assalariados eram frágeis e de difícil organização. Mas à medida que as Ligas ganharam corpo e status de organização regional e conseguiram o apoio de setores importantes da sociedade, sua base se ampliou e congregou também esses trabalhadores.

Toda a mobilização das ligas na década de 1950 e na década de 1960 vai deixar descontentes algumas “autoridades” da região, esse fato vai levar à perseguição de líderes da liga dentre eles “Francisco Julião que chegou a ser detido em Recife em 1964, mas acabou sendo solto por sua imunidade parlamentar” (BASTOS, 1984, p. 74). A mesma sorte não tiveram alguns agricultores como é o caso de “João Tomas que desapareceu em Pernambuco em 1955 e não mais foi encontrado” (BASTOS, 1984, p. 74). Os responsáveis por esses atos foram punidos dada à visibilidade das Ligas e suas lideranças (BASTOS, 1984).

Conhecida e perseguida, a liga termina a década e 50 com cerca de 35 mil associados no estado de Pernambuco e cerca de 70 mil no nordeste. Já em 61 a mobilização começa a preocupar setores externos à região. Em julho de 61 (5-7-61) é feita uma petição assinada por 141 deputados federais, sob a influência do deputado pernambucano Andrade Lima Filho, para a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o “fenômeno” das Ligas Camponesas (BASTOS, 1984, p.74).

Não demorou para que as idéias das Ligas camponesas ganhassem o território nacional, segundo Bastos (1984), essas idéias foram disseminadas pela campanha pela reforma agrária e seus “dez mandamentos para libertar, os camponeses da opressão do latifúndio” (BASTOS, 1984, p 75). Esse documento vai ser legitimado no 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil e vai servir de base para o documento que lançará as Ligas Camponesas em nível nacional (BASTOS, 1984).

Em resumo, os mandamentos propõem: aumento de tributação da terra, relacionando as taxas à extensão, eximindo as pequenas propriedades de qualquer tributo; organização de uma frente para a luta pela reforma da constituição, no que diz respeito à desapropriação de terras; regulamentação do arrendamento e da parcela; organização de cooperativas mista de produção agrícola e industrialização; medidas enérgicas contra a concentração monopolistas de terras; estabelecimento de programas de colonização; extensão de legislação trabalhista aos trabalhadores rurais; organização de cooperativas para comercialização dos produtos agrícolas; reestruturação da lavoura canavieira, encaminhando cumprimento de lei de atribuição de terras para cultivo de alimentos, estabelecimento de zoneamento, elevação da produtividade através de melhorias técnicas, sindicalização conjunta de trabalhadores da lavoura e da indústria açucareira, representação de trabalhadores do IAA (Instituto de Açúcar e do Alcool); estímulo à criação de novas ligas camponesas em todo o Brasil (BASTOS, 1984, p. 75).

No início da década de 1960 as ligas passam a ter uma organização em nível nacional sendo “organizadas federações em dez Estados” (BASTOS, 1984, p.67). Ao se organizar nacionalmente, as Ligas passam a ter fortes embates com a União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB).

Segundo Azevedo (1982) a história das ligas se divide em três momentos, sendo o primeiro o período que vai da criação da SAPPP até a expropriação das terras do engenho da Galiléia, nesse momento a nosso ver esta organização camponesa tem demandas de caráter mais imediato, assistenciais e a resolução de litígios com os grandes proprietários rurais e contra o Estado representado pelas forças policiais.

O segundo momento de acordo com Azevedo (1982) inicia-se logo depois da expropriação do engenho da Galiléia que projetou o nome das ligas nacionalmente, “e seria marcado por uma série de fatores que se combinam e contribuem, com pesos relativos, para provocar uma virada política e ideológica nas ligas” (AZEVEDO, 1982, p.77). O interessante nesse momento é que os dirigentes das ligas passam a ter contato com outras experiências de lutas camponesas como é o caso de Cuba e dos sindicatos rurais da Venezuela. Esse momento também vai marcar a cisão entre as ligas e o PCB que fazia parte dos conselhos regionais das ligas.

(...) Ainda em 1960, os comunistas ligados as ligas são derrotados, com suas teses, durante o congresso do PCB aprofundando o afastamento daquela organização política das ligas, cujas relações já estavam tensas desde a campanha presidencial, quando as ligas organizam, em todo o Nordeste, um movimento de solidariedade à Cuba, durante o episódio do bloqueio à ilha pelos Estados Unidos, movimento que foi considerado pelo PCB (que apoiava Lott e cujas posições eram contraditórias à revolução cubana) como importuno, do ponto de vista tático, no momento eleitoral em que se vivia (AZEVEDO, 1982, p.78).

O autor afirma ainda que nesse momento as ligas assumem uma postura radical defendendo uma reforma agrária “na marra e na lei”. Junto a esse posicionamento as ligas passam a defender a revolução armada e passam a organizar grupos guerrilheiros.

A terceira fase ou terceiro momento se caracteriza pela crise das ligas camponesas “provocada por dissensões políticas e ideológicas entre facções internas e pela perda da hegemonia do movimento social agrário para os sindicatos, controlados pelos comunistas e setores da igreja” (AZEVEDO, 1982, p.78).

2.3 A luta pela liderança do campesinato brasileiro: Ligas Camponesas x União dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Como já havíamos referenciado antes, o Partido Comunista, desde a década de 1940, já vinha atuando junto aos camponeses e assalariados rurais, mas a proscrição do partido vai afastar as lideranças do PCB do controle dos movimentos sociais do campo, junta-se a esse fato o surgimento das Ligas Camponesas no nordeste. Essa atuação vai ser insignificante até meados da década de 1950, quando o partido vai retomar, agora na legalidade, suas atividades junto à massa camponesa, principalmente junto aos assalariados do campo.

A ULTAB nasce em 1955 como uma iniciativa do PCB para organizar os movimentos camponeses existentes no Brasil. Segundo Morais (2002) no momento da criação da ULTAB, alguns representantes das Ligas Camponesas estiveram presentes e se negaram à

compor a ULTAB e sequer manifestaram o desejo de participar do jornal *terra livre*, elaborado por aquela entidade. Na visão dos representantes das Ligas, a ULTAB foi imposta pelo partido sem uma previa discussão, caracterizando assim uma iniciativa que começou de cima para baixo. Mesmo assim as Ligas “mantiveram [...] estreitas relações com a ULTAB e voltaram a reunir-se com a referida organização no Primeiro Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Paraná, realizado em 1959 e organizado pela ULTAB”.

A ULTAB rapidamente se disseminou pelo país, inclusive superando em muito a área de atuação das Ligas, isso porque contava com a máquina do Partido Comunista que dava todo o suporte para o movimento, em contrapartida, as Ligas tinham uma ação mais contundente e radical em relação à política agrícola daquela época.

A ULTAB era uma organização de tipo clássica e constituía uma experiência que o Partido Comunista já havia posto em prática no período de 1945, sem maiores resultados, a não ser o de reunir grande número de filiados e de eleitores. Sua tática residia na acumulação de forças, através de um trabalho de apoio a reivindicações e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e camponeses). As Ligas ao contrário, atuavam no sentido de despertar a consciência política entre os camponeses, para que no momento histórico eles pudessem decidir sobre seu destino (MORAIS, 2002, p. 39).

É importante dizer que no PCB nesse momento acreditava-se que “a etapa contemporânea da revolução brasileira, [...] implicaria a necessidade de uma frente única ao mesmo tempo nacionalista e democrática” (SEGATTO, 1989, p.93). Essa visão disseminada pelo Partido influenciava de forma direta a ULTAB e criava vários pontos de inflexão entre as Ligas e a ULTAB principalmente no que tange “a subordinação tática da luta agrária à questão nacional-democrática” (BASTOS, 1984, p. 100).

Em 1960 a tese aprovada no V congresso do PCB tira o foco do camponês relegando-o a um segundo plano. “O PCB muda à ordem de referência falando primeiramente em trabalhadores rurais e só em segundo lugar nos camponeses sem terra” (MARTINS, 1981, p. 86). Esse posicionamento vai levar o PCB a defender a luta por uma reforma agrária que se “concretizaria pelo caminho das medidas parciais” (MARTINS, 1981, p. 87).

As divergências em torno da questão agrária, do papel e do peso do campesinato nas lutas sociais e da relação entre as ações táticas e os objetivos estratégicos já indicavam a apreensão, pelas Ligas, de uma visão mais acabada e orgânica, do ponto de vista político ideológico, sobre o caráter e as formas de condução da revolução brasileira. Essas posições “anti-partido” tornar-se-iam hegemônicas nas Ligas, na medida em que estas passam a incorporar e a sistematizar teoricamente a experiência da revolução cubana, deflagrada do campo para a cidade por um núcleo guerrilheiro desvinculado do PC, queimando “etapas”, instaurando o socialismo e promovendo uma reforma agrária avançada e baseada no coletivismo (AZEVEDO, 1982, p.89).

Portanto enquanto o Partido Comunista através da ULTAB focava a luta contra o imperialismo e se pautava por uma visão nacional desenvolvimentista e as Ligas defendiam uma posição mais radical, revolucionária. O fato é que essas duas tendências vão levar a uma ruptura entre as Ligas e o PC.

Essas posturas vão se confrontar no “I Congresso Camponês Nacional, convocado e organizado pela ULTAB em 1962 na cidade de Belo Horizonte” (MORAIS, 2002, p. 39). Os delegados das Ligas eram em menor quantidade, mas promoveram bons debates com a ULTAB e suas refinadas “fórmulas” para se realizar a reforma agrária. Esses debates vão dar origem a um importante documento “a declaração de Belo Horizonte” que vai representar uma posição única dos trabalhadores rurais do Brasil pela reforma agrária, superando assim as divergências internas do congresso de Belo Horizonte (BH).

(...) a tese da reforma agrária radical (“na lei ou na marra”), consegue empolgar o plenário, que derrota as propostas elaboradas pelo PCB, dirigidas para uma ação prioritária para os assalariados rurais (sindicalização, legislação trabalhista específica e acesso à previdência, campanha salarial, etc...) e para reforma agrária dentro do espírito da tese aprovada sobre a questão no V congresso [do PCB] (AZEVEDO, 1982, p. 90).

Segundo Bastos (1984) o documento vai expressar uma coesão das tendências no congresso, mas as diferenças de interpretação de questões básicas do documento vão se manifestar após o congresso, principalmente no que tange à implementação de uma possível reforma agrária.

“A consigna da reforma agrária estava incluída na plataforma do PCB e dos “julianistas”. Os caminhos para prosseguir-la é que foram diferentes” (AUED, 2002, p.80).

O PCB e, por conseguinte a ULTAB lutavam pelas reformas de base em um processo lento e gradual e que tinha na intervenção parlamentar a forma de concretizá-las. Já as Ligas de Julião pautavam a reforma agrária radical

(...) os julianistas um tanto descrentes [das táticas do PCB] apregoavam a necessidade de realizar o movimento, a exemplo do que havia acontecido em Cuba. Coerentes com aquela proposição de revolução socialista, fundamentando-se no princípio da luta armada, tendo o campesinato como força hegemônica; insistiam na necessidade imperiosa de radicalizar cada vez mais o movimento. Com base principalmente nos escritos de Julião, eivados de misticismo e religiosidade, e também através de alguns depoimentos de ex-militantes percebe-se toda uma situação mesclada e imprecisa acerca do que consistia esta radicalidade. Eram radicais porque opunham revolução à reforma, muito embora a reforma agrária fosse uma Consignia que expressava a espinha dorsal da luta pela eliminação do capitalismo e instauração do socialismo. Mas a reforma se fazia necessária uma reforma radical, a começar pelo campo (AUED, 2002, p.80-81).

Como podemos perceber, o PCB propunha reformas dentro da ordem, enquanto as Ligas – baseadas na revolução cubana – propunham a revolução capitaneada pelos camponeses. Depois do Congresso de BH, em 1961, essas duas tendências vão levar a cabo suas idéias para a reforma agrária. As ligas vão se organizar para a radicalização do movimento, enquanto os pecebistas vão centrar forças na formação de uma grande base social, tendo como carro chefe o processo de sindicalização.

Até 1962 as Ligas vão se expandir e ganhar notoriedade, mas devido a divergências internas entre os dissidentes do PCB – que ainda estavam na direção das Ligas – e o grupo ligado a Francisco Julião, principalmente no que tocava à formação de grupos guerrilheiros estas vão passar por uma grande crise.

No momento de crise das Ligas vão se expandir três forças no movimento camponês: a Igreja (conservadora); a ULTAB (controlada pelo PCB) e os trabalhistas que representavam os interesses de Goulart e que tinha por finalidade controlar as mobilizações camponesas.

2.4 Do declínio das Ligas camponesas à consolidação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

Seguindo as deliberações do congresso de BH, os movimentos sociais do campo lutaram por melhorias nas condições de vida dos camponeses, principalmente no que tange à ampliação de seus direitos, incluindo a extensão da liberdade sindical para os trabalhadores rurais, bem como de outros direitos trabalhistas. Essas movimentações marcam o principio do MSTTR como conhecemos e teve como protagonistas a ULTAB e a Igreja Católica e uma forte influência das Ligas Camponesas ligadas a Francisco Julião.

A liberdade sindical para os trabalhadores rurais foi promulgada pelo presidente João Goulart (Jango) em 16 de junho de 1963, através da portaria 364, que definia a organização sindical dos trabalhadores rurais; logo em seguida o então ministro Amaury Silva, que sucedeu Almino Afonso na pasta do ministério do trabalho, funda a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (BASTOS, 1984, p.91).

[As] iniciativas das organizações rurais partiam sem a menor previsão do governo. No entanto, o Governo sentia a necessidade de estender também ao campo a tutela que exercia sobre o movimento dos trabalhadores urbanos. Assim, a arrancada impiedosa do sindicalismo rural era questão de mais ou menos dias. Com esse propósito, derrotado o regime parlamentarista do *referendum* de 4 de janeiro de 1963, o Partido Trabalhista Brasileiro, em frente unida com o Partido Comunista, tentou exercer grande pressão sobre o governo. No entanto, independente dessa pressão, o ministério do trabalho criou um instrumento de sindicalização rural. Assim começou a grande movimentação para fundar sindicatos de trabalhadores rurais (assalariados agrícolas) e trabalhadores autônomos do campo (camponeses) (MORAIS, 2002, p. 49).

Portanto, a intensa movimentação promovida pelas organizações dos trabalhadores rurais, mais a pressão exercida pela frente composta por PCB e PTB e ainda a vontade do governo de estender sua influência para os movimentos dos trabalhadores rurais, desencadearam uma corrida pela sindicalização desses trabalhadores rurais.

O interesse da Igreja Católica nos problemas dos camponeses vai culminar em uma ampla campanha da igreja para sindicalizar os trabalhadores rurais (MORAIS, 2002). Esse interesse, diga-se de passagem, originava-se na profunda desigualdade existente no campo e no temor em relação à atuação dos comunistas junto a esses trabalhadores explorados.

(...) o partido disputava com a igreja a fundação e, mais tarde, o reconhecimento pelo Estado dos sindicatos de trabalhadores rurais. O empenho do partido parece ter se localizado mais na organização de federações e da confederação sindical do que das bases sindicais propriamente ditas (MARTINS, 1981, p.87).

A igreja vai ser responsável pela abertura de vários Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) em todo o Brasil, mas nesse momento o protagonismo é da ULTAB que já havia se estendido por todo território nacional e já havia fundado inúmeras Uniões de Lavradores nos Estados da Federação. As Ligas nesse momento viviam um embate interno que as afastaram desse processo.

[...] De tal maneira que, quando Dom Eugenio Sales, Arcebispo de Natal, e Luiz Maranhão Filho, do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, convocaram uma reunião com a ULTAB, Ação Popular [movimento articulado pela igreja], PTB etc., num importante conclave para tratar da formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as Ligas, de antemão já estavam definitivamente excluídas dessa Central Única institucionalizada dos trabalhadores agrícola (MORAIS, 2002, p.50).

Em 1963 depois de uma intensa corrida para fundar os sindicatos dos trabalhadores rurais, nascia a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) com o objetivo de unificar o sindicalismo rural no Brasil. A CONTAG já nasceu grande e significou um marco para a organização dos trabalhadores rurais do Brasil, pois “em

poucos meses de funcionamento, reunia um milhão de trabalhadores rurais” filiados aos seus sindicatos (MORAIS, 2002, p. 51).

Ainda que o governo de João Goulart estivesse operando sob uma perspectiva desenvolvimentista e nacionalista, não podemos negar que havia nesse momento certo incentivo à participação da população através da introdução de valores “modernos” para diminuir as resistências das camadas populares (CARVALHO, 1998).

Desse modo, o Brasil vive um momento político favorável onde o proletariado urbano e trabalhadores rurais adquirem força reivindicatória pelos seus direitos e por mudanças macroestruturais que passam a ser vistas como requisitos para o desenvolvimento do país. Os setores populares reivindicavam maior participação na política do país, destaca-se a atuação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais e Urbanos que realizavam greves constantes na luta econômica e salarial. Diante dessa conjuntura favorável e das intensas movimentações promovidas pelas Ligas Camponesas e pelo movimento sindical o governo de João Goulart reconheceu a necessidade de se promover uma ampla reforma agrária.

Em 1964 acontece o golpe militar que iria derrubar Jango e que daria fim às suas iniciativas políticas e econômicas, inclusive àquelas relativas a uma possível reforma agrária. Com o golpe “não se tocaria mais na estrutura fundiária brasileira” (FETAES, 2008, p. 8.). O golpe Militar representou uma reação das elites contra o intenso movimento promovido pelas forças populares que se fortaleceram na década de 1960.

A revolução camponesa não chegou a definir-se como um projeto naqueles primeiros anos da década de 60. A rigor, não chegou a surgir nenhuma organização de amplitude nacional que o formulasse com contornos precisos. O máximo se concretizada, implicaria numa profunda transformação no regime de propriedade da terra. A revolução camponesa surgiu muito mais definida no temor dos seus opositores de direita e de esquerda daquela época. Como tal, como temor, como hipótese a ser combatida, chegou a aparecer com razoável clareza nas posições e nas ações da igreja, do PCB e do governo Goulart. Depois do golpe militar de março de 1964, a pressuposição da revolução camponesa apareceu claramente na justificativa da raivosa repressão que se desencadeou sobre os trabalhadores do campo, particularmente os das ligas camponesas, sobre as lideranças sindicais e até mesmo sobre os partidos e grupos políticos que, especificamente a respeito, tinham posição vacilante (MARTINS, 1981, p. 92).

A instauração do regime militar afeta profundamente os movimentos políticos emergentes no país durante esse período, pelo menos os que representavam alguma ameaça, sendo que esses se tornaram passíveis, inclusive, de repressão. Nesse momento, a diretoria e da CONTAG é estrategicamente desarticulada, sendo nomeada uma junta governativa que comandou a Confederação durante um ano. No ano seguinte foi nomeada uma diretoria provisória, que durou de 1965 a 1968, comandada pelo interventor José Rotta (CONTAG, 2007) e depois de intensa mobilização dos sindicatos e federações o grupo antes no poder retoma a direção da CONTAG em 1970, depois da realização de vários congressos em resistência ao regime militar (GOHN, 2003).

2.5 A intervenção militar no movimento sindical e os movimentos sociais surgidos na década de 1980.

O início da década de 1960 representou para o movimento camponês certo avanço à medida que o número de organizações populares se expandiu e conseguiu pressionar o governo para a implementação de reformas de base e dentre elas um projeto de reforma agrária. O governo Goulart até apontou para essa possibilidade, mas o bloco formado pelas elites industriais e agroexportadoras não poderiam comungar com um governo que prometia reformas de base e que se aproximava dos movimentos populares.

Segundo Martins (1984, p.29) “Mulheres, maridos, filhos e domésticos saíram às ruas, no dia de São José, de 1964, para defender a liberdade” e para clamar por uma intervenção dos militares contra o governo de João Goulart. Mas essa marcha da Família defendia interesses bem materiais e representavam a vontade de banqueiros, negociantes, industriais e grandes fazendeiros que temiam as reformas anunciadas pelo então presidente, bem como o movimento de pressão popular por mudanças.

“No dia anterior, o *Diário Oficial da União* publicara, finalmente o decreto assinado por Goulart em praça pública, durante o comício de sexta-feira, dia 13 de março, no Rio de Janeiro, em favor das reformas” (MARTINS, 1984, p.29). Dentre essas reformas destacamos a reforma agrária que nem de perto incomodava os grandes proprietários rurais.

O decreto presidencial declarava de interesse social para fins de desapropriação, as áreas rurais que ladeavam rodovias federais, ferrovias nacionais e terras beneficiadas por obras da União e que estivessem inexploradas ou exploradas contrariamente a função social da terra (MARTINS, 1984, p.29).

Segundo o supracitado autor esse decreto só atingia pequenos proprietários e grandes proprietários rurais interessados na especulação imobiliária. Na verdade o governo já vinha apontando para a possibilidade de reforma isso porque segundo Martins (1984) dois anos antes do decreto já havia tomado medidas para mexer na estrutura fundiária do Brasil.

Em setembro de 1962 o congresso nacional aprovava a lei que definia os casos de desapropriação por interesse social, regulamentando o artigo 147 da constituição de 1946 e abrindo caminho para a reforma agrária. Embora perdurassem os empecilhos constitucionais de indenização *prévia, justa e em dinheiro*, estavam semi-abertas as portas para a revisão da estrutura fundiária (MARTINS, 1984, p.29).

Vejam bem nesse momento estamos falando da expansão dos movimentos populares e de um governo que falava de reformas de base, mas o fato é que tanto governo quanto movimentos buscavam reformas dentro da ordem, nada que ferisse o poder burguês e a ordem burguesa. As ligas Camponesas como já vimos já não tinham eco junto aos camponeses e tão pouco a sua tese de reforma agrária radical ou reformas sociais radicais. O que predominava nesse momento era uma frente única que reivindicava um projeto nacional desenvolvimentista e que não tinha um caráter antiburguesa.

O fato é que o governo Goulart representava uma fração da burguesia que tentava se autopromover e se autodefender, propagando um ideal nacional desenvolvimentista aliado à demagogia populista. Esse discurso de certa forma inflamava os movimentos populares e propiciou um momento impar no desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo esse posicionamento era perigoso para um país capitalista dependente, uma vez que feria os

interesses de outras frações da burguesia nacional ligadas ao capital internacional, além de ferir os próprios interesses da burguesia dos países centrais (FERNANDES, 2006).

Dessa forma, a revolução institucional ou contrarrevolução deflagrada em abril de 1964 vem no intuito de conter a crescente pressão dos movimentos populares e para conter o radicalismo burguês com potencialidades para uma revolução democrática e nacionalista “gestadas pelo próprio desenvolvimento capitalista, instituindo a forma mais acabada e perfeita da autocracia burguesa” (MACIEL, 2010, p. 104).

Em sua fase de consolidação, a Ditadura Militar desencadeou um modelo de transformação capitalista pautado pela aceleração econômica, pela dependência associada ao capital externo e por uma dinâmica societária que limitou os benefícios do desenvolvimento econômico aos variados estratos burgueses em detrimento das massas populares e, em especial, dos trabalhadores (MACIEL, 2010, p.104).

Segundo Maciel (2010) o Estado aperfeiçoou suas feições autocráticas, que herdara do antigo regime, e promoveu restrições aos movimentos populares, impondo o silêncio às classes subalternas e a submissão e repressão brutal à seus opositores políticos.

A frente única formada por PTB e PCB foi desarticulada e os sindicatos por eles influenciados foram submetidos ao controle do ministério do trabalho.

A repressão aos sindicatos mostrava bem o caráter da ditadura que se instalava. A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiado pelos latifundiários e políticos conservadores, deu-se em torno da contenção dos avanços dos movimentos organizados de trabalhadores no campo e na cidade. Por outro lado, a crise econômica, que só fazia crescer desde o fim do governo JK, seria combatida pela ditadura com uma receita cujo principal remédio era o arrocho salarial. Para tanto controlar os sindicatos era fundamental (MATOS, 2009, p.101).

Segundo o supracitado autor de 1964 a 1967 os sindicatos foram completamente calados pela intervenção do ministério, com perseguições aos seus principais líderes. De 1967 em diante o governo apontou para uma pretensa liberalização dos sindicatos.

Já em 1964 o ministério do trabalho intervém nas direções sindicais, principalmente àquelas ligadas ao PCB - caso de muitos sindicatos dos trabalhadores rurais e da própria CONTAG – e nomeia diretorias ligadas ao governo - interventores. Segundo Matos (2009) essas novas diretorias não eram figuras distantes do meio sindical e sim antigos opositores do PTB e do PCB, essas figuras cumpriam o papel de delatar e perseguir os líderes sindicais ligados ao PCB e ao PTB.

A ação dos interventores logo surtiu efeito e os sindicatos passaram a propagar uma antiga ideia de colaboração de classe defendida no primeiro governo Vargas e que foi apropriada pelo governo militar com o objetivo de recuperar a economia em crise – que se arrastava desde o governo JK – através do aumento da exploração da classe trabalhadora ou a superexploração.

O atrelamento ao governo militar transparecia mesmo quando se apresentavam reivindicações econômicas como o controle do custo de vida ou a resolução dos conflitos no campo via “estatuto da terra”. Os termos utilizados para apresentar essas reivindicações eram inequívocos: “colaboração eficiente junto aos poderes governamentais” ou “apoio aos esforços do Sr. Presidente da república” (MATOS, 2009, p.104).

Segundo o autor, em mais de um espaço os representantes dos sindicatos atrelados exaltaram o êxito do golpe militar de 1964 em um claro apoio ao regime militar.

Segundo Matos (2009) a ação dos interventores, através de perseguições e delações, reduziu as bases do sindicato, diminuindo o número de associados. Para os interventores isso pouco importava, pois os mesmos estavam mais ocupados em aumentar o patrimônio dos sindicatos através da arrecadação do imposto sindical. Os interventores também ignoravam as pautas políticas e econômicas e se limitaram a ampliar o setor assistencial.

Mesmo com a intensa repressão efetuada pelo governo militar e por seus interventores, no ano de 1967 alguns opositores do regime conseguiram disputar e ganhar as eleições de algumas entidades da velha estrutura sindical. Esse fato se deu principalmente pela iniciativa do governo que sinalizava em direção à “liberalização do regime, o ministro do

trabalho do governo Costa e Silva – Jarbas Passarinho – anunciara, em 1967, seu apoio à “renovação sindical”” (MATOS, 2009, p.106).

Nesse momento reduziram-se as perseguições a líderes sindicais e abriu-se espaço para lutas reivindicatórias. Nesse contexto Surgiu a MIA – Movimento Intersindical contra o Arrocho Salarial - articulado por dirigentes sindicais de oposição.

Para os dirigentes sindicais que estavam à frente desse movimento, em geral herdeiros da atuação dos comunistas em aliança com os trabalhistas nos anos pré-golpe, coloca-se a difícil missão de equilibrar as propostas de maior mobilização das bases para resistir à ditadura, com os apelos constantes à calma e moderação na resistência, vistos como necessidade diante do medo de afastamento dos postos dirigentes dos sindicatos oficiais, por eles tão valorizados (MATOS, 2009, p.107).

Antunes (1980) nos trás um dado interessante, afirma que o MIA era composto por sindicatos de metalúrgicos de várias cidades do Estado de São Paulo e que com exceção do sindicato de Osasco todos eram favoráveis à uma intervenção dentro dos limites determinados pelo Ministério do Trabalho.

A posição de mobilização com moderação, entretanto não era consensual entre os grupos de esquerda que atuavam no meio sindical. Entre esses grupos o fracionamento era a marca, e diversas correntes e organizações surgiram criticando o que consideravam uma posição imobilista e conciliatória do PCB. Se, no plano da ação política, defendiam a luta armada como estratégia de mobilização da sociedade contra a ditadura, no plano sindical, caracterizavam-se pela defesa do recurso às greves e pela busca da organização autônoma dos trabalhadores, a partir dos locais de trabalho, de forma a romper com a estrutura corporativista (MATOS, 2009, p.107).

O sindicato dos Metalúrgicos de Osasco “dirigido por José Ibrahim, avançando com relação à proposta da MIA, enfatizava a necessidade da criação das comissões de fábricas, de uma Central Sindical e estava convicto de que somente através da prática de greve seria rompida a política salarial do governo” (ANTUNES, 1980, p.78). Dessa forma em Julho de 1967 o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco promoveu uma greve sendo antecedida por duas greves de metalúrgicos em Contagem-MG.

A greve dos Metalúrgicos de Osasco-SP foi duramente reprimida pelo exército “anunciando uma nova fase de cassações e emparedamentos da ação sindical” (MATOS, 1967, p.108).

No final de 1968 o governo militar aprofundou o seu caráter repressor decretando o Ato Institucional número 5 (AI-5), que caçou mandatos, fechou o congresso, caçou direitos civis e instaurou forte censura aos meios de comunicação. Aos sindicatos, o governo não só dedicou os atos repressivos como também se empenhou em criar um novo modelo de sindicato (MATOS, 2009). Segundo Antunes (1980) as iniciativas do governo representaram uma dura derrota para o movimento sindical que só viria a se recuperar dez anos depois com a inauguração do movimento que daria origem ao novo sindicalismo.

Após nova leva de intervenção, a ditadura, em inícios dos anos 1970, tratou de valorizar um “novo” modelo de atuação sindical, pautado pela ação exclusivamente assistencial e afinado com as idéias de crescimento econômico como pré-requisito para posterior política redistributiva. Esse lado assistencial dos sindicatos seria fortalecido pela injeção de recursos do governo, via financiamento e doações, e reforçado pela conjuntura de início da crise da saúde e fim dos institutos de aposentadoria e pensões (MATOS, 2009, p.111).

Dessa forma, nos anos que sucederam o AI-5, o movimento sindical foi sendo minado, primeiro pelo poder repressivo do Estado e segundo pelo seu controle ideológico. O governo militar não só mudou a estrutura do sindicato, dando a ele o papel de braço assistencialista do Estado, mas também tratou de mudar a perspectiva dos dirigentes. Não é raro nesse momento dirigentes sindicalistas serem mandados para os Estados Unidos para terem formação (ABRAMIDES, 1995).

Mas como afirma Matos (2009) nem só de adesismo vivia o movimento sindical dada às condições em que viviam os trabalhadores protagonistas do “milagre econômico” sob um regime de superexploração e de arrocho salarial, logo surgiram movimentos de greve. O fato é que o rígido controle do Estado não permitia que os trabalhadores se organizassem em sindicatos ou fizessem grandes mobilizações, mas os mesmo encontraram formas de protestar, como: as operações tartaruga, greves de fome nos refeitórios das fábricas e greve da dor de barriga, aonde todos iam para enfermaria e paravam a produção. Essas greves

mais de uma vez foram reprimidas ali mesmo na fábrica, mas o movimento continuou (MATOS, 2009).

Nesse momento a CONTAG já vinha passando por uma dura luta interna, como já dissemos, em 1964 o governo militar já havia deposto a diretoria da recém criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – aonde alguns dos dirigentes foram presos – e no seu lugar nomeou uma diretoria composta por interventores sob a direção de José Rotta. Mas a partir de 1967 organizou-se uma oposição à diretoria nomeada pelo governo militar.

No 1º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais da CONTAG, realizado em São Paulo, estava clara a existência de dois grupos políticos, um ligado ao interventor e, outro ligado aos trabalhadores e lideranças que se mostravam comprometidos com as lutas dos trabalhadores (CONTAG, 2007, p.101).

Em 1967 quando foi realizado o primeiro Congresso Nacional Intersindical que uniu trabalhadores de vários setores, inclusive os trabalhadores rurais, uma das pautas defendidas foi a luta por uma reforma agrária em consonância com as necessidades dos trabalhadores rurais desta forma decidiu-se naquele momento que era estratégico tomar a direção da CONTAG (CONTAG, 2007).

Em 1968, a aliança entre trabalhadores rurais e operários possibilitou que ganhassem as eleições da CONTAG contra a chapa do interventor José Rotta. Em seu primeiro ato a nova diretoria da confederação reuniu entidades de todo o Brasil para criar um Plano de Integração Nacional (PIN) e dessa forma garantir a unidade do movimento sindical (CONTAG, 2007).

Vivíamos um momento de certa liberalização política no Brasil, o que permitiu que algumas chapas de oposição ganhassem diretorias de sindicatos, federações e até confederações, como foi o caso da CONTAG. Esse fato também permitiu que algumas bandeiras fossem levantadas com o combate ao arrocho salarial e no caso do MSTTR da reforma agrária. Na verdade o governo militar já estava implementando uma pretensa

reforma agrária com algumas desapropriações, mas que na verdade era uma reforma atrelada aos interesses das classes dominantes.

Nesse momento favorável, a CONTAG através da PIN vai reivindicar o seu projeto de reforma agrária, ligado àquele defendido por trabalhistas e comunistas antes do Golpe Militar.

O PIN previu ações específicas para cada setor. No caso dos assalariados, por exemplo, foram incentivadas as ações coletivas, em grande número, para abarrotar as Juntas de Conciliação e Julgamento, forçando uma tomada de posição favorável aos trabalhadores. Essa proposta, quando levada à prática, causaria uma reação violenta do patronato e do poder público, que ameaçavam e puniam os líderes sindicais, por promoverem reuniões dos grupos nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (CONTAG, 2007, p. 102).

Mesmo com a nova onda repressiva, inaugurada em 1968, a CONTAG continuou a realizar os trabalhos previstos no Plano de Integração Nacional, focando a formação política dos agricultores - principalmente no que tange à formação de novas lideranças – na defesa da democratização da terra.

O segundo Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais foi realizado em 1973, ainda sob vigência do AI-5. Segundo CONTAG (2007), esse congresso significou um marco na história do MSTTR, mas a diretoria eleita não tomou posse por conta da intervenção militar. Só em 1977 é que foi empossada uma nova diretoria que permaneceria à frente da CONTAG até 1980.

2.5.1 Novo sindicalismo.

A possibilidade de posse da diretoria da CONTAG em 1977 se deu por conta de uma nova conjuntura que se desenhava no final da década de 1970. Segundo Matos (2009, p.117)

Ao fim da década de 1970, com o crescimento das evidências de crise do modelo econômico da ditadura e a multiplicação das dissidências no interior do próprio bloco no poder, os governos militares iniciaram uma transição lenta e gradual para a volta dos civis ao poder. A intenção de controlar o processo pelo alto ficava evidente na forma das medidas “liberalizantes”, como o fim do AI-5, em 1978, a anistia política em 1979, e a reorganização partidária.

Segundo Matos (2009), o projeto de transição pelo alto impetrado pelo governo militar vai sofrer uma forte oposição por parte dos trabalhadores organizados em movimentos sociais que almejavam a redemocratização imediata e não a abertura lenta e gradual controlada pelo governo. Segundo Abramides (1995, p.73)

(...) os trabalhadores – a classe operária, os assalariados, os pequenos comerciantes, os camponeses, os estudantes – começam a se organizar e buscam ampliar os canais de participação na sociedade civil, dirigindo reivindicações por intermédio de movimentos populares e sindicais. Essa organização se concretiza na perspectiva da autonomia e liberdade dos movimentos em relação ao Estado e aos partidos políticos.

Nesse contexto é que vão começar as mobilizações que vão dar origem ao Partido dos Trabalhadores e à Central Única dos Trabalhadores, dois personagens importantíssimos na história do Brasil e do MSTTR no estado e no país.

Como já foi dito o período que foi inaugurado com o golpe militar de 1964 impôs aos movimentos sociais um período de opressão e de refluxo onde o governo criou uma série de mecanismos para controlar a mobilização popular. No movimento sindical não foi diferente isso porque nesse período não foram poucos os líderes caçados e presos e a intervenção do governo junto a estrutura sindical deu origem a um sindicato passivo e submisso ao Estado, mas essa conjuntura começa a mudar na década de 1970.

Nesse momento ocorrerão profundas mudanças de postura no movimento sindical que culminarão no que Abramides (1995) e Matos (2009) vão chamar de novo sindicalismo. Nesse processo, é criada a Central Única dos Trabalhadores que surge depois de intensa movimentação promovida pelos sindicalistas autênticos representados pelos sindicalistas do ABC paulista e por setores ligados ao PCB.

Em fins de 77 o quadro começou a se alterar favoravelmente para a classe operária. Não mais agüentando o ônus oriundo do arrocho salarial e aproveitando-se de uma denúncia do Banco Mundial, veio à tona o que na prática se sabia. O governo tinha usurpado e manipulado através de nefastas fórmulas matemáticas significativa parcela do salário real dos operários (especialmente em 1973, quando se diminuiu em 30% o índice de aumento salarial). Foi então que os trabalhadores iniciaram um intenso processo de mobilização nas fabricas e nos sindicatos pela reposição salarial. Na verdade, a luta pela reposição salarial preparou todo o terreno para que, no início de 1978, os operários voltassem com

toda sua força e iniciassem as paralisações de maio, que atingiriam centenas de milhares de trabalhadores metalúrgicos, inicialmente no ABC e depois estendendo-se para todo o Estado de São Paulo (ANTUNES, 1980, p.82).

Segundo Matos (2009), em 1978 inicia-se um ciclo de greves que perdurou até 1979, sendo que em 1980 assistiu-se um processo de contenção do movimento grevista por parte do governo e de empresários que utilizaram mecanismos repressores previstos na legislação sindical para parar esse movimento. Essa contenção perdurou até 1983 quando se iniciou um novo ciclo de greves.

Para entendermos os movimentos grevistas dos anos de 1980 – que foram mais intensos dos que nos anos de 1978 e 1979 – temos que entender o surgimento da organização de um novo movimento sindical ou de uma tendência que vai hegemonizar o sindicalismo no Brasil a partir da década de 1980. Essa tendência, segundo Matos (2009), foi chamada de sindicalismo “autêntico” e teve como principais símbolos Luiz Inácio Lula da Silva e os sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista que deram origem, com outros movimentos, ao Partido dos Trabalhadores.

O sindicalismo “autêntico” que nasceu dos movimentos grevistas de 1978 vai representar, de acordo com Abramides (1995), uma concepção nova de sindicalismo, que vai dar origem à um novo sindicalismo.

O final da década de 70 é marcado pelas grandes mobilizações operárias no ABC paulista, na luta pela reposição das perdas salariais fruto da divulgação enganosa do índice de inflação pelo ministério da ditadura militar. Delfim Neto, nos anos de 1973 e 1974. Desvendando este engodo, o movimento sindical em 1977, com as mobilizações operárias no ABC paulista, que tem como desdobramento a greve massiva em 1978, que se alastra por toda a grande São Paulo, vai dar início a um tipo de sindicalismo, de massas, independente, denominado de novo sindicalismo (ABRAMIDES, 1995, p.96).

O novo sindicalismo vem na perspectiva de desconstruir o que estava posto, até então, na estrutura sindical dos trabalhadores brasileiros, enfrentando de forma direta o sindicalismo oficial construído antes e durante a ditadura (ABRAMIDES, 1995). O sindicalismo oficial corresponde à prática sindical herdada do primeiro governo Vargas que atrelava o sindicato ao Estado e que difundia as ideias de colaboração de classe. Aos sindicalistas que

defendiam essa concepção de sindicalismo dava-se o nome de pelegos. “No sindicalismo, pelego é o dirigente que foi imposto, chegou por meios escusos ou se degenerou durante o exercício de suas funções” (GERAB; ROSSI, 2009, p.49).

“O novo sindicalismo ao se construir no campo de luta e independência da classe, recoloca na ordem do dia o sindicato como instrumento de luta dos trabalhadores, autônomos e independentes dos partidos e do patronato” (ABRAMIDES, 1995, p.97). Para que isso acontecesse os sindicalistas autênticos passaram a combater o sindicalismo pelego e lutar pela autonomia do movimento sindical com relação ao Estado.

Para combater as práticas dos sindicalistas pelegos ainda no final da década de 1970 os sindicalistas autênticos vão organizar um movimento de oposição sindical concorrendo às eleições de sindicatos em São Paulo e Osasco. Em Osasco a chapa dos autênticos ganhou as eleições, mas em São Paulo os pelegos ganharam com apoio das forças repressivas (GERAB; ROSSI, 2009). Ao combater o sindicalismo oficial os autênticos inauguram um momento em que,

Retoma-se o processo de implantação da democracia sindical que vem a se constituir em um dos elementos básicos da organização sindical. Nessa direção, o novo sindicalismo começa a se referenciar cada vez mais junto às massas trabalhadoras, onde as assembleias como instâncias soberanas de deliberação, passam a ser utilizadas ao invés das reuniões fechadas de diretoria, nas quais os trabalhadores não são chamados a decidir. As comissões de fábricas, como representações autônomas dos trabalhadores, são referências organizativas de base, significativas nesse processo, e tem nos sindicatos combativos sua identidade, posto que estes de fato foram construídos na luta a partir do movimento real da classe trabalhadora (ABRAMIDES, 1995, p.98).

Essas comissões vão se colocar contra os dirigentes pelegos, referenciando-se no sindicalismo combativo, esse fato vai levar os sindicalistas autênticos a ganhar uma série de sindicatos; impondo sérias derrotas ao peleguismo e ao reformismo sindical que ainda se mantiveram à frente de alguns sindicatos graças a praticas fraudulentos no processo eleitoral.

O movimento oposicionista vai se expandir e apontar para a necessidade de unificar a luta dos trabalhadores em uma central sindical. Nessa perspectiva todos os blocos sindicalistas

vão concordar com a criação da central, desde os reformistas até os combativos, mas após a realização da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) em São Paulo, em 1981, as diferenças entre reformistas e autênticos vão se acirrar ainda mais. (...) “enquanto os autênticos defendem uma central classista, combativa e independente, os reformistas propunham uma central que privilegiasse a negociação de um pacto social entre trabalhadores, empresários e governo” (GERAB; ROSSI, 2009, p. 56).

Diante das discordâncias entre os autênticos e reformistas a Comissão Nacional pró-CUT postergou a criação da central, principalmente por conta de manobras feitas pelos reformistas. Segundo Gerab e Rossi (2009) em 1983, suspeitando de novas manipulações, os autênticos bancam a realização de um novo congresso que aconteceu em São Bernardo dos Campos. Nesse congresso foi fundada a CUT e eleito o seu primeiro presidente, Jair Meneguelli, dos Metalúrgicos de São Bernardo (GERAB; ROSSI, 2009).

Do congresso não participaram os grupos que compõem a Unidade Sindical (Pelegos, PC do B, PCB, MR 8) e os sindicatos rurais liderados por José Francisco, da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Dividindo o movimento sindical, o bloco reformista marca seu congresso para novembro de 1983, na Praia Grande, e funda a Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (CGT), elegendo Joaquinção para seu presidente (GERAB; ROSSI, 2009, p.57).

Portanto passaram a ter duas centrais sindicais, a CUT representando o sindicalismo combativo e a CGT que aglomerava um bloco composto por pelegos, partidos de esquerda e Contag, no que se convencionou chamar de reformistas. As duas Centrais estiveram presentes no processo de redemocratização do País defendendo a mesma sob diferentes perspectivas: a CUT com uma posição radical combativa e a CGT defendendo uma transição dialogada.

2.5.2 A Contag nesse processo.

Como vimos nesse período a Contag também sofreu com a intervenção, retomando suas atividades no ano de 1977 e no processo de renovação do sindicalismo no Brasil se colocou ao lado do Bloco reformista compondo o Grupo que fundou a CGT.

Com a “reorganização” do MSTTR, mesmo que de forma muito limitada, várias de suas bandeiras continuaram a ser levantadas, sendo que o MSTTR vai desempenhar um importante papel na constituinte de 1988. A atuação da CONTAG vai se destacar;

Por sua intensa luta para inclusão na constituição brasileira de 1988 dos direitos do trabalhador do campo, onde garantiu a sua aposentadoria (55 anos para as mulheres e 60 para os homens). Atuou fortemente para que na constituição fosse garantida a reforma agrária e a função social da propriedade da terra, também pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais e não como domésticas (GOLDBACH, 2004).

Mesmo com sua importante contribuição na constituinte e anteriormente na defesa das eleições diretas, em 1985, a CONTAG foi muito contestada em seu posicionamento com relação ao colégio eleitoral, pois “após a derrota da emenda Dante de Oliveira, a CONTAG, passa a defender a participação no Colégio Eleitoral e o apoio à candidatura Tancredo/Sarney (PMDB, PFL)” (BITTERN COURT, 2006, p.1).

Esse posicionamento vai gerar divergências entre a direção da CONTAG e os sindicalistas ligados à CUT e essas divergências vão acirrar as disputas no 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (CNTR), que marca a aproximação dos sindicalistas cutista com o MSTTR.

As principais divergências eram o apoio ao 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República, defendido pela Contag, e questões como liberdade e autonomia sindical, relação com o Estado, papel dos sindicatos e a democratização do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), com fóruns transparentes, participativos e eleições em congresso nacional para direção da Confederação (BITTERN COURT, 2006, p.01).

Para compreendermos o posicionamento da CONTAG temos que levar em conta a história dessa entidade que nasce em 1963 com uma forte influência da ULTAB e por consequência do PCB que defendia a aliança com alguns setores das classes dominantes para o desenvolvimento nacional capitalista que iria preceder a revolução brasileira, por isso não nos é estranho o posicionamento da CONTAG durante o processo de redemocratização ao apoiar a chapa Tancredo/Sarney.

O governo Tancredo – Sarney representa um arco de alianças que passa pelos banqueiros, latifundiários, liberais representantes do antigo regime e da oposição consentida do período da ditadura, com o apoio dos setores reformistas e de alguns partidos e grupos de esquerda, como o PC, PC do B e MR-8 (ABRAMIDES, 1995, p.80).

A CUT e o PT sempre fizeram frente ao centrão, e se colocaram contra qualquer pacto social. Portanto as divergências entre os sindicalistas cutistas e os dirigentes da CONTAG partem principalmente da postura frente ao processo de redemocratização e na forma de organizar o movimento sindical. Diante da inviabilidade de disputar a direção da CONTAG por causa das práticas políticas da então direção daquela entidade, a CUT passou a fazer um enfrentamento direto à CONTAG.

A criação e consolidação da CUT e o surgimento de outros atores no campo, com organizações e demandas próprias, como o Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), estabelecem uma crise de "mediação" no MSTTR, fazendo com que a representação dos trabalhadores rurais deixasse de ser exclusividade da Contag. Em abril de 1990, a CUT reforça sua organização no campo com a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) e dos departamentos estaduais, enquanto estruturas orgânicas da Central, com a finalidade de articular as lutas dos trabalhadores rurais e a implementação do "novo sindicalismo" (BITTERNCOURT, 2006, p.2).

Na sua empreitada para disseminar o novo sindicalismo, a CUT não só fez o enfrentamento direto à CONTAG e às Federações, a ela filiada, mas também disputou a direção daquela entidade e, finalmente, em 1995 no 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, os sindicalistas cutistas conseguiram ocupar duas vagas na direção da CONTAG; sendo que no processo eleitoral essa compôs uma chapa com algumas forças progressistas que militavam dentro do MSTTR, também nesse congresso, o MSTTR decidiu pela filiação da CONTAG à CUT.

Como podemos ver a estrutura sindical no Brasil passou por uma intensa movimentação na década de 1980 e por consequência por intensas mudanças provocadas pelos grupos de oposição sindical. O novo sindicalismo, no entanto vai dividir a cena política com os

sindicalistas pelegos e os reformistas – que compunham um grupo de resistência à oposição sindical e aos autênticos – sendo que a Contag vai se colocar ao lado do grupo reformista, tanto no processo de criação da nova central sindical, quanto no processo de abertura democrática. Mas essa postura da Contag não corresponde à uma visão única no sindicalismo dos trabalhadores rurais – principalmente no que toca à FETAES. A década de 1980 vai representar um forte embate entre o bloco composto por reformistas e pelegos e a chamada oposição sindical influenciada pelas forças que vão dar origem à CUT.

2.6 A intervenção da Igreja Católica: dos ciclos operários à Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Para caracterizarmos a atuação da oposição sindical dentro do MSTTR é de suma importância descrever a ação da igreja nas décadas de 1970 e 1980, principalmente no que toca às ações desenvolvidas através das Comunidades Eclesiais de Base e das Comissões Pastorais, com destaque para a Comissão Pastoral da Terra. Além de influenciar na criação da oposição sindical dentro do MSTTR, a CPT também vai ter como desdobramento de seu trabalho a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que vai se tornar o mais importante movimento camponês das últimas décadas ou pelo menos o que tem feito uma luta mais contundente por uma reforma agrária radical.

Segundo Souza e Corcione (2007) há muito a igreja vinha intervindo nos movimentos sociais, especialmente no movimento sindical, para ser mais preciso desde o governo Vargas com o que se chamou de sindicalismo cristão. Essa intervenção se deu primeiro na formação dos ciclos operários e da ação popular, dois movimentos que visavam formar lideranças sindicais com intuito de lidar com as contradições do capitalismo de uma forma a conter o avanço comunista sobre as organizações da classe trabalhadora.

Dentro desse contexto a igreja vai dar origem a inúmeros sindicatos de trabalhadores rurais representando inclusive, na década de 1960, uma das principais forças presentes na

fundação da Contag. Mas a intervenção da igreja junto ao movimento sindical contava com uma série de tendências.

Dentro da ala considerada conservadora, duas forças políticas se destacaram. No eixo centro-sul, despontaram os Círculos Operários; na região Nordeste, o Serviço de Assistência Rural (SAR) e o Serviço de Orientação Rural (SORPE). No setor considerado pelo autor como progressista, ganhou relevância a Ação Popular (AP), que atuou em Minas Gerais e em alguns estados do Nordeste (BARCELLOS, 2008, 89).

Mesmo com essa diversidade, a intervenção da igreja guardava características comuns que consistiam na defesa de um sindicalismo assistencialista que afastava a classe trabalhadora do conflito com os latifundiários e o patronato e que visava afastar os trabalhadores rurais da influencia comunista.

Essa intervenção da igreja católica no movimento sindical vai culminar com o apoio da mesma ao golpe civil militar de 1964.

Os Círculos Operários, Escolas de Líderes Operários e Movimento de Orientação Sindical, foram responsáveis pela formação de inúmeras lideranças sindicais em todo o país. Estas lideranças estiveram ao lado dos conspiradores do golpe militar de 64. Vários materiais foram publicados nesse sentido, dentre eles, um livreto muito difundido “Como combater os comunistas nos sindicatos”, da Federação dos Círculos Operários de São Paulo, escrito por Frei Celso em 1964 (SOUZA e CORCIONE, 2007, p.82).

Mas, segundo Souza e Corcione (2007), esse quadro vai mudar por conta das mudanças na postura da igreja em nível internacional que vai ter como principal expoente, o Concílio Vaticano II que apontava “o caminho da realização do reino de Deus neste mundo, uma direção que seria seguida por enorme parcela do clero brasileiro que, por sua vez, influiria de forma também decisiva na modernização do clero latino-americano e na formulação da Teologia da Libertação” (SOUZA e CORCIONE, 2007, p.82).

As profundas mudanças promovidas pelo CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) em Medellín, em 1968 (confirmadas em Puebla, em 1979), que encomendavam a opção preferencial pelos pobres, fundamentavam a atuação dos progressistas da Igreja brasileira. Um dos resultados mais visíveis das mudanças promovidas em Medellín foram as comunidades eclesiais de base – CEBs, que proliferaram nas grandes e médias cidades brasileiras a partir de final da década

de 1960, como importantes instrumentos de organização e mobilização. Calcula-se que no auge do movimento, no final da década de 1970, seu número chegou a atingir entre 50 a 100 mil CEBs, em todo o país, envolvendo mais de 2 milhões de filiados (SOUZA e CORCIONE, 2007, p.82).

Nesse momento passa a ficar evidente uma posição mais progressista na igreja católica no Brasil, surgem da teologia da libertação sacerdotes comprometidos com as causas da classe trabalhadora comprometidos a apoiar as lutas operárias e camponesas e, para, além disso, com a luta dos pobres, categoria que Martins (1985) considera mais ampla. Daí surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que são em nosso entendimento organizações de base da igreja católica que visavam ou visam o estudo da bíblia e o fomento da discussão sobre os problemas enfrentados pelas classes populares.

A igreja passa então a difundir, entre os cristãos, idéias vinculadas à uma identidade de classe ou de grupo, deixando assim de transmitir uma visão individualizante dos problemas enfrentados pelas classes espoliadas. “Ao invés de cada um se ver no isolamento da vítima irremediável das condições sociais e históricas iníquas, ele se descobre como *vítima coletiva* da opressão e da injustiça” (MARTINS, 1985, p.106).

Dessa forma a igreja e as comunidades cristãs passam a lutar por direitos sociais, mas não mais com base na igualdade jurídica, mas a partir da desigualdade econômica (MARTINS, 1985). O pobre passa a ser tratado nas comunidades, por leigos e sacerdotes, como provido de significado histórico, deixa de significar aquele que padece pela falta de dinheiro para assumir outras dimensões. Dessa forma nas CEBs a categoria pobre deixa de ter suas causas encaradas por conta do seu caráter econômico e imediato e passa a ter um caráter mais amplo.

Ao tomar como referencia *o pobre* e a *pobreza*, numa perspectiva ética, religiosa e histórica (e este é o dado novo), e não numa perspectiva meramente econômica, a comunidade questiona, a partir do modo como a exploração e a opressão se apresentam *aos olhos dos pobres*, as condições de produção e reprodução desta pobreza. Nesse plano é que convergem as várias formas de pobreza, de insuficiência, de exploração, de injustiça. Por isso mesmo é que as comunidades passaram a ter uma importância fundamental nas lutas sociais. A categoria *salário* separa o assalariado do camponês, do lavrador, dá uma dimensão de classe à luta social e fortalece enquanto luta de classe. Mas a categoria *pobreza* corresponde àquilo que se apresenta de imediato na vida e na consciência dos pobres. Embora escondendo as diferentes formas e fontes da condição de pobre,

abre uma ponte entre classes e categorias sociais que as diferentes formas de produção separam (MARTINS, 1985 p.107).

A mudança de postura da igreja nesse momento vai ter fortes repercussões entre os camponeses. “Em vários lugares, e no campo, onde as comunidades surgiram, a mudança da orientação pastoral fez com que o sacerdote, nas visitas de domingo, deixa de se hospedar na casa do patrão para hospedar-se na casa do camponês” (MARTINS, 1985, p.108).

Segundo Martins (1985), a igreja rompe com antigas alianças e deixa de legitimar antigas formas de dominação exercidas pelos grandes fazendeiros e passa a apostar em uma nova estrutura de poder com base no movimento popular.

Ao mesmo tempo em que a igreja diversifica e dinamiza a sua estrutura e o seu trabalho pastoral por meio das comunidades de base, rompendo vínculos e alianças na prática religiosa local, deslocando o centro dessa prática da paróquia para a comunidade eclesial, desloca também o seu lugar social de onde vê o mundo, a sociedade, os *outros e nós*. Desloca e inverte o lugar social do *ponto de vista* que compreende, decifra, explica o que acontece com cada um e com a coletividade dos pobres. Essa mudança, como foi dito, subverteu o uso da religião e da igreja como instrumento de poder, de dominação (MARTINS, 1985, p.108)

Segundo Martins (1985) juntando esse fato às transformações econômicas acontecidas no país – capitaneadas pelo próprio Estado – que culminaram com um enfraquecimento das oligarquias rurais em favor das empresas burguesas. Criou-se um vazio político, pois a expansão da economia burguesa não preenchia “o espaço político da pequena localidade onde está a fazenda ou do município distante, onde dominavam tradicionalmente os barões e “coronéis” da política” (MARTINS, 1985, p.109).

Segundo Martins (1985), esse esvaziamento vai permitir com que as manifestações populares se alastrem e cresçam tanto no campo quanto na periferia das cidades. O movimento de comunidades vai dar origem a vários outros movimentos, novas formas de mobilização que vão se diferenciar daquelas institucionalizadas como os sindicatos e o partido.

O movimento promovido pela igreja católica que culminou com a criação das CEBs traz uma nova forma de se ver as lutas populares, forma essa que em certo momento vai se contrapor às velhas práticas de sindicatos e partidos. Mais do que isso a igreja vai assumir uma franca oposição ao regime militar no que Rodrigues (1991) chamou de uma clara esquerdização da igreja.

(...) Muitos trabalhadores, ligados aos grupos comunitários, passaram a atuar nos sindicatos, geralmente nas oposições a diretorias consideradas excessivamente moderadas ou “pelegas”, introduzindo novos conceitos e reivindicações no campo da militância sindical (democracia de base, autonomia sindical, organização a partir do local de trabalho e dos bairros, comissões de fábrica, etc.) (RODRIGUES, 1991, p.17).

O supracitado autor afirma que a igreja e suas organizações vão ser primordiais na mudança de rumo do sindicalismo brasileiro nas décadas de 1970 e 1980. Depois do surgimento dos chamados sindicalistas autênticos e a forte oposição formada por esse grupo apontou-se para a criação de uma nova intersindical e no processo de criação do que mais tarde seria a CUT tiveram inúmeros encontros. Esses encontros tratavam de construir uma pauta sindical contra o governo militar e sua intervenção junto ao movimento sindical.

A igreja através de suas entidades como já falamos formou lideranças sindicais e através dessas lideranças também participou desse processo e não só através dela, mas também de forma direta com entidades como a FASE e as Comissões Pastorais.

Do ponto de vista dos rumos do sindicalismo brasileiro e suas relações com a igreja “progressista” – ou, mais especificamente, das relações entre ativistas da igreja católica ligados aos movimentos sociais e as oposições sindicais com a nova safra de diretores de sindicatos ditos “autênticos” – provavelmente o fato mais significativo tenha sido o chamado Encontro de João Monlevade (MG), realizado em fevereiro de 1980 no Sindicato dos Metalúrgicos, então dirigido por João Paulo Pires Vasconcelos. Do encontro participaram líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, de atividades comunitárias da base, das oposições sindicais, além de diretores de sindicatos oficiais. Essa junção de sindicalistas com ativistas de movimentos sociais não é comum na história do sindicalismo. No nosso caso, ela se explica diretamente pela atuação de intelectuais militantes ligados à Igreja. Entre estes, cumpre citar frei Beto que teve papel relevante na aproximação dos “autênticos” com os movimentos sociais e no encaminhamento dos militantes católicos para o PT (RODRIGUES, 1991, p.17).

Segundo o supracitado autor o supracitado encontro avançou na formulação do que seriam os princípios básicos que deveriam ser considerados no processo de democratização da estrutura sindical e também apontou para a criação da tal intersindical que unificaria os sindicatos urbanos e rurais.

A atuação dos militantes nesses espaços se deu graças ao trabalho formativo realizado pelas Comissões Pastorais. As Comissões Pastorais surgem como fruto do trabalho desenvolvido pela igreja nas comunidades e são permeadas pelo olhar lançado pela igreja sobre os pobres. Essas comissões consistiam em grupos de leigos que realizavam reuniões nas comunidades para desenvolver serviços pastorais. As Comissões Pastorais vão atuar junto aos índios, operários e trabalhadores que vivem da terra.

Uma pastoral em particular nos traz elementos para compreender o processo que vai se desencadear no MSTTR na década de 1980, a Comissão Pastoral da Terra vai estar intimamente ligada à articulação e formação política dos movimentos de agricultores - com base na doutrina defendida pela igreja católica - naquele período.

Segundo a própria CPT (2010, p.01),

Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ajudou a defender as pessoas da crueldade deste sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural. Na verdade, a instituição eclesiástica não havia sido molestada.

Para tanto a CPT não era composta só por católicos, mas também por outras entidades cristãs adquirindo um caráter ecumênico. Em meio a seu trabalho pastoral, a CPT fomentava entre os trabalhadores rurais a necessidade de organização política, ressaltando a importância de espaços como o sindicato para luta e conquista de direitos, principalmente a luta pela terra.

A partir do trabalho de formação realizado pela CPT vão surgir organizações que vão mudar a dinâmica da luta pela reforma agrária no Brasil. Uma é a oposição sindical que vai protagonizar uma intensa luta pela direção do MSTTR, primeiro nos sindicatos e depois nas Federações, chegando a ter eco até mesmo na Contag. A outra organização é Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que vai se tornar o maior protagonista da luta pela reforma agrária da década de 1980 até os dias de hoje no Brasil.

Não é acidental que apesar de todas as cautelas e da clara valorização do sindicato e do partido político, como mediações institucionais necessárias das lutas populares, com frequência surjam acusações de sindicalismo paralelo que teria por finalidade apenas quebrar a unidade sindical dos trabalhadores. As tensões representadas pelas comunidades são visíveis, mas tudo indica que elas estão representando um papel criador e renovador, expressando-se por meio das oposições sindicais, que são na verdade oposições à estrutura sindical subordinada ao ministério do trabalho (MARTINS, 1985, p.110).

A oposição sindical vai surgir da crítica nascida nas reuniões da CPT à estrutura sindical vigente que tinha um vínculo claro com a estrutura do Estado e que se subordinava ao ministério do trabalho. A CPT aliada às ações das comunidades rurais cria um grupo que vai disputar a direção dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais destacando-se no MSTTR. A oposição sindical não se restringiu ao MSTTR, ganhando notoriedade na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Além do Movimento de oposição sindical, as questões levantadas pela CPT vão trazer outro importante movimento à tona: o MST. “O MST, como movimento mais fortemente organizado em quase todos estados do Brasil, também traz a presença da Igreja Católica, inicialmente, e, mais tarde, de outras igrejas de confissão cristã, como a luterana e a metodista, na sua origem” (RIBEIRO, 2010, p.34).

A autora localiza o surgimento do MST em 1979 no Rio Grande do Sul quando trabalhadores rurais sem terra ocuparam a Fazenda Macali, em Ronda Alta. Ainda Segundo Ribeiro (2010) esse movimento de ocupação vai se dar com a anuência da CPT . E por muito tempo a Comissão Pastoral da Terra vai colaborar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. De 1984 a 1986 quando a maioria dos acampamentos estavam localizados no sul, a CPT fazia o papel de mediador do movimento, pois o MST

nesse momento mantinha um postura pacífica de negociações. A partir de 1986 o movimento radicaliza suas posições e adota a tática de confronto “recusando a intervenção da igreja como mediadora”. Em 1993 o movimento já havia se estendido por todo o país.

A oposição sindical e o MST, já na década de 1990, apesar de terem nascido do movimento de comunidades articulado pela CPT, passam a ter posicionamentos diferenciados sobre assuntos da máxima relevância, como: a Reforma Agrária e as estratégias para a conquista de direitos para os agricultores. O MST aprofundou a crítica à sociedade burguesa reivindicando uma reforma agrária que vai para além da ordem social capitalista. Já a Oposição sindical dentro do MSTTR vai se conformar aos limites institucionais da velha estrutura sindical herdada da era Vargas.

No próximo capítulo aprofundaremos a relação entre oposição sindical, CPT e MST, mas o foco de nosso trabalho é o surgimento da FETAES e as correlações de força que vão atuar no seu processo de formação até o início da década de 1990.

Capítulo III: Processo histórico de construção da FETAES: dos pelegos à oposição sindical.

3.1 A formação da FETAES e a direção dos pelegos.

Como em todo Brasil, é na década de 1960 que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais do Espírito Santo começa a ganhar força tendo sido articulado pela frente única composta por trabalhistas e comunistas e também pela igreja católica. A intensa movimentação promovida por essas entidades não só vai dar origem aos sindicatos dos trabalhadores rurais, como vai culminar na criação da FETAES no final da década de 1960.

Segundo FETAES (1998) o MSTTR no Espírito Santo começa a ser articulado na década de 1960, inspirado na experiência das Ligas Camponesas, principalmente nas organizadas

em Governador Valadares que tinha como líder Francisco Raimundo da Paixão (Chicão). Para se ter uma idéia, segundo Borges (2004), o grupo liderado por Chicão, que ocupava o sindicato dos trabalhadores rurais de Governador Valadares na década de 1960, promoveu um grande embate com grandes proprietários rurais da região de Governador Valadares, promovendo intensas manifestações pela reforma agrária. As palavras de ordem dos agricultores se inspiravam na idéias defendidas pelas Ligas Camponesas de Francisco Julião no Congresso de Belo Horizonte que reivindicavam uma postura radical dos trabalhadores rurais que deviam buscar a “*reforma agrária na lei ou na marra*”.

Nesse mesmo período, os textos e as imagens dos jornais locais dão a ver uma cidade partida ao meio. De um lado estavam os proprietários rurais e seus familiares, a Igreja e o poder público local; de outro, os quase dois mil membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, constituído não apenas por meeiros, parceiros e assalariados do campo, mas também por moradores das favelas de Governador Valadares, quase todos egressos das áreas rurais. Enquanto a liderança patronal congregava a classe na sede da Associação Rural de Governador Valadares, as ruas do centro da cidade iam se transformando numa espécie de extensão do espaço privado e religioso dos lares latifundistas. Munidas de panelas e terços ou empunhando faixas com dizeres moralizantes, esposas e filhas dos proprietários fundiários, muitas delas acompanhadas de suas empregadas domésticas, davam um colorido especial às Marchas com Deus pela Pátria e a Família. Simultaneamente, na periferia da cidade, uma centena de membros dos setores subalternos do campo fazia vigília na sapataria do Chicão (Francisco Raimundo da Paixão), então transformada em sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares. Dentro e fora dela o assunto era um só: a *reforma agrária, na lei ou na marra* (BORGES, 2004, p.304).

Em 1964, a contradição entre os movimentos populares e as elites começa a ganhar contornos mais nítidos e o que acontecia em Valadares nada mais era do que uma expressão do processo que se desencadeava em todo o país, ou seja, de um lado os movimentos sociais pressionando o governo por reformas de base – no caso das ligas por reformas radicais – e de outro as forças conservadoras pressionando as forças militares para intervir em um governo que se aproximava das forças populares, tendo em sua base comunistas e trabalhistas.

Pela proximidade, a experiência de Valadares vai influenciar a formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Espírito Santo. Mas é o Partido Comunista através de seus meios de comunicação e seu poder de organização que vai dar origem aos Sindicatos dos

Trabalhadores Rurais aqui no Espírito Santo. “O trabalho que aqui se fazia no meio rural era propagandeado nas páginas do Jornal A folha capixaba, órgão do PCB do estado. Era em principio desenvolvido por este partido e setores de esquerda do PTB” (FETAES, 1998, p.10). Segundo FETAES (1998) dirigentes do Partido Comunista Brasileiro aqui do Espírito Santo participaram do I Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte e, em 1962, fundaram a União dos Lavradores do Espírito Santo.

Trabalhistas e Comunistas formavam a Frente de Mobilização Popular que foi a responsável pelo processo massivo de sindicalização dos trabalhadores rurais no Brasil, e aqui no Espírito Santo não foi diferente. Essa onda de sindicalização, como já dissemos no capítulo anterior, contou com a participação ativa do Governo de João Goulart que ao mesmo tempo em que cedia a pressão dos movimentos de agricultores, também buscava controlar a expansão dos sindicatos. Por isso Jango criou a “Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA) que, na realidade passou a coordenar a formação do sindicalismo rural” (FETAES, 1998, p.10). “(...) A própria Superintendência para a Reforma Agrária (Supra), órgão do governo federal nos anos de 1963-64” (IANNI, 2005, p.142).

Segundo FETAES (1998) aqui no Espírito Santo a direção da SUPRA era ocupada por Guilherme Aualpha Breder que se alinhava na Frente de Mobilização Popular que se espelhava na Frente Parlamentar Nacional que reivindicava as reformas de base e que, segundo o documento da FETAES (1998), encaminhava as demandas populares no congresso em uma perspectiva nacionalista contra os interesses estrangeiros.

FETAES (1998) reafirma o que foi dito no segundo capítulo esse momento favoreceu a mobilização popular que nesse momento era contagiada por uma febre nacional desenvolvimentista.

O que podemos perceber a partir da leitura do supracitado documento é que os STRs no Espírito Santo começam a ser formados em uma conjuntura de pressão política de movimentos radicais como as Ligas Camponesas – aqui representadas pela direção do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares – e pela mobilização de setores que se alinhavam ao governo na construção do que ele chamou de reformas de base. Forças essas que se confrontaram no I Congresso Camponês Nacional acontecido em Belo Horizonte, tendo como principal divergência o caráter da reforma agrária, sendo que as ligas defendiam uma reforma agrária radical, transformadora e os trabalhistas e comunistas defendiam sofisticadas formas de fazer a reforma dentro da ordem.

Apesar das divergências, esses grupos promoveram intensas movimentações no campo, pressionando o governo a acatar as decisões do I Congresso Camponês, principalmente no que tocava à construção do projeto de reforma agrária e à liberdade sindical para os trabalhadores rurais. O governo apontou para a possibilidade de reformas de base e instaurou a liberdade sindical para os trabalhadores rurais. No entanto Jango representava os interesses de uma fração da Burguesia que, segundo Fernandes (2006), visava se autoprotoger e se autopromover, por isso a necessidade de se controlar: as massas populares e o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais através da SUPRA.

Além do atrelamento dos Sindicatos ao governo de João Goulart, através da Supra devemos acrescentar direção dada pelo Partido Comunista no processo de sindicalização. O PCB naquele momento trabalhava em uma perspectiva nacional desenvolvimentista, buscando em suas ações desenvolver o capitalismo nacional em uma clara defesa de um etapismo que culminaria com o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, por conseguinte em uma revolução proletária. Portanto se as Ligas alardeavam em Valadares “*reforma agrária na lei ou na marra*” o processo de sindicalização no Espírito Santo seguiu ideais nacional desenvolvimentistas permeadas por uma idéia de “mudanças” lentas e graduais.

Toda a conjuntura que se desenhava no período do governo de João Goulart com ascensão de uma fração da burguesia nacional e com a intensa mobilização das organizações dos trabalhadores representava uma séria ameaça para as elites ligadas aos interesses internacionais. Dentro desse contexto, as oligarquias se movimentavam contra as mobilizações camponesas e a ameaça de implementação da reforma agrária alardeada pelo governo.

Um exemplo claro desse conflito foram os confrontos em 1964 entre latifundiários e pequenos agricultores em Governador Valadares, onde os grandes proprietários rurais realizaram uma marcha pela família enquanto na periferia agricultores sem terra e pequenos agricultores, sob a direção do sindicato, contando com a liderança de Chicão, pediam reforma agrária na lei ou na marra. Essas mobilizações não aconteceram apenas no município mineiro, mas em todo o Brasil.

Em nosso estado esta luta envolvia todos os setores da sociedade capixaba. De um lado, os sem terras (meeiros, assalariados – embora este fenômeno se projete muito mais após os anos 70) e, de outro, as elites dominantes, aqueles que, associados a poderosos grupos econômicos, definiam os rumos políticos do estado que se opunham ferozmente à qualquer tentativa da reforma agrária. Dentre estes últimos, muitos estavam envolvidos na grilagem de terras do norte do estado (FETAES, 1998, p.11).

No entanto, essa conjuntura não durou muito tempo, ainda no ano de 1964 as classes dominantes aliadas às forças militares, aplicam um golpe de estado interrompendo o mandato de Jango e instaurando um regime de exceção, um regime militar. Nesse período os sindicatos vão sofrer rígido controle e suas principais lideranças vão ser cassadas. “A partir deste momento, o movimento sindical no estado ficou à espera de novas possibilidades que só começaram a surgir, no campo, no final dos anos 60, mais precisamente, após a reestruturação sindical ocorrida em 1965” (FETAES, 1998, p.12).

É preciso registrar que não encontramos muitos registros da atuação dos sindicatos antes do que antecede o golpe militar, por isso não podemos dar mais detalhes do caráter desses sindicatos. No entanto a partir do golpe podemos descrever melhor os posicionamentos do MSTTR em nível estadual.

O processo de disseminação de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, iniciado na década de 1960 é interrompido pelo golpe militar; só após 1965, período em que a FETAES (1998) chama de processo de renovação sindical, é que começam a surgir novos sindicatos. O primeiro sindicato a surgir no Espírito Santo após o golpe foi o de Baixo Guandu que

segundo dados da FETAES (1998) teria sido fundado em 1966. Após a fundação desse sindicato foram fundados grande quantidade de sindicatos em 1967.

Desde o golpe de 1964 até 1967 o MSTTR estava na mão dos interventores, essa realidade só vai mudar com as medidas liberalizantes tomadas pelo governo militar de Costa e Silva. A CONTAG, por exemplo, só vai ser retomada em 1967 quando setores que tinham proximidade com o PCB, depois de um movimento de oposição, assumem a direção da confederação, derrotando os interventores do governo federal.

O processo de renovação do sindicalismo rural em nosso estado foi marcado pela presença de dois protagonistas. De um lado, a CONTAG, que através de sua delegacia instalada em Vitória, fundou, no dia 20 de Dezembro de 1967, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo – FETAES. Com a participação de cinco sindicatos, esta federação foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social no dia 11 de Abril de 1968 (FETAES, 1998, p.12).

Segundo um funcionário que trabalhou na FETAES de Junho 1968 a abril de 1972, os sindicatos que participaram da articulação da federação foram os de “Baixo Guandu, Pancas, São Mateus, Itarana e Itapemirim”. Não por um acaso o primeiro presidente da FETAES foi do sindicato de Baixo Guandu, seu nome era Valfredo José dos Santos.

Valfredo tinha sido incentivado a participar do MSTTR por um padre chamado Alonso Leite que o indicou para ficar à frente da delegacia da CONTAG em Vitória. Sobre o padre Alonso Benicio Leite afirma a Câmara de Vereadores de Baixo Guandu (acesso em 09 jun. 2011) “Em 1956 sua preocupação se volta para o trabalhador, fundando o Círculo Operário, época em que os Sindicatos tinham pouca expressão. O Círculo Operário difundia a doutrina social cristã e apoiava os interesses do trabalhador”.

Portanto Valfredo José dos Santos teve estreita relação com os Ciclos Operários organizações articuladas pela igreja para conter o avanço comunista e que representava uma ala mais conservadora da igreja nesse momento. Os Ciclos Operários disputaram antes do golpe militar o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais (MARTINS, 1982) e apoiou o golpe desferido pelos militares como afirma (CONTAG, 2007).

Portanto o padre Alonso Leite vai incentivar a participação de Valfredo no MSTTR e a ficar na frente da delegacia da CONTAG em Vitória. Dessa forma o sindicalista então passa a ter maior interlocução com a CONTAG que vai colaborar para a abertura de mais 5 sindicatos para então fundar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo. É importante frisar que nesse momento a CONTAG estar nas mãos dos interventores passava por um processo de disputa entre os representantes do sindicalismo oficial e sindicalista que se organizaram a partir do 1º Congresso Nacional Intersindical que em 1968 tomariam a direção da Confederação.

Mas em 1967 quando começa a ser articulada a FETAES quem estava a frente da CONTAG ainda era o interventor José Rotta. Segundo o Entrevistado 1 (ex-funcionário da FETAES que esteve presente na fundação da federação), a CONTAG ajudou a articular a criação dos cinco sindicatos para posteriormente criar a FETAES.

(...) A Contag ajudou a criar e facilitou para que eles pudessem fazer a fundação desses sindicatos e ai a federação ser reconhecida foi mais ou menos nesse período eu não sei exatamente a data que a federação foi reconhecida, mas a FETAES tem a data precisa em seus documentos (entrevistado 1).

A FETAES começa a ser articulada em 1967 pela própria CONTAG que buscou lideranças entre os trabalhadores rurais para servirem de referência aqui no estado e em 1968 a federação foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Não por um acaso em meio à ditadura militar a federação foi reconhecida, segundo FETAES (1998) o ministério através do Estatuto da Terra e PRORURAL, passou a intervir no sindicalismo rural de uma forma a atrelar a estrutura sindical ao estado. E mesmo com a vitória do grupo de oposição em 1968 o que se vê na postura dos dirigentes da FETAES é justamente aquilo que o ministério do trabalho esperava da estrutura sindical.

Para o estado tratava-se, de desenhar uma estrutura sindical no campo que fosse essencialmente atrelada e que servisse de freio para as mobilizações que tanto marcaram o campo brasileiro a partir dos anos 50. Era necessário, do ponto de vista do governo militar, sepultar a luta pela reforma agrária e pelos direitos do trabalhador rural, dando a estas antigas aspirações outros conteúdos e novas possibilidades administrativas, desviando assim a organização sindical do seu papel de defesa dos interesses dos trabalhadores (FETAES, 1998, p.13).

Dessa forma o sindicalismo rural passou a ser chamado a contribuir com o Estado na concessão de direitos previdenciários e assistenciais. Tais como os sindicatos no primeiro governo Vargas, os STRs passaram a oferecer serviços médicos, dentários e previdenciários aos agricultores. A FETAES não fugia a esta lógica de organização sindical e é possível medir a adesão de seus dirigentes a essa forma de sindicalismo quando nos atentamos à fala do Entrevistado 2 - um dirigente que esteve na FETAES do final da década de 1960 ao final da década de 1980 - onde o mesmo afirma que:

Atuamos bastante na área social e mesmo contra alguns dirigentes sindicais e até a filosofia da Contag na época. O trabalhador do ramo não tinha nada, então eu coloquei na cabeça que a gente ia construir um hospital aqui, em Vila Velha. Fui ao representante do governo da Alemanha, o governo dava 65 % e nos tínhamos que provar que tinha 25%. Pedi a Max Mauro, que era prefeito na época, um terreno para construir um hospital. Doou um terreno e mandou o projeto para Câmara. A Câmara autorizou, porém condicionou a Prefeitura a administrar durante 20 anos e com 20 leitos para ela, eu disse não quero, recusei. Fui a Contag e esta me arranjou 25 mil e eu comprei um terreno aqui com 45 mil. Mais ai, fui ao Ministro da Saúde pedir um projeto aprovado pelo Ministério da Saúde e encaminhei ao pessoal da Engenharia e pedi os elementos e só que depois pedi informações ao Secretario de Saúde do Estado só que ai não iria mais criar Hospitais, só ampliar os hospitais já existentes. Por isso, eu aluguei um prédio em Jardim América e montamos um laboratório com 30 leitos, 3 médicos, enfermeiros e durante 12 anos nós atendemos gente do interior, fizemos um trabalho espetacular na área social.

Podemos perceber na fala do supracitado dirigente uma noção permeada pela idéia de sindicato defendido pelo governo militar que tira do mesmo o caráter reivindicativo e combativo, conhecido em anos anteriores e o delega o papel de entidade assistencial, sujeita a vontade do Estado. Nesse sentido podemos perceber no discurso de vários dirigentes desse momento concepções que procuram se adequar à realidade que estava posta pelo governo militar.

Na revista de 40 anos da FETAES é comum encontrar falas que apontam as dificuldades de se organizar os sindicatos nas décadas de 1970 a 1980 devido à coação do governo militar. Ao falar de Arnaldo Melano Schwambach que foi presidente da FETAES de 1974 a 1977 o supracitado documento afirma que:

Quem administrou as entidades sindicais de 1970 até 1980 sabe que era conveniente dar amparo médico e odontológico ao trabalhador, até porque era o tolerado e apoiado pelo governo federal através do Funrural. Despertar a consciência para a desigualdade era crime contra a lei de segurança nacional. Arnaldo Melano Schwambach acompanhou a filiação de 42 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais à FETAES e realizou, junto com seus companheiros da diretoria, muitas capacitações para dirigentes sindicais com o objetivo de melhorar o atendimento ao trabalhador e a trabalhadora (FETAES, 2008, p.32).

Portanto nesse momento no movimento sindical se abandona a postura crítica e reivindicativa e se adota uma postura adesista ao modelo de sindicato defendido pelo ministério do trabalho. Desta forma a FETAES desde o seu nascimento incorporava o modelo de sindicato difundido pelos militares que se configurava em um espaço de ofertas de serviços socioassistenciais.

Mesmo com essa adequação da estrutura sindical dos trabalhadores rurais às determinações do governo militar, esses ainda eram passíveis de vigilância e repressão e também de controle ideológico; o governo militar, atrelado ao interesse dos países centrais, principalmente aos interesses estadunidenses, promovia capacitações para aproximar o sindicalismo brasileiro ao norte americano.

FETAES (2008), ao descrever a gestão de Nilton Francisco Altoé que foi presidente dessa entidade de 1977 a 1980 afirma que o mesmo:

Sentiu na pele a repressão militar que fazia o povo desconfiar dos sindicalistas, achando que todos eram comunistas, agitadores, revolucionários e que tomavam terras de fazendeiros. Manteve no seu mandato como presidente o albergue de Jardim América, sentindo a realidade do agricultor que adoecia no interior de como era difícil chegar a Vitória para cuidar da saúde. [Em seu mandato] foram promovidos cursos de treinamento para os funcionários da federação, mas desconfiava que o IADESIL – Instituto de Desenvolvimento Sindical era retransmissor de idéias que os EUA diziam importantes para o mundo (FETAES, 2008, p.33).

Portanto o referido presidente desconfiava que o governo através do IADESIL (Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre) retransmitia idéias difundidas pelos Estados Unidos; e não por um acaso, pois esse é um momento de retomada ou de intensificação das relações imperialistas entre Brasil e Estados Unidos que no sindicalismo se expressou em uma grande aproximação entre o sindicalismo oficial e o CIOLS

representante do sindicalismo estadunidense. Segundo Antunes (1980) o medo das elites do avanço das forças populares e principalmente do movimento sindical, no início da década de 1960, levou ao golpe militar onde:

Reformulou-se redinamizou-se e, o que pior, fez-se cumprir toda legislação sindical defensora da “paz social” e da negação da luta de classes. Reforçou-se, através de novos instrumentos legais, o papel do sindicato como mero órgão assistencialista e de agente *intermediário* entre Estado e a classe trabalhadora. Tratava-se, por parte do Estado e das classes dominantes, de criar as condições mínimas indispensáveis para a retomada da expansão do imperialismo no Brasil, que, durante os anos anteriores a 1964 encontrou sérias barreiras, dada a pujança que cada vez mais adquiria o movimento operário (ANTUNES, 1980, p.76).

Portanto o governo militar vai representar os interesses de uma elite que se apóia nas relações de dependência construídas historicamente no Brasil e não vai ser incomum a intervenção do Estado no sentido de defender idéias advindas dos países capitalistas centrais, com destaque para os EUA nesse momento. Segundo Matos (2009), representantes do sindicalismo norte americano, Orit (Organización Regional Interamericana de Trabajadores), braço latino americano do CIO (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres), já em 1964 faziam visitas ao Brasil em atividades realizadas pelo governo; não eram raras as capacitações realizadas por sindicalistas nos EUA direcionadas aos dirigentes do sindicalismo oficial.

Segundo (MARINI, 2000) nesse momento a palavra de ordem era a interdependência continental onde o Brasil tratou de estreitar as suas relações com os EUA alegando motivos geopolíticos para sustentar esse posicionamento.

Adotou-se assim uma doutrina emanada da Escola Superior de Guerra, sob a responsabilidade do general Golbery do Couto Silva, diplomado pela escola norte-americana de Fort Benning e chefe do Serviço nacional de informações (SNI), organismo criado pelo regime militar que, com seus dois mil agentes atuando no continente, já foi comparado a uma CIA em miniatura (MARINI, 2000, p.59).

Portanto as desconfianças de Milton Altoé não eram infundadas, dado o caráter do governo golpista instaurado em 1964 e do próprio IADESIL.

Nesse momento a FETAES se restringia a cumprir o papel designado pelo governo militar para o movimento sindical, ou seja, se resignava em ser o braço assistencialista do Estado e de promover “a paz social”. Por isso entendemos que a FETAES nesse momento tinha uma direção atrelada ao que se convencionou chamar de sindicalismo oficial ou sindicalismo pelego.

Aos sindicalistas que defendiam uma postura cautelosa e passiva era dado o nome de pelego segundo o funcionário que atuou na FETAES nas décadas de 1960 e 1970 os pelegos eram os “(...) que só queria aquilo ali, por exemplo, você tinha um gabinete dentário um ambulatório médico e vinha uma verba e só queria aquilo ali então sai do objetivo que estava estatuto do sindicato”.

Portanto os pelegos foram os que se adequaram à estrutura sindical que era defendida pelo governo militar. A fase do sindicalismo pelego funcionou não só para o controle do Estado sobre o MSTTR; também nessa fase o movimento sindical conheceu uma forte expansão, isso porque os inúmeros serviços oferecidos pelos sindicatos, aliados aos recursos da contribuição sindical, permitiram com que a FETAES expandisse a sua base, criando inúmeros sindicatos na década de 1970. Segundo o Entrevistado 1:

O sindicato é uma entidade de luta de conquistas, só que de certa forma isso ajudou no início porque mais sindicatos queriam se formar então havia dificuldade de dinheiro, era cobrado então a chamada contribuição sindical, mas claro que o sócio se conscientizar de pagar a mensalidade era mais difícil as pessoas ir mais com a contribuição sindical e então isso ajudou eles trazerem mais sócios para dentro do sindicato. Isso na década de 1970 bem no início da Fetaes ai então tinha um camarada que eu esqueci o nome dele ele trabalhava no edifício Portugal, ele era o chefe do Funrural eles propuseram criar um hospital para o sindicato lá em Barra de São Francisco; com o sindicato eles construíram uma coisa fantástica, uma obra faraônica e disse que ia montar um hospital para o sindicato. Mas quando chegou na época, depois da constituição de 1988 que deu mais liberdade ao sindicato, então isso mudou o rumo. Mas ou menos nessa época antes um pouco é que surgiu esses dois grupos.

Ainda segundo o ex-funcionário:

Isso já foi numa época mais depois quando então os sindicatos foram criados e eles passaram a ser um objeto do governo federal fazer assistencialismo; então quase todos os sindicatos tinham médicos, dentistas; eles mandavam você ir ao

gabinete do Funrural aonde você ia e fazia um convênio e eles forneciam equipamentos aquele negócio e mandavam a verba para o sindicato; e isso foi a mesma coisa que colocar uma rédea no sindicato, ficou atrelado ai quando numa época mais ou menos em 1980 criaram dois grupos, um grupo chamado de pelego que eram os conservadores e um grupo mais radical que queria uma transformação do movimento sindical, ai então ficaram dois grupos naquela briga.

Se a FETAES teve uma postura adesista até a década de 1980, o mesmo não acontecia com sua base, pois nesse momento a base de alguns sindicatos passa a ser influenciadas pela igreja e pelas idéias defendidas pelo movimento que ficou conhecido como novo sindicalismo. Nesse contexto as posições defendidas pelos pelegos dentro do sindicalismo dos trabalhadores rurais passam a ser contestadas e por um grupo que ficou conhecido como oposição sindical.

3.2 O surgimento da Oposição Sindical e a conquista da hegemonia do MSTTR.

Aqui, no Espírito Santo, a difusão da idéia de um novo sindicalismo entre os trabalhadores rurais teve como principal agente a igreja católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT, segundo FETAES (1998), proporcionou a formação de lideranças políticas entre os agricultores que, por sua vez, passaram a contestar a postura dos sindicalistas tradicionais ou pelegos.

A igreja católica no Brasil, apesar de enorme pressão tanto de origem interna, quanto externa, possuía uma corrente teológica de ação política de forte identificação com os setores oprimidos da população. Eram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais sociais, identificadas com a teologia da libertação, que ganharam forte respeitabilidade na vida política e nas análises dos teóricos sobre os rumos a serem adotados pela economia do país, como as chamadas políticas públicas para a área social, medidas para o aprimoramento da distribuição da renda (GERAB, ROSSI, 2009, p.53).

A posição da igreja católica – pelo menos de alguns setores da igreja – extrapolava a identificação com os setores oprimidos e chegava a concretizar uma ação política direta, tanto no meio urbano, quanto no meio rural. Segundo o Entrevistado 3 - um militante da CPT :

O nosso trabalho sempre teve um vínculo muito grande com a igreja, então a gente chamava, tinha a pastoral operária na cidade e a pastoral da terra no campo. Através das CEBs, a gente começava um contato com o padre da região e através do padre nós conhecíamos os líderes das comunidades e com os líderes nós começamos a formar grupos de trabalhadores rurais para discutir as questões sindicais e as questões de direito à terra, dos direitos trabalhistas, então a gente formava nos municípios grupos de lideranças para discutir as questões ligadas ao campo.

Segundo Valadão (1999, p. 88) “a CPT cumpriu um papel organizacional junto aos trabalhadores rurais, por sua capacidade de articular, informar e formar aquele segmento social em torno da questão que os envolvem direta e indiretamente”. A referida autora, ainda afirma que a CPT também alavancou a organização dos trabalhadores rurais na defesa de seus interesses, utilizando como principal instrumento a Bíblia.

A afirmação de Valadão (1999) fica evidente na fala de um ex-dirigente da FETAES oriundo da oposição sindical que entrevistamos (entrevistado 4). Quando perguntado como ele tinha ingressado no movimento sindical o mesmo respondeu:

(...) eu entrei no movimento através das Comunidades Eclesiais de Base. Aqui tinha um padre que trabalhava na região de Governador Lindenberg, São Domingos é... e Pancas. E ele era... eu não conheci ninguém até hoje na igreja, nem pastor, nem padre, que fizesse ou que tivesse uma atuação igual a que ele teve no trabalho de organizar as comunidades de base, ele tinha uma visão assim de 30, 40 anos pela frente, tá certo? Ele tinha uma visão mesmo das mudanças que podia acontecer e... como foi, a gente começou a participar e eu não era muito assim ligado à igreja, acabei fazendo um curso de preparação para batismo e tal comecei a gostar de uma menina e tal, aí padre chamou pro encontro, o encontro era sobre batismo e tal. Aí o encontro foi de três dias aí eu comecei a descobrir um monte de coisa de fato que, até então eu praticamente não era cristão coisa nenhuma, porque não tinha compromisso nenhum: com a sociedade, com a comunidade, com os pobres, com os oprimidos e tal. Comecei a participar. (ENTREVISTADO 4).

O depoimento dado pelo entrevistado demonstra a trajetória de muitas lideranças dos movimentos populares surgidos da década de 1980, inclusive dos integrantes da oposição sindical surgida entre os trabalhadores rurais que tem a sua base de formação nas CEBs. Diante do exposto, concordamos com Valadão (1999), quando a mesma caracteriza o papel da igreja no processo de organização dos trabalhadores rurais.

Gostaria nesse momento de destacar uma parte da fala de nosso entrevistado para mais uma vez concordar com Valadão (1999, p.90) quando ela afirma que “a práxis social da CPT no Espírito Santo não se escreveu tendo por referência exclusiva os fatores econômicos e políticos presentes na conjuntura social”. Isso porque nosso entrevistado afirma: “Aí o encontro foi de três dias aí eu comecei a descobrir um monte de coisa de fato que, até então eu praticamente não era cristão coisa nenhuma, porque não tinha compromisso nenhum: com a sociedade, com a comunidade, com os pobres, com os oprimidos e tal”. Para Valadão (1999, p.90) a práxis social da CPT “partiu de onde reside a sua essência: o terreno da fé, da religiosidade, da promoção dos valores cristãos”.

Dessa forma, utilizando-se dos valores cristãos e dispondo de inúmeros espaços para dialogar com os trabalhadores rurais seja nas missas, na catequese ou no trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, a igreja conseguiu provocar intensas movimentações no campo.

No Espírito Santo, esse trabalho teve destaque no norte do estado onde os militantes da CPT desenvolveram um trabalho de educação popular no sentido de apontar a importância da organização dos trabalhadores rurais para reivindicar os seus direitos.

Para isso a Comissão Pastoral utilizou materiais didáticos em reuniões sistemáticas com a finalidade de formar lideranças políticas entre os agricultores.

Ai fizemos esse trabalho aqui em São Mateus, Pedro Canário, Linhares, Nova Venécia, São Domingos, Colatina, São Gabriel e era um trabalho onde a gente reunia um grupo de trabalhadores em geral tinha uma reunião, a gente montou nessa época da Caritas uma cartilha chamada de Bê-a-Ba do sindicato, foi um colega do frei Beto que fez os desenhos e com essa cartilha nós começamos um trabalho de educação popular chamado Bê-a-Ba do sindicato, onde mostrava o que era sindicato para que servia, na época os sindicatos era na maioria pelegos e não tinha participação dos trabalhadores e não tinham consciência do que era isso e a gente começou um trabalho de fazer reuniões com os líderes das comunidades e cada líder ficava encarregado de fazer uma reunião em sua comunidade uma vez por semana para discutir a cartilha; e uma vez por mês nós tínhamos um grupo que nós chamávamos de grupão onde a gente reunia todos os representantes de grupos daquele município (Entrevistado 3).

A discussão sobre a importância de se organizar em sindicatos era recorrente e dentro dessa discussão também foi alimentada a crítica à direção que os sindicatos vinham tomando desde o golpe militar. Dessas discussões nascem as oposições sindicais.

Esse trabalho da CPT vai disseminar o senso crítico junto aos agricultores e os mesmos vão representar um foco de resistência ao governo militar e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Segundo o militante da CPT:

Nesse trabalho que se formou o grupo de oposição sindical porque os sindicatos eram dirigidos por pessoas que não tinham esse tipo de consciência que a gente chamava de pelego na época, então foi se formando grupinhos onde as pessoas discutiam então como se organizar para tomar os sindicatos aí tinha que ver como era o estatuto dos sindicatos, quando eram as eleições, como compor as chapas, as regras para participar do sindicato, como montar uma chapa e assim então nós começamos esse trabalho de oposição sindical; Sendo que o primeiro sindicato que nós conseguimos mudar a diretoria foi o de Colatina, em 1978; depois de Colatina veio o de Linhares, São Mateus, São Gabriel, Nova Venécia e a gente foi então, devagar, conquistando vários espaços, vários municípios, Mucurici, Montanha e outros (Entrevistado 3).

A partir das discussões promovidas pela CPT surge um grupo político que se propõe a disputar a direção do MSTTR, justamente para combater a postura dos pelegos e para defender um novo tipo de sindicalismo. Valadão (1999) afirma que a oposição sindical representou “uma força renovadora” que colocou em cheque a postura passiva e submissa dos dirigentes sindicais que naquele momento estavam à frente do MSTTR, e que o mesmo buscava dar aos sindicatos um caráter mais crítico retomando o seu caráter de espaço de defesa dos direitos dos trabalhadores.

A autora afirma que no Espírito Santo foi na região norte que apareceram os primeiros descontentamentos com o posicionamento dos pelegos e, não por um acaso, nessa região se concentraram as oposições sindicais. A concentração da oposição sindical no norte do estado se deu principalmente por que na supracitada região os trabalhadores se encontravam em maior dificuldade.

(...) As atividades eram mais concentradas no norte do estado que os problemas daqui eram mais graves tanto trabalhistas, quanto no que diz respeito na alta concentração de terra (Entrevistado 3).

Segundo FETAES (1998) na região norte a partir da década de 1970 houve profundas mudanças causadas pela implantação de um rápido processo de modernização que trouxe para a região grandes empresas (Aracruz Celulose, Companhia Vale do Rio Doce, Lasa e etc.). Os chamados grandes projetos visavam promover o desenvolvimento capitalista no campo capixaba, uma vez que essas empresas iriam atuar justamente em áreas rurais.

Além desse fato, naquela região não eram raros os conflitos entre meeiro, posseiros e proprietários rurais, o que fortaleceu a União Democrática Ruralista que ali conseguiu instaurar a sua política de defesa dos grandes proprietários rurais (FETAES, 1998).

Diante desse quadro era necessário organizar os trabalhadores rurais na luta pela terra e por melhores condições de trabalho e o sindicato era um instrumento dos trabalhadores rurais nessa luta. Para tanto era preciso dar uma nova direção ao MSTTR que se encontrava atrelado ao Estado e que não servia aos interesses dos trabalhadores rurais. Então se decidiu que o grupo organizado dentro das reuniões da CPT iria disputar as eleições dos sindicatos com a finalidade de dar novos rumos ao MSTTR no Espírito Santo.

Tratava-se de constituir 'oposições sindicais' que estivessem comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa e que fossem instrumentos de luta para os trabalhadores rurais. A radicalidade destas oposições chegava ao limite de conceber o sindicalismo como instrumento de transformação radical da sociedade (FETAES, 1998, p.17).

Segundo entrevistado 4:

(...) começamos a discutir e tal, foi daí que a gente viu que não bastava só você ficar só rezando na igreja, defendendo os pobres assim de forma individual, ou fazendo extra ou fazendo mutirão, ou fazendo alguma coisa. Tinha que ser uma entidade de defesa do trabalhador que era o sindicato na época. Não tinha, outra entidade, era o padre às vezes que defendia lá na igreja, não tinha outra entidade, não tinha partido, não tinha nada que defendia. Principalmente o lavrador então, o lavrador nem se fala até porque, na época o INSS e Funrural eram separados um do outro, então o lavrador não tinha benefício nenhum, não tinha auxílio acidente de trabalho, não tinha é... nada, nada. Não tinha nada, não tinha benefício nenhum praticamente. Se ia no hospital, você pagava ou era tratado como um indigente lá, não tinha, não tinha outra alternativa. Foi aí que a gente então começou a se

organizar, vários municípios e surgiu a tal da oposição sindical aí foi aonde que a gente foi disputar as eleições do sindicato dos trabalhadores rurais de Colatina.

O grupo de oposição sindical passou a se organizar e já em 1978 ganhou as eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina e em seguida tomou a direção de vários sindicatos do norte do Estado, dentre eles o sindicato de São Mateus, Linhares, São Gabriel da Palha e outros.

O primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais a ter uma direção oriunda da oposição sindical foi o de Colatina; em um processo que contou com intensa mobilização por parte do grupo de oposição sindical e com a forte resistência dos pelegos e dos grandes proprietários rurais, principalmente no que toca à legitimação das eleições. Segundo o entrevistado 4

nós fomos disputar as eleições do sindicato então e ganhamos as eleições. A eleição tendo fim tinha a assessoria de um advogado chamado Valdir Antoniato da FASE e ele ajudava também a CPT, tinha a CPT, ganhamos as eleições, e depois das eleições ganhas, os caras não, não aceitaram o resultado das eleições e levaram, pegaram as urnas e levaram; e tinha um esse tal de Rubéns, né? da federação que veio apurar, ele mesmo falou deu resultado como eleito, mas eles não ficaram satisfeito com os resultados e levaram as urnas, e sabe pra onde levaram as urnas? Para a delegacia regional do trabalho, e nós achamos um maluco igual nós mesmo um lavrador que disse: não rapaz vou para onde ela for, eu vou ficar vigiando três dias e três noites vigiando ela 24h, ninguém ficou não, o cara era meio raçudo mesmo e foi e vigiou as urnas por nós, né? aí o advogado foi lá, aí nós fomos lá e fizemos toda a recontagem lá em Vitória de novo é nós em cima, não deixando os cara fraudar porque eles queriam fraudar as eleições, o negócio deles era fraudar as eleições.

Portanto os pelegos, na eminência de perder controle desse importante sindicato, apelaram para a delegacia regional do trabalho, que representava a opressão do Estado junto ao movimento sindical, mas por fim o grupo da oposição sindical assumiu o sindicato. É preciso lembrar que nesse momento já havia certa abertura e se isso tivesse acontecido no auge da repressão, provavelmente o resultado seria diferente.

Uma vez empossado, o grupo de oposição sindical passou a realizar um trabalho de desconstrução da imagem que tinha sido construída ao longo da ditadura militar.

Aí nós tomamos posse, na visão da maioria dos trabalhadores era que o sindicato tinha que dar assistência médica, não era um órgão de defesa, de luta, de defesa dos trabalhadores rurais, era um órgão que tinha que dar assistência médica, por isso que ele estava lá. Tinha um médico que atendia até meio dia e tinha um dentista, era por isso que ele estava lá, tá certo? Então pra mudar a cabeça do lavrador nós começamos a fazer muitas reuniões, e as oposições sindicais, a CPT ajudavam muito (Entrevistado 4).

Dessa forma, os agora dirigentes do STR de Colatina iniciaram o trabalho de tornar o sindicato uma referência para os agricultores na luta por direitos e como espaço de organização política dos trabalhadores rurais. O trabalho realizado em Colatina não demorou a ganhar eco e logo outros sindicatos foram tomados pelos grupos de oposição sindical.

A partir de 1978, com a vitória da “oposição sindical” de Colatina, aquela região passou a eleger dirigentes sindicais comprometidos com esta concepção. Iniciava-se ali um processo de renovação de grande alcance e que terminou por mudar completamente o panorama sindical do estado (FETAES, 1998, p.17).

Segundo o ex-dirigente da FETAES ligado à oposição sindical, o primeiro grupo de oposição sindical do estado do Espírito Santo foi o dos trabalhadores rurais e por isso os mesmos foram fundamentais para a criação da CUT estadual. A oposição sindical não só promoveu o processo de renovação das lideranças do MSTTR, como também vai impulsionar a criação da CUT no estado e vai buscar se articular com outros grupos de oposição sindical em nível nacional no processo de formação da Central que ira se tornar a maior expressão do que se convencionou chamar de novo sindicalismo.

O movimento de oposição sindical nasce entre os metalúrgicos do ABC paulista e do trabalho dos grupos ligados à Igreja Católica, ganhando expressão nacional chegando inclusive no MSTTR. Dessa forma, o grupo de oposição sindical que nasceu no MSTTR do Espírito Santo não era um movimento isolado e sim expressão de um movimento que acontecia em nível nacional, isso fica evidente no depoimento do Entrevistado 4:

Foi a onde nós fomos disputar as eleições do sindicato e foi a primeira do estado do Espírito Santo, depois teve da construção civil em Vitória, mas foi a primeira chapa de oposição que teve aqui no estado do Espírito Santo. E nós já participávamos a nível nacional de uma articulação chamada ANAMPOS de onde fazia parte Olívio de Dutra, Lula, Jacó Bittar, várias lideranças a nível nacionais,

frei Beto dava assessoria. Tinha muitas lideranças a nível nacional que participava do tal.

Essas lideranças participaram da articulação da ANAMPOS (Associação Nacional dos Movimentos Populares Sindicais) que visava uma maior articulação dos movimentos populares com o movimento sindical.

nós participávamos da ANAMPOS e a ANAMPOS também então nós tínhamos, já tinha uma articulação a nível nacional também. É (...) depois veio a fundação nacional PRÓ-CUT, depois veio a CUT mesmo de verdade. E eu participei desse processo todinho, desde participei inclusive fiz parte da primeira comissão nacional PRÓ-CUT. Eu, Lula, Jacó Bittar e Vitor Buaiz, aqui no Espírito Santo foi eu e o Vitor. Depois quando formou a CUT foi eu e João Carlos e Valdemar Lírio da construção civil (Entrevistado 4).

A ANAMPOS a que se refere o ex-dirigente é um espaço que foi construído pelas lideranças sindicais, em conjunto com os demais movimentos sociais, principalmente aqueles ligados à igreja. Esse espaço foi maturado em vários encontros realizados por essas entidades com maior destaque para o Encontro de João Molevade e de São Bernardo, mas foi depois do encontro de Vitória – ES que nasce a ANAMPOS (RODRIGUES, 1991).

Segundo Rodrigues (1991) a ANAMPOS nasce oficialmente no IV Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical que aconteceu em 1982. Esse encontro, segundo o autor, contou com um grande número de entidades, representando 19 estados, inclusive o Espírito Santo.

Esse Encontro Nacional esteve centrado na necessidade de se evitar o adiamento do próximo Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, o CONCLAT, e a lutar pela criação da CUT “pela base”, quer dizer, evitando a formação de uma central baseada apenas nos sindicatos da estrutura oficial e, especialmente, nas federações e confederações. Nessa reunião, a ANAMPOS, que pretendia se transformar na liderança da futura central sindical, levantou a idéia da participação “orgânica” dos movimentos populares na CUT. Essa proposta, aliás, daria continuidade e desenvolvimento ao modelo já existente na própria ANAMPOS, possibilitando concretizar, em escala ampliada, a junção do movimento sindical com os movimentos populares, tal como esboçado na primeira reunião em João Monlevade (RODRIGUES, 1991, p.22).

Esse esforço para a realização da CONCLAT aconteceu justamente porque os representantes do sindicalismo oficial e reformistas – que compunham a comissão nacional

pró-CUT junto com as oposições sindicais - boicotaram a formação da CUT protelando a formação da Central para o próximo encontro. Por isso os membros da ANAMPOS se esforçaram em garantir a realização do CONCLAT para que os sindicalistas reformistas e representantes do sindicalismo oficial não adiassem mais uma vez a fundação da Central Única. No segundo CONCLAT, nasceu a CUT, sem a presença dos reformistas e dos representantes do sindicalismo oficial que discordavam da forma como foi constituída a CUT.

Ao recuperarmos esse processo queremos evidenciar uma contradição que a nosso ver existia no MSTTR em nível nacional, pois ao mesmo tempo em que as oposições sindicais se posicionavam pela construção da CUT e estiveram presentes na comissão nacional pró-CUT e na articulação da ANAMPOS, a CONTAG abandonou o processo de formação da central se posicionando claramente do lado do bloco reformista.

A essa altura a oposição sindical no MSTTR do Espírito Santo já apontava para a direção da FETAES que ainda se encontrava nas mãos dos pelegos. O grupo que já tinha conquistado importantes sindicatos no norte do estado e que vinha participando de movimentações em nível nacional ganhou ainda mais notoriedade com sua participação no movimento grevista do final da década de 1970 e do início da década de 1980, tal como relata Entrevistado 4:

É... bom mais aí então, mas aí o nosso sindicato ele se destacou a nível nacional. Porque que ele se destacou? Pelo grau de organização, pelo grau de informação dos trabalhadores é... e a gente participava da comissão nacional PRÓ-CUT. É, aí houve uma reunião em São Paulo, né? onde eles decidiram fazer a primeira greve geral no país, primeira greve geral no país.

Portanto o grupo de oposição sindical do MSTTR do Espírito Santo esteve presente nas articulações do movimento grevista que se desencadeou em 1978. Segundo o entrevistado 4 esse movimento grevista ficou mais evidente nas capitais e estado de São Paulo, mas o Espírito Santo ganhou destaque nacional com o movimento realizado pelos membros da oposição sindical. O Entrevista 4 ainda narra:

(...) Espera aí, nós lavradores como que nós vamos fazer greve é... greve? (...) Fizemos a mesma coisa que nós fizemos no mutirão, só que que nós decidimos, decidimos nós do estado todo concentrar tudo em Colatina, e ali não tinha aquela segunda ponte, só tinha a primeira ali né. Que, que nós combinamos? Combinamos que os carros chegando de manhã cedo, de madrugada, todos carros saíram de madrugada e chegando e nós só de Colatina que não tinha como segurar a peteca né? Porque aí vinha a tropa de choque, vinha o batalhão, vinha, vinha... vinha tudo. Falei nós vamos ver. A igreja deu todo suporte: deixou o salão paroquial por nossa conta, aí organizamos assim essa aqui vai discutir sobre política, essa aqui vai fazer não sei o que, essa aqui essa aqui vai colocar durapox nas fechaduras das empresas, lá pra não deixar os ônibus pra não ficar, pra não levar o pessoal pra cidade pra trabalhar, os ônibus não vão sair, os ônibus de Colatina né que faz o trânsito aí no centro da cidade. E esse aqui vai ficar fazendo não sei o que, o outro vai ficar responsável por aquilo o outro, e tal, e dividimos umas tarefa lá à noite e quando foi de manhã os ônibus não saía, e os carros nosso começaram a chegar e foram fechando, carro, alguns conseguiram alugar ônibus né, e fechando, fechando até a beira da ponte. Rapaz... começou umas 4 mil pessoas, quando é daí um pouco tinha 5, 6, 7 mil do lado de cá e 6,7 mil do outro lado da ponte, porque os do lado de lá da cidade ficaram curioso pra saber o que estava acontecendo, ficaram preocupados pra saber o que estava acontecendo. E não passava ninguém pela ponte, ninguém ia ninguém voltava, ninguém ia, ninguém voltava. Paro, paro. Alguns passavam, porque a gente deixava, pois vinha ambulância com mulher grávida, aí nós deixava o doente que estava mal, aí deixava passar, mas outro carro não passava de jeito nenhum, do lado de cá da ponte não passava, parou tudo rapaz, parou a cidade o carro em cima da ponte tinha que voltar pra lá de ré, e foi embora.

Portanto o grupo de oposição sindical que estava à frente do sindicato de Colatina conseguiu realizar uma grande mobilização na cidade ganhando visibilidade nacional. Essas mobilizações não aconteceram apenas em Colatina, os sindicatos que tinham na sua direção as oposições sindicais também realizaram inúmeras greves.

A partir do trabalho desses “novos sindicatos”, cuja atuação privilegiava assalariados e bóias-frias, foram realizadas importantes mobilizações: o campo passou a conviver com um fenômeno já comum no meio urbano: as greves, paralisação total das atividades. Entre os anos de 1982 e 1984 foram deflagrados movimentos grevistas que atingiram importantes empreendimentos agrícolas, como as duas greves “do pessoal do eucalipto”, que paralisaram as atividades da Aracruz Celulose durante vários dias e a primeira greve dos cortadores de cana da Lagrisa, no município de Linhares (VALADÃO, 1999, p.100).

Diante de toda visibilidade alcançada por conta do trabalho que a oposição sindical vinha fazendo no estado em 1983, o grupo decidiu concorrer à direção da FETAES.

Até o início da década de 1980, o grupo da oposição sindical já tinha 11 sindicatos sob a sua direção e já em 1983 esse grupo vai se fazer representar na FETAES. Segundo o ex-

dirigente da FETAES representante da oposição sindical existiam por volta de 45 a 46 sindicatos, sendo que a maioria estava sob a influência dos pelegos, sob a direção da oposição sindical tinham 11 sindicatos, pouco se comparado ao restante dos sindicatos que de alguma forma estavam ligados à velha direção sindical; essa configuração deixava os novos sindicalistas em desvantagem. Mas a intensa movimentação promovida pela oposição sindical que o levou a conquistar sindicatos importantes como o de Linhares e Colatina também levou o grupo a buscar a direção da FETAES. Segundo o Entrevistado 4:

Foi aonde que a gente resolveu disputar as eleições da federação, aí foi outra confusão porque o que acontece: a eleição era uma eleição indireta só era um voto para cada sindicato cara. Só um delegado para cada sindicato, quer dizer eles tinham 35, nós tinha uns 11 sindicato aí nós ia e peitava os caras, já pensou 11 votos contra mais de 30? Nós ia fazer o que lá? Mas aí começamos a negociar com os caras. Ô bicho vocês não tem base pra manter a federação sozinha, ou vocês sentam com a gente ou então nós vamos quebrar o pau. E nós ia para o conselho da FETAES e... e assim e no mínimo nós ia fazendo um barulho danado, ia baixar o salário dele, ia fazer não sei o que, e tal. É... e o Paulo Trindade que era presidente, era um sujeito mais moderado então, tinha muito medo. Aí o que ele fez, aí começou a querer negociar com a gente, querer discutir e tal, vamos fazer uma chapa de consenso? Vamos, vamos. Aí começamos a articular, rodamos. Aí deram uma certa, a CPT deu uma certa ajuda financeira pra gente rodar o estado todinho, começaram a articular com outros dirigentes de sindicato que tinha, não era uma oposição sindical, mas tinha uma posição um pouquinho mais avançada. Que viram que não dava pra ficar parado só pensando em sindicato, só pensando em assistência médica. Aí foi aonde que a gente começou a articular tal e falamos como que disputamos a eleição, fizemos uma chapa de consenso, e eu acabei virando presidente.

Dessa forma o grupo de oposição sindical chega à direção da FETAES através de uma chapa de consenso, ou seja, através de uma articulação política com os pelegos sendo que essas duas forças vão dividir a direção da Federação. Segundo o entrevistado 4 a oposição sindical em meio a articulações e diálogos com os pelegos vai ficar com a presidência da Federação e vai dividir a diretoria da federação com dois dirigentes da velha estrutura sindical. É preciso sinalizar que nesse momento só três diretores ficavam em tempo integral por conta da federação, isso quer dizer que a oposição conquistou a presidência da FETAES, mas era minoria na diretoria, uma vez que os pelegos ficaram com a tesouraria e o secretariado da Federação.

Todo mundo falava que era um retrocesso, que eu ia me desgastar todinho, que a maioria da diretoria, era três diretores liberados eu e os outros dois era e secretário e tesoureiro era contra mim, é ser contra politicamente, né? então eu

não ia conviver com eles e tal, e que a maioria da diretoria era tudo contra também. Conselho fiscal era tudo deles quase, falei, mas eu acho que nós vamos conseguir... porque o sistema era tudo que a gente sabia, sistema do movimento sindical, secretário, tesoureiro não mandava, não falava, quem falava era o presidente. Então eu falei como presidente, eu vou me impor lá, vou, nós vamos fazer a oposição do movimento sindical no estado do Espírito Santo. Na área rural e na área urbana também, porque aí eu falava pras cidades lá em Vitória, a gente falava para os meios de comunicação lá e tal. É... foi aonde a gente disputou as eleição, e aí o que a gente fez? Também tinha dívidas, chegou na federação também tinha dívida a federação. Aí tinha um terreno lá, lá indo lá pra Santa Leopoldina lá um terreno que num valia muita coisa lá, pegamos e tivemos que vender o terreno pra poder pagar a dívida, senão eles ia tomar o prédio da federação. Aí precisamos vender pra cobrir o INSS, pra cobrir outras despesas. A federação não tinha carro, não tinha, nada, nada, nada, nada, nada... não tinha nada. Aí começamos a estruturar a federação, pagamos a dívida parcelamos a dívida todinha da federação, aí foi onde a gente começou a avançar o movimento e aí ganhamos outros sindicatos como o Alfredo Chaves, apontar no sul do estado também e tal, e foi aonde que a gente, eu acho foi um grande passo certo, porque para você ter uma idéia, eu fui discutir reforma agrária sabe com quem? Com Ronaldo Caiado (ENTREVISTADO 4).

Portanto, apesar de ser minoria na diretoria da FETAES, a oposição sindical ganhou ainda mais visibilidade porque agora podia dialogar com setores que ainda não tinham alcançado. Um exemplo disso foi a conquista de sindicatos no sul do estado, como o de Alfredo Chaves. Outro avanço foi a possibilidade de ter visibilidade na capital do estado e de poder fazer o enfrentamento direto a UDR que nesse momento tinha força política e que tinha em Ronaldo Caiado a sua principal referência.

O fato do militante da oposição sindical ter ficado na presidência da FETAES também permitiu com que o mesmo pudesse dar direção à entidade, uma vez que o regime era presidencialista. Segundo a fala do nosso entrevistado essa direção não foi muito contestada pelos pelegos que se limitavam a dar conta das atividades administrativas.

Segundo o Entrevista 4:

lá dentro da FETAES a gente teve, teve que manter uma política de uma boa vizinhança. A gente vivia junto, né? Eu, Paulo e Devair. O Devair era tesoureiro, o Paulo era o secretário e eu era o presidente. Então a gente tinha um relacionamento assim, como era recíproco eu tinha, sabia dos meus limites. Eu não podia atropelar todo mundo porque eu ia para o olho da rua, também podia ser morto, podia ser cassado pela delegacia regional do trabalho. Eu tinha meus limites lá, tá certo? Então o que a gente fazia é uma política de uma boa vizinhança, de um bom relacionamento ali dentro que era na questão financeira eles não, eles não, não fazia sacanagem tá certo? não tinha esse negócio de

sacanagem lá, então a gente tinha um relacionamento melhor, e aí e o e o próprio Devair ele começou a crescer um pouco vê também que não era mais aquele troço antigo. E outros dirigentes sindicais começaram a crescer, então o próprio Paulo que era autoridade mesmo, era um cara assim que eu acabei tendo um bom relacionamento com ele, porque ele era da antiga ARENA, MDB e todo mundo falava “Pô ele é da ARENA, vocês vão se matar na primeira reunião, vocês vão se matar cara.” Mas a... ele tinha uma vantagem cara, sabe o que que é? Era um cara honesto, era assim, não era um sujeito de esquerda tinha uma visão né de transformar a sociedade, mas era um sujeito honesto, nisto deu pra gente trabalhar um período...

Portanto, podemos constatar na fala de nosso entrevistado que a oposição sindical tinha pouca mobilidade dentro da FETAES com pouca margem de manobra justamente por conta da conjuntura que se apresentava onde o Estado restringia a atuação dos sindicalistas. Dessa forma não houve grandes discrepâncias entre pelegos e representante da oposição sindical.

Na eleição posterior, o dirigente da FETAES ligado à oposição sindical não participou, pois o mesmo foi eleito deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores. A saída desse dirigente da FETAES deixou um vazio que na eleição de 1986 levou a oposição sindical a não ter representantes na direção da FETAES, isso porque o grupo não conseguiu indicar um nome que se identificasse com aquele espaço.

Assim sendo se a oposição sindical conseguiu eleger o primeiro representante do MSTTR para a assembléia legislativa do Espírito Santo, o mesmo não aconteceu com a direção da FETAES. Segundo FETAES (1998) nesse momento, o MSTTR vai passar por uma profunda crise financeira e vai passar por certo retrocesso político uma vez que o grupo que se propunha a politizar o movimento não se fez representar na FETAES.

Uma vez que a oposição sindical vinha, através de seu representante, dando a direção política, a ausência desse grupo na direção da entidade vai significar certo esvaziamento político daquela entidade.

Na eleição de 1989 o grupo da oposição sindical vai se dividir em dois grupos: um ligado ao Sindicato de Colatina que tinha como candidato a presidente Macaciel Breda – ex-dirigente do STR de Águia Branca e o outro ligado a CPT, PT e MST que tinha como candidato Verino Sossai.

A eleição seguinte, em 1989, terminou sendo marcada por disputas. Havia duas chapas que representavam diferentes concepções políticas. De um lado, o grupo liderado pelo sindicato de Colatina que naquele momento, se aliou a setores que no passado, haviam sido identificados como conservadores. E de outro, a chapa encabeçada por Verino Sossai, apoiada pela Comissão Pastoral da Terra, da CPT/PT/MST e pelo governador Max Mauro (FETAES, 1998, p.22).

Nessa eleição o grupo apoiado pelo importante Sindicato de Colatina e que compunha uma chapa com os chamados conservadores ganhou a eleição contra o grupo apoiado pela CPT, PT e MST. Esse grupo acreditava que o sindicato não devia se subordinar a questões político partidárias e que tinha que se limitar em defender suas próprias demandas em uma visão que valorizava a luta sindical no terreno das lutas econômicas imediatas. Dessa forma essa perspectiva se colocou contra os que viam o sindicato como um instrumento de transformação social (FETAES, 1998).

O grupo que apoiava Macaciel também se colocava contra a visão dos que viam o sindicato como um espaço de serviços socioassistenciais e pregava que o mesmo devia ser utilizado como espaço de defesa dos “excluídos” na sociedade e de ampliação da cidadania (FETAES, 1998).

Esse grupo defendia um “meio termo” que por fim acabava colocando as ações sindicais nos limites da ordem capitalista. Entendemos que nesse momento a direção da FETAES tinha uma posição reformista e que se contrapunha à visão defendida pela oposição sindical no período em que essa buscava espaço no MSTTR.

O posicionamento da então direção da FETAES vai consolidar a cisão entre MSTTR e MST isso porque desde o início da década de 1980 os trabalhadores rurais sem terra já vinham mostrando insatisfação com os posicionamentos da direção da Federação. As diferenças entre FETAES e MST ficam evidentes nas falas dos entrevistados 3 e 5.

Segundo o Entrevistado 3:

Na verdade a gente começou tentando fazer um trabalho conjunto e muito na linha de estudo, na linha do Paulo Freire de educação popular sempre com uma visão Marxista do estudo e o movimento começou mais ou menos junto com o tempo houve uma pequena divisão uma separação onde tinha um pessoal que adotava a linha do MST que era mais de ocupação de terra, uma briga mais pela terra e devido a ligação com a igreja o outro grupo era mais, era um pouco contra a ocupação, tendendo a uma briga mais dentro da legalidade sindical. O próprio Movimento de Oposição Sindical que começou com certa ligação muito forte com o MST, de certo instante para frente houve certa separação. O pessoal da FETAES desde o principio... ou melhor o pessoal da Fetaes que eram pelegos que o movimento de oposição sindical foi tomando os sindicatos, conseguiu ganhar a Fetaes, mas quando conseguiu ganhar a Fetaes já havia essa divisão e o pessoal da Fetaes não adotava muito a linha do MST, tanto é que teve ocupações separadas teve ocupações da Fetaes e ocupações do MST. Tem uma questão essa separação se deu principalmente por causa da igreja que sempre foi anticomunista, antimarxista e acabava influenciando uma linha de trabalhadores que seguiu a linha da igreja e a nossa linha, a linha do MST também era ligada a igreja, mas era uma linha marxista, mais na teoria da libertação, então em Vitória na época a gente tinha o apoio do Arcebispo dom Luiz, arcebispo dom João e bispo dom Luiz que apoiava muito a gente. Lá pelas tantas, dom Luiz saiu de Vitória e dom João morreu, pintou um bispo mais conservador que foi o dom Scandiam, aqui em São Mateus o bispo dom Álvaro também muito conservador, então houve essa separação e uma parte do movimento ficou ligado a igreja conservadora e outra a parte à igreja mais progressista.

A fala de um ex-militante do MST que entrevistamos deixa evidente que essa divisão nos movimentos do campo já se desenhava apesar de tanto o MSTTR quanto o MST terem nascido do trabalho realizado pela CPT. O Entrevistado 5 afirma que:

Na realidade o MST foi criado dentro do movimento sindical, eu me lembro que José Rainha era lá de, de Linhares né, cansou de dormir na minha casa, inclusive lá em Rio Bananal que eu também morava lá, e era secretário do sindicato. Aí né, ele criou o MST e andava tudo junto nessa época, aí o que que aconteceu? o MST tem uma linha de pensamento de reforma agrária, o movimento sindical tem outra. Eu não sei se foi um certo ciúme do MST que rachou e quis sair por outro lado, que o MST só faz a luta pela terra, né? O movimento sindical faz toda luta aí pelo assalariado, pelo agricultor familiar, em busca de crédito e tal essas coisa toda. Então assim eu não sei se foi um, naquele período eles entenderam que rachar era melhor, eles foram fazendo a luta pela terra e o movimento sindical não concordou em fazer as ocupações desordenadas como o MST fazia, faz ainda né? Quer pegar eles de qualquer jeito e levar para terra a pessoa que nunca pisou na terra, não sabe trabalhar nem nada na terra e levar de qualquer jeito. Não que a pessoa não mereça a terra, é assim, mas tem que ter organização, né? então o movimento sindical nunca, assim depois de formado o MST que aí Zé Rainha foi em Cuba ficou sei meses ou um ano, não sei em Cuba, quis trazer modelo de Cuba pra dentro das organizações foi aí que a gente, foi aí que rachou.

Segundo Valadão (1999), a postura da FETAES com relação às ocupações de terra também se explicava pela conjuntura que se desenhava no início da década de 1980, pois ao mesmo

tempo em que a oposição sindical chegava à direção da FETAES, também era eleito como governador do estado o candidato do PMDB Gerson Camata que alimentava a esperança dos dirigentes sindicais de uma condução negociada da reforma agrária, tão esperada pelos trabalhadores rurais sem terra. Isso porque o PMDB sempre foi oposição ao governo militar e levantava a bandeira da reforma agrária.

Dessa forma a FETAES e os STRs buscaram formas de dialogar com o governo, apontando as principais dificuldades vividas pelos agricultores e fazendo denúncias com relação ao avanço da agroindústria e denunciando a situação dos agricultores diante dessa conjuntura (VALADÃO, 1999).

Entretanto, dentro do próprio sindicalismo rural cutista (assim denominado os sindicatos conquistados pelo movimento de oposição sindical, filiados a Central Única dos Trabalhadores), havia insatisfação com a forma negociada de encaminhar a reivindicação por terra e reforma agrária. Ao final de dois anos de governo de Camata, haviam sido realizados apenas 4 assentamentos beneficiando menos de uma centena de famílias. A proporção contrária crescia o número de grupos de sem terras, à espera da liberação, pelo governo, de áreas para assentamento (VALADÃO, 1999, p.110).

Diante do resultado pouco expressivo das políticas do governo, a postura da direção da FETAES começou a cair em descrédito e o trabalho dos sindicalistas começou a ser duramente criticada. Em 1985 os trabalhadores rurais sem terra se organizam de uma forma a tornar o MST uma organização de luta pela terra e reforma agrária. Até então os trabalhadores rurais sem terra se organizavam por dentro dos sindicatos (VALADÃO, 1999).

(...) Com lideranças, estrutura orgânica, forma de organização/ação e discurso próprios o MST buscou ser, também aqui no Espírito Santo, “uma articulação de lavradores dentro do movimento sindical com o objetivo de lutar pela terra e pela reforma agrária”. As pretensões do MST de ser o principal interlocutor e mediador da luta por terra no Estado foram recebidas como uma possibilidade concreta de fortalecimento do próprio movimento sindical (...) (VALADÃO, 1999, p.113).

Destarte, mesmo formando uma organização independente, o MST vai buscar se fazer presente na disputa do movimento sindical, inclusive apoiando a chapa de Verrino Sossai na disputa com Macaciel.

Mas diante das falas do entrevistado 3 e do entrevistado 5 fica evidente que esse processo vai causar o afastamento dessas duas organizações. Essa divisão fica ainda mais acirrada em 1989 com a eleição de Macaciel, pois segundo FETAES (1998, p.22).

Havia ainda outras questões de ordem tática, tais como as estratégias de luta pela reforma agrária que, no limite incompatibilizava a entidade com o MST para quem esta era a única questão em torno da qual o sindicalismo rural deveria bater-se. Para eles, o sindicalismo rural não devia voltar-se para as demandas dos pequenos proprietários já que estes, proprietários, não tinham compromissos com os despossuídos. Enfim, as divergências eram de diferentes ordens e terminaram por levar, naquele momento a uma cisão no mundo sindical rural.

Com a vitória de Macaciel, o grupo que ainda dialogava com o MST vai se afastar da direção do MSTTR. A partir desse momento o diálogo entre esses dois movimentos vai cessar, sendo que o MSTTR vai seguir o caminho da institucionalidade, enquanto o MST com uma postura mais radical vai se tornar a referência da luta pela reforma agrária. Na verdade o MST vai adotar uma postura mais à esquerda, em consonância com as suas bases de formação, enquanto o movimento sindical vai continuar a trilhar o caminho do diálogo com o estado e com as entidades patronais.

Enquanto a FETAES busca ocupar o espaço que lhe cabe dentro da ordem, pois não podemos deixar de afirmar a mesma como parte da estrutura sindical o MST vai realizar lutas mais contundentes negando inclusive o modo de produção capitalista. Dessa forma Antunes (1980, p.41) traz uma importante contribuição:

(...) os sindicatos: estes constituem um momento fundamental na organização da classe operária contra as usurpações do capital. Mas a luta sindical é limitada na medida em que é uma luta constante pela melhoria salarial e não diretamente contra o sistema capitalista que gera o sistema de salários. A luta sindical é uma luta contra os efeitos do capitalismo e não contra as suas causas.

Na fala do entrevistado 5 podemos identificar justamente esse limite da luta sindical, pois o MSTTR através da FETAES vai abarcar as lutas dos assalariados e por crédito rural. Essas lutas se caracterizam por se tratarem de lutas dentro da ordem e que visam combater os efeitos do capital sobre o trabalhador rural. Em contrapartida o MST vai buscar referências em experiências revolucionárias como é o caso de Cuba e defende a luta pela terra como

prioritária, pois só dessa forma atacará a causa dos problemas do campo. Vejam bem não estamos afirmando que a luta pela reforma agrária seja em sua essência revolucionária, mas a forma com ela é pautada pode ser um ataque direto as causa do capitalismo.

O que nos parece é que a luta da FETAES se coloca no terreno do econômico e imediato que segundo Antunes (1980) é muito importante, mas não chega a atingir uma visão política mais ampla transformadora.

Essa visão mais ampla foi trabalhada pela CPT na articulação da oposição sindical sendo que no processo de organização desse grupo nunca foi negada a importância de se criar um partido que articulasse a luta entre os mais variados setores da classe trabalhadora e que articulasse a luta da cidade e do campo, mas nos parece que na estrutura da FETAES essa construção foi se perdendo apesar de muitos dos seus dirigentes participarem do processo de construção do PT. É lógico que essa relação PT/FETAES tem que ser analisada mais a fundo, mas no inicio da década de 1980 a oposição sindical se encontrava em um processo que buscava superar a luta corporativa dos agricultores e no decorrer dessa década essa postura se perdeu.

A vitória de Macaciel vai consolidar uma visão restrita de sindicato, pois o mesmo defendia que o MSTTR tinha que defender as próprias demandas. Em contrapartida o grupo que enxergava a luta dos trabalhadores como uma luta de todos os oprimidos do sistema capitalista vão se afastar da Federação e de certa forma do MSTTR.

Retomando a história da FETAES, após a vitória do grupo de Macaciel, em 19 de julho de 1989, Verrino Sossai que concorreu a presidência da FETAES pelo grupo ligado a CPT ao PT e MST e que era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montanha foi assassinado, o que vai gerar certa comoção no MSTTR e as lideranças do movimento sindical vão defender uma unidade na luta contra a violência no campo.

Fazia-se necessário construir um patamar de unidade que pudesse encaminhar a luta contra a violência que se abatia sobre o campo: 1988 a 1989 foram assassinados 5 lideranças rurais, Na dor conseguiu-se a união necessária à retomada da FETAES. Somente o MST continuou afastado da entidade na

medida [que] constituía-se em uma organização de âmbito nacional com caráter cada vez mais político (FETAES, 1998, p.24).

Diante dessa unidade, o grupo que então estava à frente da FETAES conseguiu conquistar a hegemonia do MSTTR no Espírito Santo; em 1992 Macaciel e a diretoria eleita com ele em 1989, foram reeleitos.

É importante frisar que apesar da divisão nas eleições de 1989 nós consideramos que tanto o grupo representado por Macaciel, quanto o grupo apoiado pelo PT, pelo MST e pela CPT eram herdeiros da oposição sindical que nascera no final da década de 1970. O primeiro representava o sindicato de Colatina que foi um dos maiores ícones da oposição no MSTTR do Espírito Santo e segundo o entrevistado 5 quando perguntado sobre a qual grupo pertencia Macaciel, respondeu:

É... Acompanhou toda essa luta dos movimentos de direito, CPT... só não era muito chegado nas ocupação de terra, mas é mais ou menos da mesma época.

O segundo grupo era apoiado: pela Comissão Pastoral da Terra (que vai ser a grande difusora das idéias defendidas pela oposição sindical); pelo PT (que esteve envolvido de forma direta nas ações da oposição sindical) e pelo MST que também tinha surgido do trabalho realizado pela CPT e que tempos antes compunha a oposição sindical.

Dessa forma é possível afirmar que o primeiro grupo era herdeiro da direção da FETAES que no início da década de 1980 decidiu pela condução negociada e que nascera da união de pelegos e representantes da oposição sindical; enquanto o segundo se aproximava dos trabalhadores rurais sem terra que estavam insatisfeitos com a forma com que a FETAES historicamente conduziu a luta pela terra.

O grupo ligado a Macaciel vai ficar à frente da FETAES até 1998, quando vai perder as eleições para a chapa encabeçada por Paulo Tarso Caralo que segundo FETAES (2008) também vai ter forte referências na CPT e nas CEBs o grupo de Caralo vai permanecer a frente da FETAES até presente momento sem maiores disputas. Mas a década de 1990 apresenta uma conjuntura totalmente diferente da vivida na década de 1990.

Não vamos aqui nesse trabalho nos ocupar em discutir a conjuntura que se desenhou no Brasil e, por conseguinte no Espírito Santo nesse momento, o fato é que o país vem passando por profundas mudanças na década de 1990 seja pela adoção do receituário neoliberal, seja pela ofensiva contra os movimentos sociais.

Estas mudanças vão representar um processo de desconstrução da perspectiva que vinha sendo construída na década de 1980 principalmente no que toca a descaracterização de instrumentos como a CUT e o PT que vão influenciar de forma direta da gestão da FETAES.

Afirmamos isso porque as lideranças do MSTTR no Espírito Santo desde a década de 1980 vão ter referencia no Partido dos Trabalhadores e vão ajudar a construir a CUT no estado. Esse fato fica claro na fala do entrevistado 2:

(...) quando foi fundou o PT foi da área urbana lá tinha um professor, e um da pastoral operária lá que é o seu Antenor, e o resto era tudo lavrador o PT era aqui trabalhadores rurais. Quando a gente ia pro encontro do PT, não adiantava eles quebravam a cara, a gente que elegeu o João presidente do PT, Henriques do PT não sei o quê, elegia porque nós não queria pelego na presidência do PT, mas por exemplo tanto no PT como na CUT a gente tinha a maioria que decidia as coisas na CUT era nós, quer dizer, qual era o grande embate da CUT? Quem era o cara que entrava dentro da CUT aqui no estado do Espírito Santo com medo, o peso que ele sentia dentro da CUT era eu.

Portanto a história da CUT e do PT no Espírito Santo está intimamente ligada aos dirigentes do MSTTR. Por isso acreditamos que as mudanças ocorridas nesses instrumentos vão também influenciar das gestões que se seguiram na década de 1990. O grupo de Caralo que se consolidou a partir de 1998 vai ter forte referencia na CUT assim como as gestões anteriores inclusive a de Macaciel. FETAES (1998) afirma que a federação estava em consonância com as políticas mais avançadas da CUT e da CONTAG que nesse momento já havia de filiado a Central Única.

Mais nesse momento estar em consonância com as políticas mais avançadas da CUT significa compartilhar de posicionamentos que se mostravam contrários aos que deram

origem a central isso porque a CUT vai apostar no início da década de 1990 em um sindicalismo cidadão ou sindicalismo propositivo.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, esperava-se que a CUT optasse por uma nova estratégia, pois o quadro já não favorecia a uma política ofensiva do sindicalismo combativo, era clara a necessidade de se estabelecer uma estratégia mais defensiva com relação aos direitos já conquistados – constituição de 1988, CLT e demais direitos sociais – e que estavam ameaçados pela eleição de Collor. Entretanto a Articulação Sindical propôs que era necessário abandonar o Sindicalismo defensivo que se praticava diante daquele quadro em favor de um “sindicalismo propositivo”, esse consistia em não só ser contra ou a favor, mas que o movimento sindical devia propor “alternativas concretas para todos os problemas da política de desenvolvimento” (BOITO Jr. 1996, p.8).

A CUT passou a defender a difusão dos fóruns tripartite onde preconizavam o “diálogo” entre governo, sindicatos e empresários. Com isso deixou as questões de fundo e passou a dialogar com o governo sobre os mais variados temas e em muitas vezes em contradição com suas bandeiras históricas. O discurso de seus dirigentes se distanciou cada vez mais dos anseios da classe trabalhadora, isso levou a uma despolitização do movimento sindical. As lutas corporativas foram favorecidas pela política de valorização da CUT das câmaras setoriais – que sequer funcionavam e que quando funcionavam era para favorecer determinado ramo produtivo. Em suma a ação da CUT funcionou para a lógica neoliberal porque manteve as reivindicações dos trabalhadores dentro do próprio limite das políticas neoliberais (BOITO Jr., 1996).

Portanto estar em consonância com a CUT significa se manter dentro dos limites das políticas neoliberais e por isso se afastar ainda mais das lutas gerais de da articulação buscada na década de 1980. Não estamos aqui defendendo um posicionamento saudosista ou pedindo a retomada de posturas de outro contexto histórico. Mas a atual direção da FETAES deriva do processo de transformação que sofreu a oposição sindical no MSTTR e na própria CUT 1980 e 1990.

O grupo que em 1970 iniciou a formação da oposição sindical ainda encontra-se em atividade construindo os sindicatos e a própria federação, mas não passaram ilesos pelos anos de 1990 e pelas transformações que o PT, CUT e a sociedade em geral passaram.

Conclusão:

Nosso trabalho buscou, ao longo dos seus capítulos, descrever o processo de organização política dos trabalhadores rurais, focando o surgimento e desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais justamente por entender a importância dos sindicatos na organização dos trabalhadores. Nesse percurso utilizamos autores que nos deram subsídios para localizar historicamente a luta dos agricultores e os fundamentos que norteiam a compreensão da dinâmica da formação social e histórica capitalista.

Dessa forma situamos os trabalhadores rurais em meio a uma sociedade capitalista dependente que conta com elites comprometidas com os interesses do capital internacional e que historicamente se utiliza de vários mecanismos para coibir e controlar a organização das classes espoliadas. Essas elites vão coibir de forma especial a organização dos camponeses, pois elas têm nas velhas oligarquias rurais o seu condutor. Em meio a essa conjuntura nasce o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais como expressão do desenvolvimento capitalista no Brasil.

A FETAES nasce em meio ao regime militar onde as elites, respaldadas pelo exercito, tomam a direção do Estado para defender os interesses do capital internacional, reafirmando as relações de dependência construídas historicamente entre os países centrais e a América Latina. Nesse momento, os movimentos sociais vão ser duramente reprimidos e o MSTTR vai estar fortemente controlado pelo Ministério do Trabalho que transformou os sindicatos em um espaço de oferta de serviços socioassistenciais, além de torná-lo passivo diante da superexploração pela qual passavam os trabalhadores urbanos e rurais.

Mas antes de chegarmos ao processo que deu origem à atual direção da FETAES, procuramos compreender como se desenvolveu o capitalismo no Brasil, principalmente

como surgiram as classes dominantes e como essa se relacionou com as classes subalternizadas. Seguindo essa linha de raciocínio buscamos compreender como surgiram os trabalhadores rurais e como esses se expressam diante do avanço do sistema capitalista.

Desta forma, em nosso primeiro capítulo buscamos à luz de Rui Mauro Marini (2000) e Florestan Fernandes (2006) descrever como o capitalismo se desenvolveu no Brasil, tanto no que toca à sua relação com os países capitalistas centrais como no processo de desenvolvimento da ordem social capitalista no território brasileiro.

Marini (2000) afirma que desde o período colonial os países da América Latina contribuem para o desenvolvimento do capitalismo em nível mundial; transferem riquezas para a Europa e possibilitam que os países europeus se especializem na produção de manufaturas; oferecem a esses, matérias primas e produtos que garantiam a manutenção da classe trabalhadora como bens agrícolas. Nesse processo o capitalismo avança à medida que essa relação permite com que o eixo de acumulação se desloque da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa.

O Brasil, portanto se insere na dinâmica capitalista em nível mundial como uma colônia que produzia de acordo com as determinações de Portugal. Apesar de estar inserido na dinâmica que vai dar origem ao capitalismo em nível mundial, o Brasil nesse momento ainda não tinha desenvolvido, internamente, os elementos que poderiam caracterizá-lo como um país capitalista; nesse período ainda predominavam o trabalho escravo e uma estrutura social que ainda não contava com as classes sociais fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado.

Segundo Fernandes (2006) o desenvolvimento das relações sociais capitalistas no Brasil vai se dar a partir da ruptura do pacto colonial. Nesse momento os senhores de engenho passam a capitanear um processo de ruptura que rompe com uma dinâmica baseada na produção de riquezas para a metrópole.

Os senhores de engenho na verdade eram, no período colonial, os agentes internos de um regime de produção que estava voltado para fora e que gerava renda para a metrópole e pouco participava da apropriação da riqueza gerada pelo trabalho escravo nas grandes lavouras de monocultura. Por fim esses agentes contagiados pelo ideário liberal capitanearam o processo que culminou com a ruptura do estatuto colonial.

Esse agente interno então passou a propagar as idéias liberais que foram cruciais para a formação de um Estado nacional. O processo de formação social e político do Brasil foi extremamente contraditório, pois ao mesmo tempo em que os senhores rurais propagavam os ideais liberais, persistiam em uma estrutura econômica baseada na produção herdada do período colonial, com a mão de obra escrava e com a manutenção das grandes lavouras. Na verdade, segundo Fernandes (2006), com a ruptura do pacto colonial, as velhas estruturas econômicas persistiram, o que mudou foi a apropriação da renda gerada na comercialização dos produtos do trabalho escravo que deixaram de ir para fora e passaram a ir para as mãos do principal agente econômico interno: os senhores de engenho.

Tendo noção dos seus privilégios, não era interessante, para os senhores rurais, romper com a dinâmica que estava posta, mas o próprio acúmulo advindo da comercialização do que era aqui produzido vai criar um mercado interno que, por conseqüência, vai gerar um novo agente econômico interno, o comerciante. Essa nova dinâmica vai dar início ao desenvolvimento da ordem social competitiva no Brasil.

Mas para que a ordem social competitiva se desenvolvesse era necessário romper com o modo de produção escravista, o que desagradava parte dos senhores rurais que enxergavam na abolição da escravatura a possibilidade de perder os seus privilégios.

No entanto, as pressões internas e externas impuseram aos velhos senhores rurais a abolição da escravatura, pois a ordem social competitiva só se desenvolveria plenamente com a utilização do trabalho livre. Mas é claro que a velha elite soube como conduzir esse processo de uma forma a não perder seus privilégios. Uma das estratégias adotadas para a

manutenção do poder dos antigos senhores de escravos foi a implementação da lei de terras de 1850.

Nesse momento, a terra passa a ter valor, passa ser vista como mercadoria e só pode ser adquirida no mercado mediante a compra. Isso restringe o acesso à terra – não que antes fosse fácil – possibilitando que as terras permanecessem nas mãos dos mais ricos.

Junto com o avanço da ordem social competitiva, veio também a expulsão de camponeses das terras em que trabalhavam e a exclusão do escravo do processo produtivo. Com isso nasceram as favelas e um enorme grupo de pessoas desvinculadas do processo de circulação de riquezas.

Nessa conjuntura é proclamada a república e o quadro que se desenhava era de revoltas contra as mudanças que vinham acontecendo. Boa parte dessas revoltas se dirigia à república a qual os camponeses atribuíam todo o seu estado de miséria, daí surge o messianismo e o cangaço.

Portanto as primeiras revoltas camponesas surgem com a formação das bases sociais da ordem social competitiva.

Ao abrirem mão da utilização do trabalho escravo e na falta de trabalhadores livres suficientes para tocar os trabalhos nas lavouras, os senhores rurais vão buscar na mão de obra do imigrante a alternativa para tocar as colheitas. Portanto surge um novo elemento no processo produtivo no Brasil e mais do que isso surge um novo ator político que já trazia consigo uma bagagem política acumulada na Europa.

A vinda dos imigrantes possibilitou que se criasse no Brasil uma mentalidade capitalista ou nas palavras de Fernandes (2006) um *ethos* capitalista, pois os mesmos já vivenciavam a dinâmica capitalista na Europa.

Os empreendedores italianos, aliados com os modernos produtores de café de São Paulo vão dar origem à burguesia no Brasil, mas não vão deixar velhas práticas políticas das elites brasileiras de lado, sejam elas o patrimonialismo, o clientelismo ou o mandonismo. Essas características vão acompanhar nossas elites ao longo de nossa história.

Os italianos através das idéias anarquistas vão dar origem aos primeiros sindicatos operários, contribuindo para evidenciar as contradições do sistema capitalista.

Na verdade, o próprio desenvolvimento do sistema capitalista vai apontar para a necessidade de organização da recém criada classe trabalhadora. Através dessa organização vão começar a penetrar no Brasil idéias que já pairavam sobre a Europa e que estavam vinculadas à contestação da ordem social capitalista que se apoiava nos escritos de Karl Marx e na revolução Russa.

Surge o Partido Comunista que se espelhava na experiência russa e que vai buscar ser um catalisador das lutas operárias e mais do que um catalisador, ele vai se empenhar em dar direção no movimento operário. O PCB vai passar então a influenciar os sindicatos criados pelos italianos e vai criar outros espaços de organização dos trabalhadores, como as ligas operárias.

Até 1940 as lutas camponesas mais expressivas eram o messianismo e o cangaço, mas a partir desse momento, o Partido Comunista, buscando realizar o que eles chamavam de aliança de classes, vai começar a criar espaços de organização dos camponeses; a esses espaços, o Partido vai dar o nome de Ligas Camponesas. Compreendemos que essas organizações vão dar origem ao processo que vai culminar no amadurecimento político dos camponeses como classe.

As Ligas do PCB não se caracterizavam pelo protagonismo dos camponeses, mas sim por uma tentativa dos operários – quadros políticos do PCB – de organizar a luta camponesa. Tanto que nesse momento, as principais lideranças eram operárias e não camponeses, mas

as ligas vão deixar uma herança que possibilitará a construção de organizações de camponeses com lideranças camponesas.

O PCB em 1945 vai cair na clandestinidade e as ligas vão sofrer um golpe fatal, pois suas lideranças serão perseguidas e deixarão de realizar o trabalho designado pelo partido.

Em 1955 surge uma nova forma de organização camponesa que teve na experiência da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) a grande disseminadora. Essa organização inicialmente foi articulada para defender os interesses econômicos e imediatos dos trabalhadores do engenho da Galiléia, mas se expandiu e se tornou uma organização política que envolveu trabalhadores rurais e políticos ligados a vários partidos naquele momento, chegando a ter eco nacionalmente.

A experiência da SAPPP vai ficar conhecida nacionalmente como Liga Camponesa – em alusão à experiência das Ligas do PCB – e vai se expandir nacionalmente especialmente no Nordeste. As Ligas vão avançar politicamente superando o caráter economicista da SAPPP, vão buscar ganhar espaço político no congresso e vão levantar bandeiras mais amplas, inclusive reivindicando a reforma agrária no Brasil e se colocando contra o latifúndio. Nesse momento o seu principal líder era Francisco Julião.

Julião oferecia a retaguarda às Ligas e se aproximou da experiência da revolução cubana; a partir dessa aproximação as Ligas passaram a defender uma posição ainda mais radical, reivindicando uma reforma agrária radical, nos moldes da reforma que aconteceu em Cuba. As Ligas chegaram até mesmo a organizar grupos de guerrilha para atuar em um momento revolucionário.

As Ligas se converteram em uma organização política dos camponeses, apoiada por intelectuais, partidos e estudantes, inclusive contando com o apoio do PCB que havia saído da clandestinidade. A relação entre o PCB e as Ligas em um primeiro momento vai ser de colaboração, mas o Partido tinha suas próprias deliberações e posicionamentos com relação ao processo que iria culminar segundo eles na revolução proletária brasileira.

Dessa forma, o PCB, já no início da década de 1960, vai organizar os camponeses nas Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) organização que vai competir com as Ligas no processo de mobilização dos trabalhadores rurais.

A ULTAB era um órgão que seguia as deliberações do Partido, o mesmo se apoiava em uma visão de que era preciso primeiro desenvolver o capitalismo no Brasil, para que, posteriormente, se realizasse a revolução proletária. Essa concepção de revolução deu margem ao Partido e suas organizações para se articular com uma burguesia nacional que buscava se promover e que de certa forma se contrapunha à hegemonia das oligarquias agroexportadoras.

Com a subida de João Goulart à presidência da república, o PCB vai ganhar força em detrimento das Ligas que vão enfraquecer devido a disputas internas.

Com o enfraquecimento das Ligas, o protagonismo da organização política dos agricultores passa à mão dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Na verdade depois do I Congresso Camponês Nacional, acontecido em Belo Horizonte em 1961, os trabalhadores rurais em nível nacional passaram a levantar bandeiras comuns, como: a implementação de uma reforma agrária radical, na lei ou na marra, segundo a proposta defendida pelas Ligas de Julião, e também o direito de sindicalização dos trabalhadores rurais que não estava prevista em lei até o início da década de 1960.

A reivindicação dos trabalhadores rurais foi atendida em 1963 por João Goulart, pelo menos no que toca à sindicalização, como as Ligas já estavam em crise, as forças que vão comandar o processo de sindicalização serão: a igreja católica, através de setores conservadores e a aliança do PTB com o PCB. A igreja lutava contra o avanço comunista junto às massas espoliadas e o PCB e PTB formavam a base do governo de Goulart e defendiam uma perspectiva nacional desenvolvimentista.

Por fim esse processo de sindicalização culminou com a criação das Federações e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura. Portanto a estrutura do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais vai ser criada em uma conjuntura em que os movimentos camponeses mais progressistas estavam em declínio, ou seja, a CONTAG vai nascer de uma disputa entre nacional desenvolvimentistas e setores conservadores da igreja, sendo que a organização mais progressista do movimento camponês, as Ligas Camponesas vão ser excluídas desse processo.

Os sindicatos também iriam sofrer forte influência do governo, que por mais que defendesse um posicionamento favorável às reformas de base, se aliou à uma burguesia nacional que tentava se projetar e autopromover entre as elites e que mais tarde iriam apoiar o governo militar.

A ascensão de um governo que se alinhava a interesses de uma burguesia nacional e que de certa forma atendia às reivindicações dos movimentos populares, levou as elites ligadas aos interesses do capital internacional a promover, junto com os militares, um golpe de Estado que vai derrubar o presidente João Goulart.

O movimento sindical de forma geral sofreu um baque, pois seus principais dirigentes foram destituídos, perseguidos, presos e qualquer manifestação política contra o golpe era exemplarmente punida. A própria estrutura sindical brasileira mostrava fragilidades que permitiram essa intervenção, pois estava prevista a intervenção do Estado nos sindicatos desde o governo Vargas que através da lei 19.770 estabeleceu uma estrutura sindical atrelada ao Estado.

A CONTAG e toda estrutura do MSTTR vai sofrer com essa intervenção do Estado, pois foi criada dentro das premissas do sindicalismo operário, inclusive se subordinando ao Ministério do Trabalho. Portanto a partir de 1964, a CONTAG passa a ser direcionada por um presidente ligado ao governo militar, ou seja, por um interventor com o nome de José Rotta.

Até 1967 o MSTTR não vai conhecer disputas ou um grupo de oposição ao interventor, sendo que em 1967 começa a se articular um grupo de oposição ligado a antigas lideranças do PCB e PTB que vai vencer as eleições da Confederação em 1968.

Em 1967 o governo apontou para certa democratização nas eleições dos sindicatos por isso conseguiu-se organizar uma chapa de oposição, mas em 1968 diante dos avanços dos movimentos de oposição, o governo novamente endurece sua política de controle político dos sindicatos.

Nesse momento o MSTTR passa por um profundo retrocesso, pois os sindicatos passaram por um processo de profundo esvaziamento do seu sentido político se tornando um espaço de prestação de serviços socioassistenciais e pouco combativos.

Em 1968 nasce a FETAES que foi criada em uma articulação entre 5 sindicatos e a CONTAG que estava nas mãos do interventor. A direção da FETAES nesse período vai se limitar a prestar serviços médicos e socioassistenciais, em geral tendo uma postura voltada para o que era possível realizar naquele momento. À frente da federação estavam agricultores que tinham uma formação política ligada a setores conservadores da igreja e que estiveram, em alguns momentos, no Partido que sustentava o governo golpista – ARENA; por isso esses trabalhadores não faziam críticas mais duras ao governo e ao modelo de sindicato defendido por ele. Além disso, a repressão era muito grande e posicionamentos políticos contrários ao governo eram duramente castigados.

A esses dirigentes foi dado o nome de pelegos e os mesmos estiveram à frente da FETAES até a década de 1970.

A conjuntura que se desenhava no final da década de 1970 era de certa abertura política pelo governo militar e nesse momento começam a surgir movimentos que não só iriam mudar o MSTTR, mas toda a sociedade brasileira.

O Brasil passou por uma intensa movimentação onde setores progressistas da igreja, setores oposicionistas do movimento sindical em geral e vários movimentos sociais se levantaram contra o governo e contra a estrutura política que os militares implementaram. Dessas articulações vai nascer a ANAMPOS depois a CUT e o PT.

Dentro do MSTTR do Espírito Santo essas forças atuaram na formação política dos agricultores para a construção de um movimento sindical contestador e que buscasse construir uma sociedade mais justa e igualitária. Dentre as forças que promoveram essa formação podemos destacar a Comissão Pastoral da Terra que formou grupos de oposição sindical em vários sindicatos no estado e que contribuiu também na formação do MST no Espírito Santo.

O grupo de oposição sindical que nasceu do trabalho realizado pela CPT vai fazer duras críticas aos pelegos que estavam à frente da federação e vai disputar a hegemonia do MSTTR no Espírito Santo.

Esse grupo vai ganhar notoriedade no Espírito Santo primeiro porque vai se organizar para tomar os sindicatos das mãos dos pelegos, segundo porque vai trabalhar para construir instrumentos que ultrapassavam as lutas imediatas dos trabalhadores rurais, tais como a CUT e o PT.

Uma ação que nos chamou a atenção foi a mobilização realizada por esse grupo no início da década de 1980 no município de Colatina que aglutinou milhares de agricultores. Essa mobilização fazia parte de um movimento nacional puxado pela CUT e pelos movimentos sociais que se colocavam contra a ditadura militar.

Mas a empreitada do grupo para se tornar a força hegemônica da FETAES não era simples, pois os pelegos tinham sobre sua influência a maior parte dos sindicatos. Mesmo com um quadro adverso no que toca ao número de sindicatos sob sua direção a oposição sindical se propôs a assumir a direção da federação.

Em 1983 a oposição sindical assumiu a FETAES, mas em uma chapa de consenso com os pelegos. A gestão da FETAES possibilitou com que oposição sindical pudesse de certa forma direcionar o MSTTR do Espírito Santo e até certo ponto expandir o número de sindicatos sob a sua influência.

Mais uma vez à frente do MSTTR, a oposição sindical não vai dar conta de suprir todas as demandas de sua base, desagradando, principalmente, os trabalhadores sem terra que se organizavam nos sindicatos do norte do estado.

Os trabalhadores rurais sem terra esperavam um posicionamento mais contundente da FETAES com relação à reforma agrária, principalmente no que tange à pressão ao governo do estado para o assentamento de agricultores sem terra. No entanto a FETAES preferiu o caminho da condução negociada, apostando em um posicionamento mais progressista do governo de Gerson Camata.

O governo não conseguiu assentar muitas famílias e a paciência dos trabalhadores rurais sem terra acabou. Dessa forma – grosso modo – nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que possibilitou aos trabalhadores sem terra que se organizavam nos sindicatos a ter voz própria e pautar uma proposta de reforma agrária mais radical, bem como tocar as lutas de forma mais contundente promovendo ocupações e ações de maior impacto na pressão ao Estado.

Essa cisão vai dividir o grupo de oposição sindical em dois: um mais moderado ou institucionalizado que age dentro dos limites da estrutura dos sindicatos e outro que tem uma posição mais radical, pautada em um enfrentamento mais contundente aos grandes proprietários de terra e ao estado, na busca da efetivação de uma ampla reforma agrária.

Mesmo com a formação do MST em nível estadual, o grupo mais crítico ainda tenta em 1989 tomar a direção da FETAES, mas é derrotado pelo grupo que via a finalidade do sindicato em si mesmo, ou seja, em 1989 vence na FETAES um grupo que se pautava pela institucionalidade, negando uma visão mais ampla do sindicato.

Dessa forma o grupo mais radical, alinhado ao MST, se retira da disputa e a FETAES passa a ser hegemônica por um grupo mais moderado. De lá para cá o MSTTR e o MST seguiram caminhos diferentes enquanto um ganhou projeção e é reconhecido hoje com uma referência na luta pela reforma agrária, o outro tem se pautado por uma posição de negociação, de conversas. Esse posicionamento do grupo que ficou a frente da FETAES vai contribuir para a aproximação do MSTTR ao Estado chegando inclusive a se confundir com o mesmo e essa relação vai ficar ainda mais complexa com a vitória de Lula em 2002.

A divisão entre o grupo ligado ao MST e o grupo “institucionalizado” que vai se consolidar no fim da década de 1980 vai se consolidar exatamente no momento em que os movimentos sociais, nascidos na década de 1970 e de 1980, vão passar a sofrer sucessivos ataques por parte dos governos de cunho neoliberal, que vão se seguir na década de 1990.

Portanto o grupo que vai ficar à frente da FETAES durante a década de 1990 vai se deparar com um quadro muito adverso, primeiro por conta das ofensivas contra os movimentos sociais, segundo por conta da ofensiva neoliberal sobre as conquistas da constituição cidadã de 1988.

A FETAES também vai se deparar com a mudança de postura das direções dos instrumentos de reivindicação da classe trabalhadora criados na década de 1980 - dentre eles a CUT e o PT. Esses instrumentos vão ver algumas de suas bandeiras derrotadas e vai assumir uma postura defensiva. Essa postura vai permitir que esses dois instrumentos sofram mudanças significativas na forma de tocar as lutas contra as classes dominantes em um processo que Boito Jr. (1996) vai caracterizar como transformismo.

Esse processo de mudança de postura da CUT vai afetar de forma direta a FETAES que desde a década de 1980 vai ter uma relação muito próxima com a Central e não vai ser rara a defesa nos documentos da FETAES de um sindicalismo propositivo. Essa postura pode ser vista até a atualidade, passando inclusive pelo grupo que tomou a direção da FETAES em 1998 e que continua até hoje.

Ao realizarmos essa pesquisa conseguimos apenas nos aproximar do tema e sabemos que ainda temos muito a estudar para ter uma ampla compreensão de alguns temas que apenas tocamos nesse trabalho. Temas como: reforma agrária; desenvolvimento social do Brasil e a intervenção das elites junto às organizações camponesas precisam ser aprofundados para que no futuro possamos alcançar a maturidade no tema organização política dos trabalhadores rurais.

Portanto, esse trabalho faz apenas uma aproximação ao tema, um início de trabalho ou de estudos. Nesse sentido pretendemos dar continuidade a nosso trabalho a fim de cobrir algumas lacunas e conhecer alguns assuntos não aprofundados no presente trabalho.

Para tanto elencamos como meta para um próximo estudo aprofundar nosso conhecimento sobre as relações entre MST e MSTTR. Com a finalidade de conhecer as principais discordâncias desses dois movimentos com relação a reforma agrária e sobre as táticas e estratégias para atingir essa finalidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemeire A.. **(Re) criação do campesinato identidade e distinção: A luta pela terra e o habitus de classe.** São Paulo: UNESP, 2006.
- ABRAMIDES, M. Beatriz C., CABRAL, M. Socorro. **O novo sindicalismo e o Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. **Classe operária sindicatos e partidos no Brasil: Da revolução de 30 Aliança Nacional Libertadora.** São Paulo: Cortez, 1982.
- AUED, Bernadete W. Nos caminhos da cisão. In: Stedile, João P. **História e natureza das ligas camponesas.** São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- AZEVEDO, Fernando A. **Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- BASTOS, Elide Rugai. **As ligas Camponesas.** Petrópolis, 1984.
- BARCELLOS, Fernando H. G. **Ação sindical e a luta por terra no Rio de Janeiro.** 2008.133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Fevereiro de 2008. Disponível em: < http://www.ufrj.br/cpda/static/teses/dissertacao_fernando_barcellos.pdf > . Acesso em: 21 de Set. 2010.
- BEHRING, E. R.. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.
- BITTENCOURT, Gerson. **Trabalhadores: A vez da CUT na Contag.** 2006. Disponível em <www.fpabramo.org.br/.../trabalhadores-vez-da-cut-na-contag>. Acesso em: 12/03/2010
- BOITO Jr., Armando. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil.** Critica Marxista, no. 3, São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BORGES, Maria E. L. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 24, nº47, p. 303-326, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbh/v24n47/a12v2447.pdf> >. Acesso em: 28/04/2011.

BORTOLOZZI, Flavio. **A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à consolidação dos direitos fundamentais**. Paraná, Universidade Federal do Paraná, 2008.

BUAINAIN, Antônio M. Reforma agrária por conflitos. In _____. BUAINAIN, Antonio M. (org). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas- SP: UNICAMP, 2008.

CASTEL, Robert. A nova questão social. In: _____. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998 p. 415-492.

CARVALHO, M. C. A.A. Participação Social no Brasil hoje. **Revista Pólis**, 1998. Disponível em: <www.polis.org.br>. Acesso em: 12/02/2006.

CHIEZA, Rosa A. A constituição do Estado brasileiro nas visões de Florestan Fernandes e Raimundo Faoro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLITICA, XI., 2006, Vitória. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/_91_a6cbe81b0e00d08178d05372764cd8f5.pdf>. Acesso em: 12 set. 2010.

CLEMENTE, Fabiane Aparecida Santos. **Análise de conteúdo: uma metodologia para análise de dados**. Ibatiba - MG, 2007.

CPT. **O nascimento da CPT**. 2010. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=4>. Acesso em: 29/01/2011.

COSTA, LUIZ F. C. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. **Revista sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 2, p.67-88, junho de 1994.

CONTAG. 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília, 2005

CONTAG. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável: Através de uma ampla e massiva reforma agrária e da valorização e fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília: 2010. Disponível em <<http://www.contag.org>>. Acesso em: 22 março de 2010.

DAGNINO, Evelina; OLIVEIRA, Alberto J. PANFICHI, Aldo. Para uma leitura da disputa pela construção democrática na América latina. In: _____. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, Campinas: Unicamp, 2006.

DESLANDES, Suely F.; ASSIS, Simone G. de. Abordagens quantitativas e qualitativas em saúde: o diálogo das diferenças. In: MINAYO, Maria C. de S, DESLANDES, Suely F.,

organizadores. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

DESLANDES, Suely Ferreira (org.). **Caminhos do pensamento epistemologia e método.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. In: **Revista Katálysis.** V. 10, nº 1, Florianópolis, SC: jan/jun, 2007, p. 24-34.

GOLDBACH, Fernando Augusto. **Da reforma da Constituição à Reforma Agrária: 40 anos luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e fazendo a diferença no Brasil: Entrevista com Alberto Broch da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, 2004 – CONTAG.** In: ____. <<http://base.d-p-h.info/fr/fiches/dph/fiche-dph-6998.html>>

IANNI, Octavio. A formação do proletário rural. In: ____. STEDILE, João p. (org). **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Globo, 2006.

FETAES. **6º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo.** Espírito Santo – Domingos Martins, 2006.

____. **Jornal da FETAES.** 21ª ed., Outubro de 2009.

____. A História de lutas e conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. **Revista FETAES.** Ed. Especial: Vitória, 2008.

____. Trabalhador rural lutando pela cidadania. **Revista FETAES.** Ed. 30 anos, 1998.

FERREIRA, M. M; PINTO, S.C.S. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N. (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 387-418. (Coleção o Brasil Republicano; v.1).

LIMA, S. A. B. **A participação social no cotidiano.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1982.

MACIEL, David. Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira. **IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina,** 2010. Disponível em: < www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/11_davidmaciel.pdf > . Acesso em: 20/01/2011.

MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana R. Jansen. **O Brasil sob Nova Ordem**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARINI, Rui M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis RJ: Vozes, 1981.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis RJ: Vozes, 1984.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora no Brasil de hoje: o processo de reorganização**.

MORAIS, Clodomir Santos. História das Ligas Camponesas do Brasil. In___STEDILE, João Pedro (org). **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MOTA, A. E. . **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto. Política Econômica de Collor a Lula: 1990-2007. In: ___ MARQUES, Rosa Maria (org). **O Brasil sob Nova Ordem**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NETTO, José P.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RIBEIRO, Marilene. **Movimento Camponês, trabalho e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 210.

RODRIGUES, Leôncio M. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In___ BOITO Jr. , Armando. **O sindicalismo brasileiro nos anos de 80**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1991.

ROSSI, Waldemar; GERAB, Wiliam J. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SEGATTO, José Antônio. **Breve histórico do PCB**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

SOUZA, Amarildo C.; CORCIONE, Domingos. Concepções e correntes sindicais no Brasil. In____. **Curso de Formação de Educadores e Prática Sindical e em**

Metodologias. Aracajú, 2007. Disponível em: <
www.teiadigital.com.br/Central2.0/images/Site_6/caderno.pdf. Acesso em: 12/01/2011.
VALADÃO, Vanda de Aguiar. **Assentamentos e Sem-Terras:** A importância do papel dos mediadores. Vitória: EDUFES, 1999.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Por este documento você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **A organização sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Espírito Santo: O processo de organização da FETAES**. Este estudo tem como objetivo resgatar o processo de formação e consolidação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Espírito Santo. Com a finalidade de subsidiar a produção da dissertação do programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

No que tange às técnicas de coleta de dados, será realizada entrevista com roteiro pré-estabelecido com perguntas abertas, que serão respondidas individualmente e posteriormente analisadas pelo pesquisador.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

- a) Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- c) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- d) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

Você receberá uma cópia desse termo em que constará o telefone dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas a qualquer momento sobre o projeto e sua participação.

*“Eu, _____ portador do RG _____, **declaro** que, após conveniente esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para realização desta. Fico ciente também que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, responsável por esta pesquisa”.*

Vitória, _____ de _____ de 2010

Assinatura do Declarante

Roteiro de entrevista com os Ex-dirigentes da FETAES.

- 1- Como você ingressou no MSTTR? Em qual período?
- 2- Qual o período que você foi dirigente da FETAES?
- 3- Como se configurava a conjuntura política na FETAES nesse momento?
- 4- Como se dava o diálogo da FETAES com outras entidades nesse momento (CPT, PT, CUT e etc.)?
- 5- Qual era a relação com a CONTAG?
- 6- Havia divergências entre Fetaes, STR e CONTAG?
- 7- Quais eram as principais bandeiras da MSTTR no Espírito Santo naquele momento?
- 8- Como você analisaria o histórico da FETAES do momento em que você ingressou até hoje?

Roteiro da entrevista realizada com o militante da CPT:

1. Em que período você militou na CPT?
2. Quais as principais bandeiras de luta da CPT?
3. Qual o grau de envolvimento da CPT com o MSTTR? Quais as principais divergências?
4. Como vocês vêem a Fetaes hoje e como se deu o processo da relação entre a CPT e Fetaes?
5. Como foi a relação com a CONTAG?